

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

JÚLIA TAINÁ MONTICELI ROCHA

**DO “VENTO DA EMANCIPAÇÃO” À “FORÇA MOTRIZ DA REVOLUÇÃO”:  
A MULHER NOS DISCURSOS DE SAMORA MOISÉS MACHEL (MOÇAMBIQUE) (1973 – 1980)**

Porto Alegre  
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul



JÚLIA TAINÁ MONTICELI ROCHA

**DO “VENTO DA EMANCIPAÇÃO” À “FORÇA MOTRIZ DA REVOLUÇÃO”:  
A LIBERTAÇÃO DA MULHER NOS DISCURSOS DE SAMORA MOISÉS  
MACHEL (MOÇAMBIQUE) (1973-1980)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes

Porto Alegre

2018

## Ficha Catalográfica

M791d Monticeli Rocha, Júlia Tainá

Do "vento da emancipação" à "força motriz da Revolução" : A mulher nos discursos de Samora Moisés Machel (Moçambique) (1973 - 1980) / Júlia Tainá Monticeli Rocha . – 2018.

160 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes.

1. Samora Moisés Machel. 2. Organização da Mulher Moçambicana. 3. Destacamento Feminino. 4. Emancipação da mulher. 5. Moçambique. I. Menezes Paredes, Marçal de. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

JÚLIA TAINÁ MONTICELI ROCHA

**DO “VENTO DA EMANCIPAÇÃO” À “FORÇA MOTRIZ DA REVOLUÇÃO”:  
A LIBERTAÇÃO DA MULHER NOS DISCURSOS DE SAMORA MOISÉS  
MACHEL (MOÇAMBIQUE) (1973-1980)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

---

Professor Doutor Marçal de Menezes Paredes

---

Professora Doutora Letícia Cao Ponso

---

Professora Doutora Teresa Schneider Marques

PORTO ALEGRE

2018

Para Péricles e Liliane.

## AGRADECIMENTOS

Esses agradecimentos são dedicados a todas as mulheres que, de alguma forma, ensinaram-me a encarar o mundo com determinação, ou que me abrigaram em ensinamentos diários sobre empoderamento feminino.

Agradeço a força admirável da minha mãe, Liliane. A compreensão da minha tia, Marilene. A determinação extraordinária da minha vó, Noema. Elas são as três mulheres que me ensinaram, cada uma a sua maneira, o que era ser mulher em um mundo tão injusto.

Agradeço às amigas, sempre presentes em todos os momentos importantes, Sofia, Júlia Nequete e Camilla Araújo. Obrigada por partilhar o universo de vocês comigo, ensinando-me sobre amizade e companheirismo entre mulheres.

Obrigada, Camila Ruskowski, por estar ao meu lado em toda esta jornada, permanecendo como o refúgio das minhas angústias e alívio das minhas ansiedades.

Agradeço imensamente à professora Letícia Cao Ponso, pois gentilmente aceitou o convite para compor a banca examinadora. Igualmente agradeço por isso a professora Teresa Schneider Marques, cujas leituras e discussões realizadas durante a disciplina que ministrou contribuíram para a composição desta pesquisa.

Sem esquecer o que aprendi com as presenças masculinas em minha vida, agradeço ao meu pai, Péricles. Dele advém tudo que sei e aprendi sobre gostar de histórias, sobre amor e carinho. Essencial na escolha da minha profissão, meu pai é um exemplo de professor e pesquisador.

Agradeço também àquele que foi essencial na minha vida acadêmica, Marçal Paredes, orientador e amigo. Muito obrigada por confiar no meu trabalho. Obrigada por toda a generosidade e incentivo, essenciais para minha entrada na pós-graduação e para o despertar do meu desejo pela pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul por aceitar este projeto de pesquisa. Agradeço aos professores e funcionários, principalmente às secretárias Carla Carvalho e Henriet

Shinohara. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) o suporte, por me conceder uma bolsa integral, possibilitando, assim, a minha dedicação total à pesquisa.

As conexões entre mulheres são as mais temíveis,  
as mais problemáticas e a força mais  
potencialmente transformadora do planeta  
(Adrienne Rich)

**RESUMO:** Este trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar os discursos proferidos por Samora Moisés Machel, líder revolucionário da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e primeiro presidente de Moçambique, de 1973 a 1980, no âmbito da promoção de um projeto político e ideológico que visava à emancipação da mulher. Para tanto, contextualizam-se os primeiros anos de formação da FRELIMO e o início da luta anticolonial, que resultou no estabelecimento do governo da Frelimo após a independência do país. A partir dessa etapa, é possível compreender os primeiros passos do projeto formulado pela Frelimo, assim como a importância da criação do Destacamento Feminino, em 1976, e da Organização da Mulher Moçambicana, em 1973, por meio do discurso proferido durante o I Congresso da Mulher Moçambicana. A última etapa analítica do trabalho consiste em observar as ambiguidades nos discursos proferidos no âmbito do desenvolvimento do projeto político e ideológico durante o governo de Samora Moisés Machel. Com isso, problematizam-se as diferenças encontradas nos discursos, de 1973 e após 1976, que, ao refletirem a situação política em que foram proferidos, dão sentido ao projeto, corroborando com os objetivos da FRELIMO quanto à emancipação feminina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Samora Moisés Machel; Organização da Mulher Moçambicana; Destacamento Feminino; Emancipação da mulher.

**ABSTRACT:** This work of research aims to analyse the speeches proffered by Samora Moisés Machel, revolutionary leader of the Mozambique Liberation Front (FRELIMO) and the first Mozambique president, from 1973 to 1980, within the scope of a political and ideological project that aimed the emancipation of women. Therefore, we contextualize FRELIMO's first years of formation and the beginning of the anti-colonialist fight which resulted on the establishment of the Frelimo's government after the independence. After this stage, it was possible to understand the first steps of the project articulated by Frelimo as well as the importance of the creation of the Female Detachment, in 1967, and of the Mozambican Women Organization, in 1973, throughout the speech proffered during the I Mozambican Women Congress. The last analytic stage of the work consists in observing the ambiguities in the speeches proffered within the scope of the political and ideological project development during the Samora Moisés Machel government. Hereupon, we problematize the differences found in the speeches, from 1973 and after 1976, that when reflecting upon the political situation in which they were proffered, validate the project supporting FRELIMO's goals about feminine emancipation.

**KEYWORDS:** Samora Moisés Machel; Organization of Mozambican Woman; Female Detachment; Emancipation of Women.

## Lista de Figuras

<b>Figura 1:</b> Mapa de Moçambique.....	18
<b>Figura 2:</b> Grupos etnolinguísticos de Moçambique .....	19
<b>Figura 3:</b> Zona Matrilinear .....	20
<b>Figura 4:</b> Zona patrilinear.....	21
<b>Figura 5:</b> Marcha da Organização da Mulher Moçambicana.....	90
<b>Figura 6:</b> Dois militantes da Frelimo prendendo uma mulher denunciada por prostituição. Fotografia anônimo, 1975. ....	95
<b>Figura 7:</b> Propaganda da FRELIMO .....	96
<b>Figura 8:</b> Matéria sobre os campos de reeducação da Revista Tempo de 1980.....	98
<b>Figura 9:</b> Matéria <i>Daily News</i> .....	99
<b>Figura 10:</b> Matéria <i>Le Repaire du monstre</i> .....	100
<b>Figura 11:</b> Matéria <i>Alarm spreads as executions continue</i> .....	101
<b>Figura 12:</b> Matéria <i>Mozambican re-education camps raise rights questions</i> .....	102
<b>Figura 13:</b> Matéria <i>Os campos da vergonha</i> .....	103
<b>Figura 14:</b> Matéria <i>Mulher moçambicana deve participar da luta de classes e na produção</i> .....	105
<b>Figura 15:</b> Publicação da <i>Revista Tempo</i> .....	111
<b>Figura 16:</b> Matéria <i>Operação Produção Revista Notícia</i> .....	120
<b>Figura 17:</b> Dr. <sup>a</sup> Cecília Supico Pinto, Diretora do Movimento Nacional Feminino (MFN) em visita a um destacamento português.....	128
<b>Figura 18:</b> Josina M. Machel.....	136
<b>Figura 19:</b> Publicação da ordem de ação nº5/80 do Ministério da Segurança da Frelimo .....	143

## SUMÁRIO

Introdução.....	15
Capítulo 1. “A LUTA ARMADA AGINDO COMO CÁPSULA INCUBADORA”: Da luta anticolonial à formação de um novo projeto identitário (1962-1975).....	30
1.1 Formação da FRELIMO (1962) .....	30
1. 1. 1 A liderança de Eduardo Mondlane (1962) .....	32
1.2. O I Congresso (1962).....	35
1.3. A luta anticolonial (1964) .....	38
1.4. O II Congresso (1968) .....	42
1.5. Morte de Eduardo Mondlane: modificação na direção da FRELIMO (1969).....	44
1.6 O novo líder revolucionário Samora Moisés Machel (1969) .....	45
1.6. Os últimos anos da luta armada .....	46
1.7 Governo de transição à Independência (1974-1975) .....	49
CAPÍTULO 2 “O VENTO DA EMANCIPAÇÃO DA MULHER”: DA CRIAÇÃO DA LIGA FEMININA DE MOÇAMBIQUE (LIFEMO) À ORGANIZAÇÃO DA MULHER MOÇAMBICANA (OMM) (1966 – 1973).....	52
2. 1 A criação da Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO) (1966).....	53
2. 2 A criação do Destacamento Feminino (DF) (1967).....	57
2. 3. A criação da Organização da Mulher Moçambicana (OMM) (1973).....	60
2. 4. “A libertação da Mulher é uma necessidade da Revolução” (1973) .....	69
2. 4. 1. A Revolução e a Emancipação da Mulher .....	72
2. 4. 2. Os fundamentos da alienação da mulher.....	75
2. 4. 3. Questões estratégicas e táticas.....	80
Capítulo 3. “A MULHER É A FORÇA MOTRIZ DA REVOLUÇÃO”: O projeto emancipatório durante o governo do Samora Moisés Machel (1975-1980) .....	87
3.1. Definindo a linha política da Frelimo para a emancipação (1975).....	88

3.2. O rochedo áspero do colonialismo, do capitalismo e do reacionário (1976).....	105
3.3. O crescimento da consciência da mulher para a criação de nova sociedade (1976) .....	110
3.3.1. Definir o inimigo interno.....	111
3.3.2. Como nasce a OMM .....	113
3.3.3 O Conflito.....	114
3.3.4. Viver organizados .....	115
3.3.5 A nova sociedade .....	118
3.4. “Foi a guerra que nos criou e fez de nós o que somos” .....	121
3.5. O começo da guerra civil (1977) .....	124
3.5.1 “A mulher moçambicana não teme sacrifícios” (1980) .....	126
5. Morte de Samora Moisés Machel .....	130
3.6 A “mulher nova” e a “reacionária”: A imagem da mulher como instrumento político .....	131
3.6. 1. A mulher nova Josina Muthemba Machel.....	132
3.6. 2. A “reacionária” Joana Francisca Fonseca Simeão .....	141
Considerações finais .....	147
Referências .....	156

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa os discursos proferidos por Samora Moisés Machel, líder revolucionário da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e primeiro presidente de Moçambique, no âmbito da promoção do projeto político e ideológico que visava à emancipação da mulher moçambicana. A análise desta pesquisa mantém o foco nas modificações dos discursos articulados por Samora Moisés Machel, durante a luta anticolonial, em 1973, proferidos durante a abertura do I Congresso da Mulher Moçambicana, intitulado *A libertação da mulher é uma necessidade da Revolução, garantia de sua continuidade, condição do seu triunfo*. Na mesma ocasião, foi fundada a Organização da Mulher Moçambicana, importante órgão de organização exclusivamente feminina, que objetivava o agenciamento do processo emancipatório e mantinha uma relação de complementariedade com o Destacamento Feminino, criado em 1967, como a ala feminina do exército popular da Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO.

Após a independência, focalizam-se os discursos sobre a mulher, proferidos por Samora Moisés Machel no âmbito das políticas exercidas pelo governo frelimista. Tendo em vista essas considerações, nesta dissertação, pois, analisam-se dois importantes discursos proferidos após a declaração de independência, em 1976, a saber, *Definir o inimigo interno da mulher* (1976) e *A mulher moçambicana deve participar da luta de classes e na produção* (1976). Por último, tendo por base a década de 1980, passa-se à análise do discurso *Fazer de Beira ponto de partida para uma ofensiva organizacional*, levado a cabo após o estabelecimento da guerra civil moçambicana.

Os discursos selecionados para esta dissertação deixam ver as ambiguidades do olhar de Samora M. Machel e da elite da Frelimo sobre as questões femininas. A seleção das fontes utilizadas está baseada em todo o discurso realizado por Samora Moisés Machel no tocante às questões relacionadas às mulheres. Para tanto, utiliza-se de um arcabouço teórico que permeia o campo da análise de discurso. Dessa forma, o marco temporal desta pesquisa está delimitado no que diz respeito às próprias fontes selecionadas, que, após o processo de organização, levaram à compreensão das modificações dos conteúdos de tais discursos ao refletirem a situação política em que foram proferidos e por darem sentido ao projeto político e ideológico, corroborando com os objetivos da FRELIMO quanto à emancipação da mulher.

Ao analisar os discursos que compreendem essa dissertação foi necessário o estudo do contexto das suas produções. Levando em consideração, não apenas o contexto histórico dos discursos proferidos por Samora Moisés Machel, como também, o suporte de comunicação utilizado para sua publicação e os demais periódicos do período, que explicitamente ou implicitamente, dialogam com as fontes selecionadas para essa dissertação.

As diversas teorias estudadas sobre análise de fontes escritas serviram a este trabalho de maneira satisfatória, sem submergir em indicações em todos os sentidos teóricos ou se encerrar com indicações em apenas uma única direção. Tal postura exigiu uma operação historiográfica aberta para perceber seletivamente as diversas mensagens contidas nos discursos analisados. Sem nunca se contentar com apenas uma mensagem, mas, procurando distinguir as dimensões de sua problemática e os diversos modos de abordagens possíveis.

Dessa forma, ao estudar os discursos proferidos por Samora Moisés Machel como líder revolucionário, antes de 1975, e, após essa data, como primeiro presidente de Moçambique, e, após essa data, como primeiro presidente de Moçambique adotando a documentação oficial publicada no sentido de enquadrar as dimensões política-ideológica implementadas na construção do seu projeto político e ideológico no que tange a emancipação da mulher moçambicana. Dessa forma, o estudo dos discursos embarca no campo da linguística e da comunicação, concentrando na análise de construções ideológicas presentes no texto. Nesta perspectiva, a principal tarefa conferida à historiografia é especialmente ligada à prática, sobre a qual o orador exerce sua influência a fim de que seja possível aprender por meio dela. Para o historiador alemão Reinhart Koselleck (2006), há uma associação entre a concepção de tempo e sua tensão entre o passado e o presente com a emergência de sua sociedade, sintetizando a importância da história para esclarecer a formação do campo político no período estudado.

Importa salientar que, os diversos estudos em questão de gênero são fundamentais para a compreensão do processo emancipatório da mulher e os diversos obstáculos que estavam presentes na mentalidade do homem moçambicano do período analisado. Para tanto, além dos discursos, consultam-se documentações oficiais como as Atas do I e do II Congressos realizados pela FRELIMO. A pesquisa manteve o apoio dos materiais

publicados em vias oficiais do próprio Partido da Frelimo<sup>1</sup>, veículos esses que formam a coleção *Estudos e Orientações*, composto por textos originalmente publicados durante a luta anticolonial, sendo eles em sua maioria de autoria de Samora Moisés Machel.

Na coleção *Estudos e Orientações*, muitos discursos foram impressos, após a independência, pelo Departamento de Informação e Propaganda (DIP) e, posteriormente, publicados pelo Departamento de Trabalho Ideológico (DTI), de 1978 a 1983, ambos os órgãos pertencentes à FRELIMO. A série de documentações que compõem a coleção visava à divulgação dos princípios políticos e ideológicos do Partido. Durante a pesquisa, recorreu-se também à utilização dos documentos disponíveis no acervo da biblioteca digital da University of Southern California.

Ademais, como materiais de apoio, foram utilizadas as publicações das revistas *Tempo* e *Voz da Revolução*. Dois importantes periódicos do período, a revista *Voz da Revolução* foi um veículo de comunicação oficial da FRELIMO: manteve-se ativa de 1965 até a década de 1980. Suas publicações eram destinadas principalmente aos moçambicanos com o objetivo de mobilização e campanha a favor da Frente<sup>2</sup>. Já a revista *Tempo*, com início em 20 de setembro de 1970, foi uma iniciativa de um grupo de profissionais da imprensa de Moçambique. Após 1975, passou a ser comandada pelo estado moçambicano, propagando e difundindo os ideais do governo da FRELIMO. Encerrou suas atividades no ano de 2008.

Devido ao enfoque desta pesquisa, é preciso contextualizar Moçambique. Moçambique é um país localizado no sudoeste do continente africano, na região da África Austral. Faz fronteira com os países da Tanzânia, Malauí, Zâmbia, Zimbábue, Suazilândia e África do Sul. Rico em recursos naturais, o país é banhado pelo Oceano Índico, ao leste, e atravessado, ao meio, por um dos maiores rios africanos, o Rio Zambeze. Como mostra o mapa a seguir:

---

<sup>1</sup> Nesta dissertação, utiliza-se um diferencial de FRELIMO com letras maiúsculas para identificar o período ainda como movimento revolucionário (antes de 1977) e Frelimo, com apenas a letra inicial em maiúscula, para identificar como partido único pós-independência, após 1977, com a oficialização do sistema de partido único durante o III Congresso da Frelimo.

<sup>2</sup> Também houve publicações internacionais da revista, porém em pouco número, ocasionando hoje difícil acesso aos números publicados. Alguns números dessa revista são encontrados em bibliotecas como de Melville J. Herskovits de Estudos Africanos da Northwestern University, localizada em Evanston, Illinois nos Estados Unidos.

**Figura 1:** Mapa de Moçambique



**Fonte:** Disponível em: <<https://pt.mapsofworld.com/mozambique/>>. Acesso em fev. 2017.

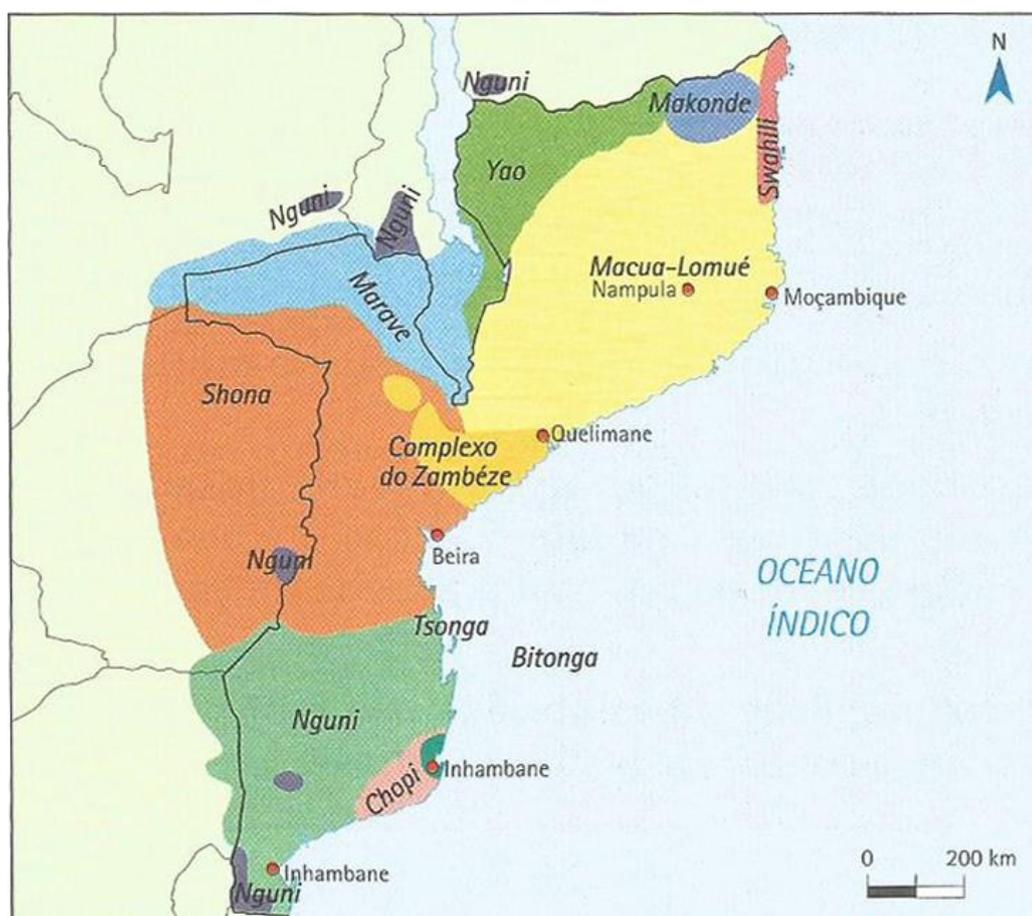
A diversidade cultural é marcada pela constituição das etnias existentes em todo o território. Segundo Sônia Correia e Eduardo Homem (1977), existem trinta e uma línguas diferentes originárias do tronco linguístico Banto. Essas línguas são correspondentes aos onze principais grupos étnicos que povoam Moçambique.

Entre esses grupos existentes há ramificações, como exemplo, menciona-se a zona ao norte do rio Zambeze, que é marcada pela presença dos povos Macua, que ocupam grande parte das províncias de Niassa e Cabo Delgado; os Macondes, que constituem metade da população da província de Cabo Delgado; e os Yao (ou Ajaua), que são ocupantes da maior parte da Província de Niassa. Na região central, a presença dos Senas, habitantes das províncias da Zambézia, Manica e Sofala, estende-se até ao sul do país. Há

ainda a presença dos Tsongas, ocupantes da maior parte das províncias de Gaza e Inhambane, contando também com a presença dos Chonas (ou Shonas), ocupantes da maior parte de Manica e Sofala.

Além das etnias tradicionais<sup>3</sup>, a presença da influência árabe constitui, na zona costeira ao norte de Moçambique, um grupo de moçambicanos islamizados, originários da cultura Swahili. Ademais há a presença de indianos, principalmente nas zonas urbanizadas do país. A figura 1 mostra como estão organizados os grupos etnolinguísticos.

**Figura 2:** Grupos etnolinguísticos de Moçambique



**Fonte:** Disponível em: <<https://escolademoz.blogspot.com.br/2017/02/os-grupos-etnolinguisticos-de-mocambique.html>>. Acesso em out. de 2017.

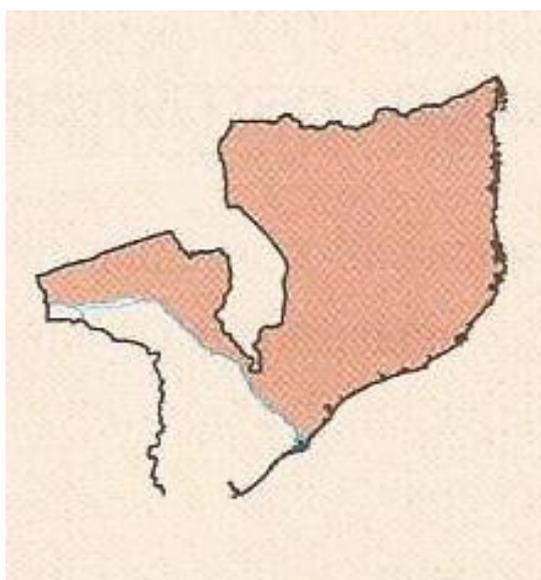
<sup>3</sup> Usa-se o termo tradicional nesta dissertação para designar povos que mantinham costumes e práticas culturais próprias de suas etnias e que os diferenciam entre si. De nenhuma maneira seu significado está relacionado a povos estáticos ou parados no tempo.

Os diversos trabalhos de feministas africanas, como Chimamanda Ngozi Adichie, e da nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí, desenvolvem-se dentro da perspectiva de estudos de gênero, temática que está cada vez mais trazendo à tona a questão das diversas formas de organização social existentes na África. É possível perceber, a partir desses estudos, que a noção ocidental da separação de papéis sociais de gênero nem sempre corresponde às realidades africanas.

Em Moçambique, isso é perceptível porque a diversidade étnica existente em território moçambicano possibilitou que a mulher desenvolvesse os mais diversos papéis sociais. De maneira geral, as sociedades moçambicanas são identificadas a partir da relação de parentesco com base em um sistema de linhagens, sendo essas fundadas por uma filiação vinculada à família do pai ou à família da mãe (GEFRAY, 2000). Entre essas linhagens é reconhecida a existência de uma bifurcação: existe a patrilinearidade, isto é, aquela linhagem advinda da família do pai, e a matrilinearidade, a saber, aquela vinculada à família da mãe.

No período histórico analisado nesta dissertação, as duas formas de filiação coexistem em território moçambicano. Dessa maneira, é possível identificar povos de descendência matrilineares, ao norte do rio Zambeze em Moçambique, principalmente localizados nas Províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula, tal como é o caso dos povos Maconde e Macua.

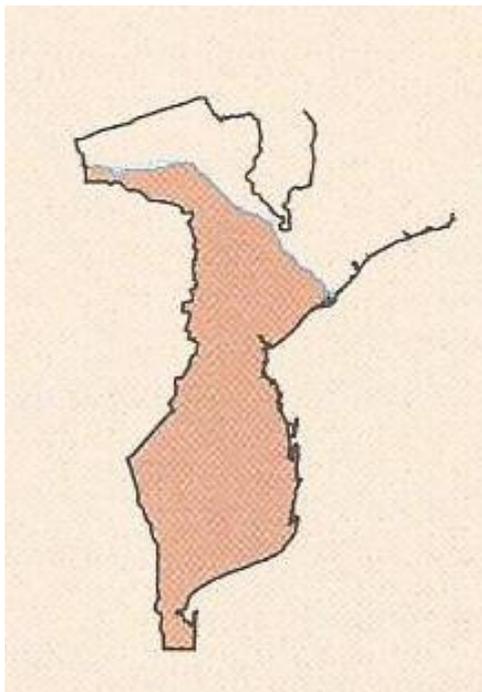
**Figura 3:** Zona Matrilinear



**Fonte:** Disponível em: <<https://escolademoz.blogspot.com.br/2017/02/os-grupos-etnolinguisticos-de-mocambique.html>>. Acesso em 15 out. 2017.

Ao sul do rio Zambeze, há a existência de uma forte influência da patrilinearidade, principalmente nos povos que formam as Províncias de Gaza, Maputo e Inhambane, como é o caso do povo Tsonga. Ao centro do território, as duas formas de linhagens são identificadas, principalmente nas Províncias de Zambézia, Tete, Sofala e Manica como o povo Chuwabo.

**Figura 4:** Zona patrilinear



**Fonte:** Disponível em: <<https://escolademoz.blogspot.com.br/2017/02/os-grupos-etnolinguisticos-de-mocambique.html>>. Acesso em out. 2017.

Essas organizações distinguem os povos entre si, porque desenvolvem práticas culturais e ritos próprios de cada etnia. Em razão do recorte estabelecido – devido às limitações de tempo inerentes ao processo de feitura da dissertação –, não será possível analisar neste trabalho cada uma das etnias existentes em suas particularidades. Porém, é importante compreender que, nas sociedades patrilineares, práticas tradicionais como lobolo<sup>4</sup> e poligamia<sup>5</sup> são costumeiras e distinguem as etnias entre si.

O casamento marcado pelo lobolo surge como uma garantia da subordinação da mulher à família do homem, assim como o direito dele sobre os seus filhos. A mulher se desvincula de sua família e de seu local de origem e passa a ser percebida como o novo

<sup>4</sup> Compra e venda de esposas entre a família da noiva e do noivo por meio de pagamento de um dote. (OSÓRIO, 2014)

<sup>5</sup> A permissão de o homem manter casamentos com mais de uma esposa (OSÓRIO, 2014).

elemento da família patrilinear, morando na casa do parceiro<sup>6</sup>. A transmissão dos direitos sobre a propriedade não passa pela mulher, sendo essa sempre vinculada ao pai, ou ao filho homem mais velho. A criação de gado, uma atividade considerada masculina por esses povos, é um dos meios principais de pagamento do lobolo, pois, não apenas representava riqueza, mas também a possibilidade de adquirir mais esposas, fato esse que perpetuou a prática da poligamia. Outro traço cultural é que, costumeiramente, nas etnias patrilineares, a morte do marido acarreta a sua esposa a obrigação de casar com irmão do marido morto<sup>7</sup>.

Por outro lado, os povos de linhagem matrilineares mantinham práticas culturais diferentes. O casamento não era marcado por grandes rituais, sendo uma decisão da mulher, dos seus pais e do tio materno. A mulher nessas sociedades era reconhecida como a herança do *nihimo*<sup>8</sup>, isto é, a mulher como legítima matriz da consanguinidade familiar, a marcadora dos traços parentais, porque, na concepção matrilinear, toda a descendência é oriunda de um mesmo ancestral. Os direitos sobre os filhos pertenciam à mãe. Já a educação infantil era garantida pelo tio materno.

Em algumas sociedades, como o povo Macua, o casamento era marcado por um dote<sup>9</sup>. Assim, era dado à mulher como forma de presente bens ou dinheiro. Nesse contexto, isso ocorria porque era costumeiro a mulher ser a proprietária de todos os bens da família, uma vez que ela é reconhecida como herdeira de sua linhagem.

Nessas sociedades, as atividades masculinas desenvolvidas relacionavam-se com a caça, a pesca e a construção de casas. A mulher tradicionalmente voltava-se para as atividades agrícolas, o que lhe assegurava sua importância social e econômica<sup>10</sup>. A transmissão do poder local das etnias matrilineares era normalmente marcada pela passagem da posição para sobrinha ou sobrinho mais velho do líder anterior.

---

<sup>6</sup> Essa prática é denominada como virilocalidade.

<sup>7</sup> Essa prática cultural denominada por liverato.

<sup>8</sup> Palavra designada pelo povo Macua, significava que a família considera possuir um ancestral em comum (GEFFRAY, 2000).

<sup>9</sup> O dote é chamado de *Mahari* pelo povo Macua (GEFFRAY, 2000).

<sup>10</sup> Ao norte do rio Zambeze, a prática da agricultura é de extrema importância para a sobrevivência dos povos que ocupam o território. A mulher tradicionalmente desenvolveu as atividades de maior importância para essas comunidades junto aos campos agrícolas. Ao sul do rio Zambeze, outras atividades tomam maior importância como a caça e a pesca desenvolvidas principalmente por homens. Entretanto, o comércio ambulante, característica das grandes cidades moçambicanas, é marcado pela presença feminina. O trabalho feminino informal é essencial para a renda de diversas famílias pobres urbanizadas.

Algumas das sociedades matrilineares do centro e do norte de Moçambique praticam ainda outros costumes, como os ritos de iniciação<sup>11</sup>, que definem a divisão sexual do trabalho, o respeito e a vida sexual (OSÓRIO, 2014). Mesmo assim, a desigualdade de gênero estava presente nessas sociedades. Segundo Osório (2014), eram nos ritos de iniciação que a mulher deveria aprender o respeito, sendo este um conceito definido como: ser educada, saber cumprimentar aos demais, servir e respeitar as ordens de seu marido.

Dessa maneira, o respeito ensinado nos ritos de iniciação contribuía como forma de perpetuação da desigualdade de gênero e submissão da mulher ao seu marido. Apesar disso, um grande diferencial dessa cultura é que o homem também estava sendo orientado pela sociedade a respeitar<sup>12</sup> a sua esposa. O descumprimento dessa orientação o levava a uma condenação social perante a comunidade na qual estava inserido, fazendo-o ter graves consequências, tais como a violência. Além disso, poderia acarretar na devolução da mulher à casa dos seus pais, tanto por vontade própria como por vontade do marido<sup>13</sup> (OSÓRIO, 2014, p. 8).

Os ritos de iniciação também definem e formam a vida sexual dos jovens. Apesar da mulher nas sociedades matrilineares gozar de uma relativa liberdade em relação às sociedades patrilineares, ainda assim os jovens homens preparam-se para uma vida de dominação. De modo geral, era aprendido por meio da cultura que a mulher deve sempre estar disposta às relações sexuais. Já para as jovens mulheres, o incumprimento desse dever era motivo de sua devolução à família. A elas não era ensinado desenvolver desejo para com o parceiro ou iniciativa durante as relações sexuais<sup>14</sup>.

Após os ritos de iniciação, os jovens são considerados aptos para a vida adulta. Os meninos não vão mais à escola, pois passam a auxiliar seu pai nas atividades a ele

---

<sup>11</sup> Os ritos de iniciação se resumem a realização de cerimônias que marcam a passagem à fase adulta, em Moçambique, os ritos se iniciam após a primeira menstruação da mulher e nos homens nos primeiros sinais da puberdade. Enviados a um local isolado, recebem orientação de matronas e mestres, aprendendo como se comportar durante a vida adulta. Dessa forma, os papéis sociais são ensinados a cada um a partir de seu sexo, onde é ensinado: canções, danças e atividades além de conselhos sobre comportamento (OSÓRIO, 2014).

<sup>12</sup> Compreendendo que o conceito *respeito* é entendido de maneira diferente em relação aos homens ou mulheres matrilineares.

<sup>13</sup> Importa salientar que as devoluções da esposa pelo marido muitas vezes são justificadas por não cumprirem sua função social. Essa prática denunciada hoje por diversas organizações feministas em Moçambique.

<sup>14</sup> Uma prática comum da subordinação sexual das meninas é a costumeira postura do alongamento dos lábios vaginais, nas comunidades do centro e norte de Moçambique. Esse processo é altamente dolorido, os lábios vaginais são verificados durante os ritos de iniciação (OSÓRIO, 2014).

incumbidas. A menina é considerada apta para o casamento, esse costume leva milhares de crianças à prática cultural do casamento infantil<sup>15</sup>. A esse respeito, é oportuno salientar que o casamento de crianças com homens mais velhos foi combatido pela FRELIMO, desde a luta anticolonial até os dias atuais, com a instituição da Lei da Família, que reconhece somente casamentos legais entre partes maiores de 18 anos.

A formação cultural das diversas etnias que habitam o que hoje se conhece como Moçambique foi um longo processo de contato com povos estrangeiros. Durante os séculos, árabes, indianos, chineses, indonésios e outros povos, sobretudo, orientais, mantinham contato com as etnias moçambicanas. O comércio<sup>16</sup> intenso com os povos árabes, anterior à colonização portuguesa, ocasionou uma forte influência islâmica em Moçambique. Segundo Correia e Homem (1977), essa influência manteve íntimo contato com características já existentes entre as etnias tradicionais da região, tal como a poligamia, o caráter clânico dos chefes árabes e o próprio conceito de Alá, também se aproximam de entidades africanas como Mlungu, Mwari e Olurum.

Tendo em vista essas considerações, importa salientar que a construção cultural em Moçambique é perpassada por um importante fator, a religião. No período analisado neste estudo, sublinham-se dois dogmas religiosos importantes: aquele orientado pela Bíblia dos portugueses católicos e o orientado pelo Alcorão dos comerciantes árabes e asiáticos presentes em Moçambique.

A imigração de comerciantes árabes<sup>17</sup> e asiáticos, principalmente na região costeira do norte de Moçambique, contribuiu para ampliar as noções sobre os papéis de gênero, uma visão que se entrecruza com os diversos aspectos das sociedades de linhagem matrilineares ao norte do rio Zambeze<sup>18</sup>. Nessas comunidades, os pais formavam seus filhos em escolas mulçumanas, que ensinavam os valores religiosos orientados. Em sua

---

<sup>15</sup> O casamento prematuro, principalmente realizado no norte e centro de Moçambique, mostram-se nos dias atuais um grave problema, sendo esse, combatido por diversas ONGs que atuam no país. Em todo o mundo, 10 milhões de meninas casam antes dos 10 anos, uma estimativa que alcança cerca de 25 mil casamentos realizados por dia. Moçambique é um dos lugares de maiores taxas, atingindo 55,9% dos seus casamentos, sendo estes prematuros (OSORIO, 2013).

<sup>16</sup> Importante sublinhar que a presença de comerciários árabes na África oriental ocorreu durante o apogeu da expansão islâmica, no século VI (CORREIA; HOMEM, 1977).

<sup>17</sup> Para mais informações sobre o Islã em Moçambique, ler em BOUENE, Felizardo. Moçambique: Islão e cultura tradicional. In: O Islão na África Subsariana: actas do 6º Colóquio Internacional Estados, Poderes e Identidades na África Subsariana, realizado, de 8 a 10 de maio de 2003, na Faculdade de Letras do Porto/coord. António Custódio Gonçalves. – Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, D.L. 2004. p. 115-130.

<sup>18</sup> A imigração mulçumana é fortemente percebida ao norte de Moçambique e principalmente localizada entre o povo Macua.

maioria, a educação reforçava a noção de superioridade masculina e da subalternização da mulher ao marido.

Além do alargamento de posições sociais e econômicas, a chegada de comerciantes mulçumanos intensificou o comércio em Moçambique, projetando o cenário para o homem, o que, por sua vez, fortaleceu seu estatuto social e econômico. As mesquitas mulçumanas promoveram regras e comportamentos definidos por sua religião, distintamente, a cada um dos gêneros a partir dos ensinamentos do Alcorão. É importante destacar que não foi apenas pela imigração de comerciantes que o islã se estabeleceu em Moçambique, mas a criação de instituições também difundiu seus valores, a exemplo da Associação Afro-maometana de Lourenço Marques, fundada em 1934 (BOUENE, 2004).

A estreita relação da Igreja Católica com o Estado português tornou a instituição ativa nas colônias. A Lei Colonial de Salazar determinou a Igreja Católica como um “instrumento de civilização e influência nacional” (NEWITT, 2012, p. 414). Nessa perspectiva, projetou valores sobre o funcionamento educacional das colônias no período. O acesso restrito dos africanos à educação era marcado por apenas quatro anos de ensino<sup>19</sup>. Essa pouca instrução formal abria precedente para justificar a exploração de mão de obra africana. Para sustentar esse argumento, a Igreja determinou que poucos anos de ensino eram o suficiente para a realização de trabalhos manuais.

Por outro lado, os islâmicos não eram bem recebidos pelo governo português, que juntamente com a Igreja Católica tentava diminuir a influência do islã em Moçambique. Assim, para dar outro ponto na construção dos valores, os missionários católicos foram responsáveis pela difusão da moral de sua congregação, o que, mais uma vez, contribuiu para as noções de gênero, uma vez que era imposta uma visão cristã ocidental e moralizante do ser mulher.

Nesse contexto, os religiosos desenvolveram ações para difundir a evangelização com apoio do governo português. Durante a luta anticolonial, segundo Felizardo Bouene (2004), o governo, com medo de os mulçumanos apoiarem a FRELIMO, tornou-se menos repressivo do que no período anterior. Nessa estratégia, até mesmo visitas do Governador Geral a centros islâmicos e a mesquitas foram realizadas a fim de tornar possível alianças

---

<sup>19</sup> Além das questões raciais, a escola era apenas acessada por homens. As mulheres nunca foram incluídas no sistema educacional colonial. Após a criação de escolas nas zonas libertadas pela FRELIMO, o ensino feminino foi imposto pela organização.

entre o Estado e os líderes islâmicos. Ambas as religiões, no que se refere a questões de gênero, mantiveram ou aumentaram a desigualdade entre homens e mulheres.

Frente ao exposto, diz-se que os navegantes portugueses localizaram na região não apenas grupos étnicos extensos, como um vasto sistema de comércio e sociedades complexas. A chegada dos europeus ameaçou o desaparecimento de diversas etnias<sup>20</sup> e modificou profundamente as estruturas dos povos que habitavam a região. Isso significa dizer que os portugueses não foram os primeiros a manter contato com os nativos moçambicanos, mas seguramente foram uma influência determinante no desenvolvimento da história dos povos da região.

A exploração portuguesa<sup>21</sup> foi marcada pelo trabalho forçado nos campos agrícolas de produtos de exportação e no envio de mão de obra a países vizinhos, como para as minas da África do Sul. Em Moçambique, o trabalho assalariado era um dever exigido pelos colonos. Na ausência de apresentações para trabalhos voluntários, era aplicado o trabalho obrigatório, o chamado *chibalo*. Porém, a lei do trabalho obrigatório estava restrita ao trabalho masculino. Por vezes, o trabalho feminino estava vinculado ao trabalho em campos de cultivo particulares, à abertura de estradas ou ao trabalho doméstico (SANTANA, 2006).

A onda de descolonização em toda África, arrolada nas décadas de 1950 e 1960<sup>22</sup>, teve como consequência a criação da Comissão de Descolonização das Nações Unidas (criada em 1962), quando foram as primeiras pressões internacionais sentidas pelo colonialismo português<sup>23</sup>. Nessa época, as preocupações do ditador António de Oliveira Salazar<sup>24</sup> e a resistência do regime em iniciar as negociações com suas colônias africanas marcam as tensões do período.

---

<sup>20</sup> Como no caso do império Zanj, estabelecido desde 957 na região, tem seu desenvolvimento estritamente relacionada com a hegemonia comercial árabe na região. A civilização desapareceu após ataques de canhões dos navios portugueses comandados pelo português Dom Almeida.

<sup>21</sup> O aprimoramento no uso da mão de obra escrava foi, segundo Sonia Correia e Eduardo Homem (1977), o principal meio português de economia por sua inferioridade econômica perto das estratégias econômicas traçadas por outros países europeus como Inglaterra, França e Bélgica.

<sup>22</sup> Na década de 1950, diversos movimentos independentes surgiram como no Marrocos, Sudão e Tunísia. Gana foi o primeiro país da África subsaariana a conquistar a independência. Até o final da década de 1960, outros trinta e quatro novos Estados independentes surgiram na África.

<sup>23</sup> Portugal entrou para as Nações Unidas em 1995.

<sup>24</sup> Estadista nacionalista português, o ditador esteve no poder em Portugal de 1932 até 1968.

As ações violentas ocasionadas pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), ou seja, a polícia política do Estado português, implementada em 1956, foi, segundo Newitt (2012), uma medida cautelar aos movimentos independentistas africanos. A partir dela, era mantido o objetivo de perseguir líderes políticos, por isso a PIDE intimou, prendeu, torturou e matou militantes nacionalistas, assim como reprimiu greves e organizações. Os movimentos nacionalistas foram obrigados a se organizarem fora da colônia portuguesa, clandestinamente nos países vizinhos, devido às ameaças do jugo colonial.

Como se sabe, o regime colonial estava estruturado em conceitos de inferioridade racial. A propaganda salazarista justificou a exploração africana como uma missão civilizadora para África. Nessa percepção, para tanto, subjugou diversas etnias africanas a partir da imposição de altos impostos e de violentas opressões. A proposição do imaginário europeu de um negro africano no limiar da selvageria foi uma estratégia traçada pelo colonialismo para justificar as ações do regime de pacificação e dominação dos africanos. Em resposta, os focos de resistência à colonização das mais diversas etnias existentes geravam um sentimento de insegurança permanente entre os colonos.

A repressão colonialista foi protagonista em diversos massacres por todo o território moçambicano. Entre eles, o caso de Mueda, em 16 de junho de 1960, marcou o início do período de revoltas contra o regime e, segundo Muiwane (2006), impulsionou a criação de uma organização anticolonial unificada. Nesse dia, foi realizada uma greve pacífica na frente do posto administrativo de Mueda, na qual foi exigido o fim do colonialismo português. A repressão portuguesa foi altamente violenta. A administração colonial ordenou o exército português a atirar contra a população, o que levou a um alto número de mortos<sup>25</sup>.

A impossibilidade de negociações com os colonizadores portugueses, as grandes ações violentas e os diversos movimentos nacionalistas que eclodiram no período formam o contexto político de formação da FRELIMO. Portugal endureceu sua repressão para evitar um terceiro conflito em suas colônias, após o início das lutas armadas em Angola e em Guiné. Dessa forma, Portugal foi apoiado política e militarmente pela Rodésia do

---

<sup>25</sup> O número exato de mortos nesse dia não foi divulgado pelo colonialismo português. A FRELIMO afirma que o número estimado é de 500 a 600 pessoas mortas (MUIUANE, 2006).

Sul e pela África do Sul, assim como recebeu o auxílio de organizações criadas por milícias armadas formadas por colonos brancos<sup>26</sup> que reforçavam a polícia colonial.

Assim, a formação da Frente de Libertação Revolucionária de Moçambique (FRELIMO) se insere nesse contexto a partir do esforço impendido para mobilizar o maior número de militantes a aderir à luta anticolonial. Anos após a sua criação, a Organização estabeleceu o massacre de Mueda como um ponto inicial na compreensão de que a luta pacífica não era um caminho viável para a conquista da independência (MUIUANE, 2006).

O projeto político defendido pela FRELIMO mantinha como lema principal, durante o período da luta anticolonial, os dizeres de Samora Moises Machel: “matar a tribo para nascer a nação”. Suas palavras de ordem apontavam para um caminho no qual a organização social estaria completamente desvinculada de seu passado étnico. As contradições entre as sociedades de organizações sociais distintas foram vistas como retrógradas e suas estruturas definidas como “feudais tradicionais” (MACHEL, 1975).

Após a independência de Moçambique, em 1975, uma das medidas levadas a cabo pelo governo foi a nacionalização do patrimônio da Igreja, instituindo a laicidade do Estado. Nesse ato, não houve o reconhecimento da diversidade religiosa, cultural e étnica em todo o território moçambicano pela Frente, que considerava as práticas culturais velhas e, portanto, opostas ao projeto de “nova” sociedade moçambicana, símbolo de modernidade.

É sensível afirmar que as distintas etnias se percebem em território moçambicano de maneiras diferentes, e em muitos casos como povos diversos e díspares entre si. Nesse cenário, nos que diz respeito ao ideário de figura feminina, é correto compreender que não existia uma única mulher em Moçambique, e sim uma diversidade de mulheres que correspondem às características locais em que nasceram. Assim, desenvolviam práticas culturais próprias de sua etnia, viviam dentro de um complexo sistema religioso e diverso, realizando um modo de produção e organização social próprios, perpetuando uma visão sobre ser mulher desde esse lugar que ocupavam.

Ademais do contexto apresentado, nesta introdução, cabe salientar que a escrita desta dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro contextualiza a formação

---

<sup>26</sup> No período havia em torno de 15.000 colonos brancos residentes em território moçambicano, concentrados em área como o vale do Limpopo, terras de cultivo de produtos de exportação (MUIUANE, 2006).

da FRELIMO, em 1962, a partir de três grandes movimentos de libertação do período, a saber: o Mozambique African National Union (MANU), a União Africana de Moçambique Independente (UNAMI) e a União Democrática de Moçambique (UDENAMO). O surgimento de uma frente unificada que objetivava o fim do colonialismo e a independência total do território fomentou o início da luta anticolonial. Os caminhos percorridos após o surgimento da Frente de Libertação são imperativos para a compreensão da eleição de Samora Moisés Machel como líder revolucionário e para o entendimento da formação do seu vasto panorama político. Assim sendo, delimita-se, o capítulo até o final da luta anticolonial, em 1975, quando Samora Moisés Machel assume a posição de primeiro presidente de Moçambique.

O segundo capítulo focaliza os primeiros discursos de Samora Moisés Machel em relação à emancipação da mulher no âmbito da luta anticolonial. A compreensão de que a libertação nacional estava estritamente interligada à libertação da mulher a torna um dos temas centrais dos discursos do líder revolucionário. O início do projeto emancipatório como um dos objetivos da FRELIMO cria oportunidade para o surgimento de organizações exclusivamente femininas. A primeira é a criação do Destacamento Feminino, em 1967, cuja configuração cria um espaço dedicado ao treinamento político e militar da mulher para a formação de pelotões femininos que compunham o exército popular da Frente. Essa iniciativa foi essencial na criação da Organização da Mulher Moçambicana, em 1973, durante o I Congresso da Mulher Moçambicana. É justamente nesse evento que Samora Moisés Machel profere um importante discurso que compõe o início do projeto emancipatório da mulher, idealizado pela FRELIMO.

Por fim, o terceiro capítulo está limitado no âmbito dos discursos proferidos durante o governo de Samora Moisés Machel, após 1975. Sublinham-se nessa escrita as modificações nos discursos em relação àqueles proferidos sobre a emancipação da mulher ainda durante as lutas anticoloniais. A mulher, nessa etapa, é percebida como um elemento político transformador da sociedade e essencial para a reconstrução nacional. Dessa forma, ela passa a adquirir novas tarefas revolucionárias. Problematizando as diferenças encontradas no discurso proferido em 1973 em comparação ao discurso proferido em 1976, compreendem-se novos contornos assumidos por Samora Moisés Machel no projeto político e ideológico que objetivava a libertação da mulher.

## CAPÍTULO 1. “A LUTA ARMADA AGINDO COMO CÁPSULA INCUBADORA”: DA LUTA ANTICOLONIAL À FORMAÇÃO DE UM NOVO PROJETO IDENTITÁRIO (1962-1975)

*Por um mundo onde sejamos socialmente  
iguais, humanamente diferentes e  
totalmente livres.*

*Rosa Luxemburgo (1871-1919)*

Neste capítulo, faz-se uma análise sobre a formação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a luta anticolonial promovida pela Organização. Sua história está diretamente relacionada com a história contemporânea de Moçambique, como o Movimento que estabeleceu a promoção e a proclamação da independência do país. Para tanto, ao longo do capítulo, recorre-se à documentação oficial, assim como às atas do I e do II Congressos da FRELIMO, de 1962 e 1968, respectivamente, que definiram a linha política da organização, bem como estabeleceram seu Programa e Estatuto.

### **1. 1 Formação da FRELIMO (1962)**

A decisão de uma organização única para combater o colonialismo português tornou possível a criação da FRELIMO a partir da fusão de três grandes movimentos nacionalistas já existentes. O primeiro foi denominado Mozambique African National Union (MANU), o segundo União Africana de Moçambique Independente (UNAMI) e o terceiro União Democrática de Moçambique (UDENAMO). Os movimentos se agruparam em torno dos objetivos traçados em comum, a independência total de Moçambique e o fim das estruturas coloniais.

De caráter nacionalista e anticolonial, recebeu apoio dos países vizinhos como Tanzânia, Malawi e Zimbábue, bem como de países de outros continentes, como URSS, China e Cuba. Esse fato não impossibilitou divergências entre os grupos, ocasionadas pelas diferentes correntes políticas de cada movimento, principalmente, nos primeiros anos de sua formação. As divergências políticas na FRELIMO, ao contrário, fomentaram

grandes discussões entorno de temas como a guerra, o exército, a tendência política e a emancipação feminina (SANTANA, 2006).

A MANU foi fundada em 1959 na Tanganica (atual Tanzânia) com largo apoio dos líderes originários da Tanganica African National Union (TANU)<sup>27</sup>. Inicialmente constituídos por grupos já existentes entre a etnia Maconde, ao norte de Moçambique, a MANU não era uma organização nacional, ao contrário, definia-se como etnia Maconde. Essa organização é originária dos movimentos intitulados Mozambique Makonde Union da Tanganica e a Mozambique Makonde and Makua Union de Zamzibar, ou seja, reunia os Macondes da Tanganica, Zamzibar e de Moçambique. A organização era presidida por Mateus Mmole e tinha como secretário-geral L.M.Milingo (PIMENTA, 2005).

A UNAMI foi fundada, em 1960, na fronteira de Moçambique e da Niassalândia (atual Malawi). Liderada por Adelino Gwambe, organizou trabalhadores emigrados de Manica, Sofala, Gaza e Lourenço Marques. Anteriormente, foi liderada por José Baltazar da Costa Chagonga e por Gadaga (FERRÃO, 2002).

A UDENAMO, por sua vez, formada em 2 de outubro de 1960, surge a partir de militantes que participavam da Associação Nacional Africana de Moatize, criada em 1956 e fundada na Rodésia do Sul (atualmente Zimbabwe). Sua formação era composta pelo presidente Adelino Gwambe, Marcelino dos Santos, Uria Simango, Daniel Mabunda, Paulo José Gumane, Alberto Sithole, Fanuel Malhuza, Adelino Bucuane entre outros (FERRÃO, 2002).

A independência da Tanganica (atual Tanzânia) tornou possível a transição dos movimentos políticos para Dar-es-Salam (capital da Tanzânia). O apoio do país foi fundamental para a formação do movimento, uma vez que, como se sabe, a Tanzânia se tornou o berço dos novos movimentos nacionalistas em África após a sua independência, em 1962, por meio da Tanganica African National Union (TANU), liderada por Julius Nyerere<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> União Nacional Africana de Tanganica. Movimento formado a partir da Associação Africana Tanganica, por Julius Nyerere, em julho de 1954. A partir de 1964, passou a chamar-se União Nacional Africana da Tanzânia.

<sup>28</sup> Um ano após a independência da Tanganica, Julius Nyerere foi nomeado como presidente após um plebiscito popular. Defendia a formação de uma unidade africana através de uma linha política socialista. Seu pensamento político socialista estabelecia uma relação com a realidade africana, favorecendo o

A partir da Tanzânia, a organização estabeleceu sua base política e militar, ensejando o ponto de partida do início da luta armada em Moçambique. Após a reunião em Dar-es-Salam, em 20 a 25 de junho de 1962, a formação da FRELIMO foi inicialmente realizada, assim como a votação para decidir a liderança da nova organização. Ferrão (2002) explica que:

Cinco personalidades concorreram para liderança. As eleições foram por votações e os candidatos eram: DR. Eduardo Chivambo Mondlane, Reverendo Uria Simango, senhor José Baltazar da Costa Chagonga, Paulo Gumane e Mateus Mmole. Sabe-se que o Dr. Eduardo Mondlane venceu por boa margem tendo se seguido o Reverendo Uria Simango, Baltazar da Costa Chagonga que também concorrera para o cargo não logrou um resultado assinalável para o efeito. Dr. Eduardo Mondlane tornou-se presidente e Reverendo Uria Simango em vice-presidente. David Mabunda tornou-se Secretário-geral, Paulo Gumane Secretário Geral-Adjunto, Marcelino dos Santos foi designado Secretário para Informação e Silvério Nungo passou para Secretário Administrativo. É importante também referir que Joaquim Chissano esta já na referida Frente Nacional desde os princípios de 1962. Em maio de 1962 Chissano esteve em Dar-es-Salam a representar a UNEMO – União Nacional dos Estudantes Moçambicanos, tendo se tornado representante da FRELIMO na Europa, uma vez que se encontrava a fazer estudos universitários na FRANÇA. (FERRÃO, 2002, p. 26)

Conforme se vê na citação, a votação refletia a diversidade dos movimentos que formaram a FRELIMO. Os líderes da UDENAMO, UNAMI E MANU disputaram a liderança da organização. Desde o princípio de sua formação, a FRELIMO abarcou um panorama extenso de visões políticas diferentes e que convergiam entre si. A larga vitória do primeiro líder da FRELIMO, Eduardo Chivambo Mondlane, mostrou a posição central no processo de fundação e na mediação de conflitos entre os militantes da FRELIMO.

### *1. 1. 1 A liderança de Eduardo Mondlane (1962)*

Eduardo C. Mondlane (1920 – 1969), o primeiro líder revolucionário da FRELIMO, mantinha um panorama político múltiplo e fragmentado por influências e

---

surgimento de movimentos de independências orientados política e ideologicamente a partir de um “socialismo tipicamente africano”. Outro importante líder africano que desejava a unidade da FRELIMO foi Kwane Nkhrumah presidente de Gana de tendência socialista e um dos fundadores do pan-africanismo.

contatos estabelecidos ao longo dos dez anos de vida acadêmica e política. Inspirado pelo movimento estudantil sul-africano, em 1948, aos vinte e oito anos, fundou com seus colegas o Núcleo de Estudantes Secundaristas Africanos de Moçambique (NESAM) em Moçambique. Aparentemente a associação mantinha o objetivo de promover atividades culturais, porém clandestinamente iniciou a organização política de diversos jovens moçambicanos, formando um movimento estudantil anticolonialista. Essa associação foi fundamental na formação política de diversos jovens moçambicanos que aderiram durante a luta anticolonial à FRELIMO.

Em 1950, continuou seus estudos em Lisboa, onde conheceu outros estudantes de outras colônias portuguesas. Mondlane e seus colegas frequentaram a Casa dos Estudantes do Império (CEI) e formaram uma rede política de luta anticolonial. Essa cadeia de apoio estabelecida foi fundamental para o pensamento político de Mondlane, que criticava duramente o colonialismo e defendia uma unidade entre os movimentos africanos. Alguns dos seus colegas da CEI foram dirigentes que iniciaram as lutas armadas em toda a África, tal como foi o caso de Agostinho Neto<sup>29</sup>, Marcelino dos Santos<sup>30</sup>, Amílcar Cabral<sup>31</sup> e Mário Pinto de Andrade<sup>32</sup>.

A formação de Mondlane em ciências sociais na Universidade de Witwatersrand em Johannesburg possibilitou o seu trabalho como funcionário das Nações Unidas, de 1957 a 1961. Foi subsecretário da ONU, elaborando relatórios sobre a situação política de povos e territórios que se encontravam sob tutela dessa organização (MUIUANE, 2006). Suas visitas a outras colônias possibilitaram o contato com a realidade social dos povos africanos colonizados.

Em 1961, ao chegar a Moçambique, Mondlane escreve uma autobiografia<sup>33</sup>. Apesar de suas experiências internacionais que abarcaram múltiplos e complexos pensamentos políticos, é nessa autobiografia que ele demonstra manter ainda as

---

<sup>29</sup> Presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), sendo em 1975, primeiro presidente angolano até sua morte em 1979.

<sup>30</sup> Membro fundador da Frente de Libertação de Moçambique. Foi vice-presidente de Samora Moisés Machel. Após 1975, assumiu o cargo de primeiro Ministro da Planificação e Desenvolvimento.

<sup>31</sup> Político e teórico marxista foi membro fundador do Partido Africano da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

<sup>32</sup> Membro fundador e primeiro líder do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

<sup>33</sup> A autobiografia completa de Eduardo Mondlane está publicada no livro MUIUANE, Armando Pedro. Datas e Documentos da FRELIMO. De 1960 a 1975 - O ano da independência de Moçambique. Maputo: novembro 2006.

influências de sua própria etnia, uma vez que ela foi inteiramente escrita em Xichangana, sua língua materna.

Em 1962, Mondlane estava no centro da fundação da FRELIMO. Lá desenvolveu sua consciência política ao longo dos anos, tomando como referência seus estudos nos Estados Unidos e as influências que recebeu em Portugal, quando esteve em contato com outros intelectuais e organizações. Em suas palavras:

Uma das principais lições a extrair de quase quatro anos de guerra em Moçambique é que a libertação não consiste apenas em expulsar a autoridade portuguesa, mas também em construir um novo país, devendo esta construção ser levada a cabo com o próprio processo da destruição do Estado colonial. Compreendemos isto logo de início, antes de começarmos a combater, mas só com o desenrolar da luta nos apercebemos de facto que esta reconstrução civil tem de ser rápida e total. Não se trata de tomar algumas medidas provisórias nem de esperar até termos o controlo de todo o país, antes de decidir como governá-lo. Somos levados a criar agora estruturas e tomar decisões que determinarão o padrão do futuro governo nacional. (MONDLANE, 1995, p. 129)

Em suas manifestações, realizava duras críticas ao colonialismo português, sendo a favor da eliminação das estruturas coloniais em Moçambique, no esforço da estruturação do país após a independência. Eleito líder revolucionário, realizou discursos com longas leituras sociológicas sobre o território, o que auxiliou a formação do projeto político e ideológico do movimento. Ademais, foi o principal mediador de conflitos internos entre as linhas políticas divergentes que formavam a FRELIMO, enfrentou graves crises internas. Para Newitt (2012), debateu questões cruciais para a estruturação política do movimento, que impactaram a organização durante toda a luta anticolonial.

Por outro lado, desde o início da formação da FRELIMO, Eduardo Mondlane foi percebido com desconfiança por alguns militantes da Frente. Sua ligação com a ONU, os anos que passou estudando nos Estados Unidos, além do seu casamento com Janet Mondlane, americana branca, levaram alguns militantes da FRELIMO a acusarem-no de manter relações com a Central Intelligence Agency americana (CIA) (NEWITT, 2012). Esse tipo de acusações e desconfianças advindas acompanharam a sua trajetória política, levando à promoção de discussões e divisões dentro da FRELIMO. Seus opositores, em sua maioria, faziam parte da ala mais conservadora e tradicionalista da FRELIMO.

## 2. O I Congresso (1962)

Após a reunião inicial, o I Congresso da FRELIMO foi realizado em Dar-es-Salaam na Tanzânia, em 23 a 28 de setembro de 1962, e ficou conhecido como o “Congresso da Unidade”. Isso porque reafirmou a posição de líder revolucionário de Eduardo Mondlane e seu vice-presidente, Uria Simango. Foi acompanhado pelo Primeiro-Ministro de Tanganica, Rashidi Kawawa<sup>34</sup>, que proferiu um longo discurso de abertura do congresso. Naquela ocasião, o seguinte foi enunciado:

Caros amigos, deveríamos compreender que só imperialistas e colonialistas são ainda fortes e estão decididos a impedir a realização da nossa unidade em África. Deveremos, portanto, juntos trabalhar arduamente com o propósito de tornarmos a unidade africana forte, como o povo da Tanganyika o fez na sua caminhada para a vitória. A UNIDADE é uma lição que todo o Estado africano deveria aprender, e satisfazer ao mesmo tempo os seus requisitos. Deveis unir-vos até à morte. Caso assim não for, o governo colonial português triunfara. O povo do Tanganyika deseja que sigais o caminho que ele trilhou até a Independência. (COMITE CENTRAL DA FRELIMO, 1963, p.7)

Para o Primeiro-Ministro, a união africana era um elemento político essencial para o desenvolvimento das novas nações que surgiam no período. Apoiando, sobretudo, a decisão da unidade entre os grupos formadores da FRELIMO, semelhante à formação da TANU<sup>35</sup>. A partir do discurso proferido na ocasião, é possível notar o tom tutelador dessa fala, na qual a TANU seria um exemplo a ser seguido pela FRELIMO.

O I Congresso definiu os órgãos fundamentais da Organização e estabeleceu a luta armada como meio para a conquista de uma independência total de Moçambique. O inimigo a ser combatido foi definido como o colonialismo português e o imperialismo. Além de reafirmar apoios internacionais, esse congresso foi importante para a formulação da primeira constituição do movimento, vigente por seis anos. As modificações na

---

<sup>34</sup>Após a independência de Tanganica, foi eleito Rashid Kawawa como primeiro ministro até dezembro de 1962 quando assume Julius Nyerere.

<sup>35</sup> União Nacional Africana de Tanganica. Movimento formado a partir da Associação Africana Tanganica, por Julius Nyerere, em julho de 1954. A partir de 1964, passou a chamar-se União Nacional Africana da Tanzânia.

proposta inicial deram-se somente em 1968, durante o II Congresso da FRELIMO. Na citação que segue, apresenta-se o que foi postulado na primeira constituição:

1. Desenvolvimento e consolidação da estrutura da organização da FRELIMO;
2. Desenvolvimento da unidade entre [entre] os moçambicanos;
3. Utilização máxima das energias e faculdade de cada um e de todos os membros da FRELIMO;
4. Promover a formação acelerada de quadros;
5. Empregar todos os esforços para promover o acesso rápido de Moçambique à Independência;
6. Promover, por todos os meios, o desenvolvimento social e cultural da mulher moçambicana;
7. Promover desde já a alfabetização do povo moçambicano, criando escolas onde for possível;
8. Tomar as medidas necessárias a fim de prover as necessidades dos órgãos dos diferentes escalões da FRELIMO;
9. Encorajar e apoiar a formação e consolidação das organizações sindicais, de estudantes, da Juventude e de Mulheres;
10. Cooperação com as organizações nacionalistas das outras colónias portuguesas;
11. Cooperação com as organizações nacionalistas africanas;
12. Cooperação com os movimentos nacionalistas de todos os países;
13. Obtenção de fundos junto das organizações que simpatizam com a causa do povo de Moçambique, fazendo apelos públicos;
14. Obtenção de meios para a auto-defesa e para manter e desenvolver a resistência do povo moçambicano;
15. Propaganda permanente por todos os meios, a fim de mobilizar a opinião pública mundial em favor da causa do Povo moçambicano;
16. Diligências junto de todos os países a fim de realizar campanhas e manifestações públicas de protesto contra as atrocidades cometidas pela administração colonial portuguesa, assim para a libertação imediata de todos os nacionalistas que se encontram nas prisões colonialistas portuguesas;
17. Obtenção de ajuda diplomática, moral e material, para a causa do povo moçambicano, junto dos Estados Africanos e de todos os Estados amantes da paz e da liberdade. (COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO, 1963, p. 26-28)

Após a formação do Comitê Central, uma série de medidas foi anunciada como norte da organização. Ainda que medidas muito simples, elas mantinham um caráter organizacional do movimento, originando a estrutura do primeiro estatuto e do programa da FRELIMO. Entre os dezessete pontos defendidos, a formação política das mulheres estava presente para o movimento.

Outro fator determinado pelo Congresso foi estabelecer esforços para a criação de uma rede de apoio internacional, para auxiliar no preparo para o início da luta armada. Para tanto, foi durante o Congresso que se definiram estratégias de luta armada, bem

como foi pensada a criação do Departamento de Defesa (DD) da FRELIMO, com a direção de Filipe Samuel Magaia (FERRÃO, 2005).

A rede de apoio entre os diversos movimentos<sup>36</sup> de libertação foi estabelecida logo nos primeiros anos da formação da FRELIMO. As lutas anticoloniais mantinham relações em escala internacional, as organizações se inserem em um escopo das linhas políticas da esquerda durante a Guerra Fria. A Frente recebia financiamento, mantimentos, armamentos e treinamento militar de países como China, URSS e Cuba.

Nessa ocasião, é importante ressaltar a presença de cubanos<sup>37</sup> treinando os guerrilheiros da FRELIMO em sua base na Tanzânia (FERRÃO, 2005). Segundo Milhazes (2010), outro importante campo de treinamento era mantido por russos soviéticos e estava localizado na aldeia de Perevalnoe, na Criméia (atualmente na Ucrânia). Esse campo recebeu militantes dos mais diversos movimentos de libertação em todo o mundo, enquanto a FRELIMO estendia suas campanhas de mobilização ilegalmente, a fim de recolher fundos e aumentar o número de militantes para o início da luta anticolonial.

Em 1963, a fundação da Organização da Unidade Africana (OUA), na Etiópia, reforçou os laços estreitos que se formaram a partir dos movimentos nacionalistas africanos e possibilitou o contato entre diferentes tendências políticas. Por meio da OUA, foi possível a criação do Comitê Africano de Libertação, que tinha como objetivo auxiliar os processos de luta armada, iniciados pelos movimentos africanos, como no caso da FRELIMO.

Nesse contexto, a situação política da colônia portuguesa era de extrema tensão. O surgimento de um movimento unificado opositor ao sistema colonial intensificou as

---

<sup>36</sup> A influência principalmente veio dos países de língua oficial portuguesa como a Guiné Bissau e Cabo Verde, em 1956, com o Partido Africano para Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) de Amílcar Cabral. Anos depois em Angola, a fundação do Movimento para a Independência de Angola (MDIA) de Pierre M'BALÁ e o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) os dois movimentos formaram O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Ainda em Angola surge a União dos Povos de Angola UPA de Holden Roberto, em 1962, passa a se chamar Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

<sup>37</sup> Essa intervenção estava diretamente relacionada à estratégia política defendida pelo Comandante cubano Che Guevara, após a libertação de Cuba, planejava a avançar e iniciar uma luta global, auxiliando dessa forma nas lutas armadas africanas como de Angola e Moçambique. Também auxiliou na luta contra as ditaduras da América Latina. O apoio foi bem recebido por Eduardo Mondlane, que necessitava do treinamento político e militar para iniciar a luta armada.

represálias e perseguições pela PIDE. Com medidas cada vez mais repressivas, a PIDE manteve uma rede de policiais entre a população, buscando recolher informações sobre grupos ligados à FRELIMO. Dentre suas estratégias, usou policiais à paisana meio a própria organização, gerando desconfianças e desconfortos internos no movimento.

### **1.3. A luta anticolonial (1964)**

A luta armada como instrumento para a conquista da independência não foi uma estratégia exclusiva da FRELIMO. A onda de lutas anticoloniais que se estabeleceu na África, de norte ao sul do continente – como exemplo, citam-se Angola, em 1961; Guiné Bissau e Cabo Verde em 1962 –, também utilizaram o confronto armado para a conquista de suas independências.

Nesses termos, a luta anticolonial da FRELIMO tem início partindo da Tanzânia, na província de Cabo Delgado, ao norte de Moçambique, em 25 de setembro de 1964, com o ataque de doze guerrilheiros ao posto administrativo de Chai (MUIUANE, 2006). As ordens de Eduardo Mondlane, segundo Raimundo Pachinuapa<sup>38</sup>, reforçavam que a luta era contra o sistema colonial em Moçambique e não contra o povo português. Suas palavras se referiam a todos aqueles que defendiam a estrutura colonial. Para Pimenta:

A guerrilha nacionalista foi desencadeada na província setentrional de Cabo Delgado, junto à fronteira com a Tanzânia. Portugal respondeu com o reforço no dispositivo militar, envolvendo-se num terceiro conflito colonial depois de Angola (1961) e do da Guiné (1963). Mais tarde, a Frelimo abriu uma outra frente de combate na região de Tete, junto à fronteira com a Zâmbia, obrigando a uma dispersão das forças portuguesas. (PIMENTA, 2005, p. 23).

A dispersão das tropas portuguesas possibilitou à FRELIMO, em apenas um ano após o início do conflito, em 1965, criar e organizar as primeiras zonas libertadas, localizadas nas províncias de Cabo Delgado e Niassa. Foi nessas zonas que as experiências de novas estruturas econômicas, políticas e sociais foram estabelecidas nos moldes da Frente. Os camponeses da região foram reunidos em aldeias comunais, criando

---

<sup>38</sup> Comandante militar da FRELIMO durante a luta anticolonial e hoje reconhecido herói nacional moçambicano.

cooperativas de produção e comercialização, bem como montando campanhas de educação, saúde e mobilização a favor da luta anticolonial.

A FRELIMO foi responsável, assim, pela criação de escolas e orfanatos, que abrigaram milhares de meninos e meninas. As experiências realizadas nas zonas libertadas foram importantes para a construção política e social da própria Frente. Em 1966, o Comitê Central da FRELIMO em uma reunião formalizou duas decisões importantes: reconheceu oficialmente a participação de mulheres na formação da FRELIMO<sup>39</sup> e declarou que “as mesmas armas que combatiam o colonialismo português deviam ser também dirigidas contra o tribalismo, regionalismo e racismo” (MUIUANE, 2009, p. 79).

Essa tomada de atitude, em parte, segundo Newitt (2012), ocorreu por uma resposta hostil que a FRELIMO recebeu ao avançar em direção aos territórios das etnias Yao e Macuas e aos grupos étnicos mais islamizados, não simpatizantes dos Macondes (em grande número na FRELIMO). Por outro lado, surgiu também como resultado de conflitos com os Régulos (chefes dos grupos étnicos) que mantinham resistência à adesão à FRELIMO<sup>40</sup>. Os conflitos com os régulos se refletiram dentro do próprio movimento, principalmente entre os Macondes liderados por Lázaro Nkavandame, tradicionalista, que criou um grupo de pressão dentro da FRELIMO e procurava assumir o controle do movimento.

A decisão do Comitê Central tornou a resistência, a eliminação ao “tribalismo, regionalismo e obscurantismo” a principal plataforma política que orientou a organização, sendo determinante para o projeto político e ideológico do movimento. Dessa forma, em 1967, Eduardo Mondlane faz um importante comunicado, a partir de leituras políticas e sociológicas, reforçando a decisão tomada pela Frente um ano antes. Em suas palavras:

A FRELIMO é uma organização política nacionalista, composta de elementos provenientes de todas as partes, de tribos ou grupos étnicos nacionais dentro do contexto descrito na primeira parte deste trabalho. A Nação Moçambicana, como várias nações do Mundo, é composta de muitos povos com tradições e culturas diferentes, mas unidos por uma experiência histórica e o mesmo destino político, econômico e social, engajados na mesma tarefa sagrada - a de lutar pela sua libertação. No

---

<sup>39</sup> Aprofundaremos sobre o assunto na seção seguinte.

<sup>40</sup> Contrariando as ordens dos chefes étnicos, diversos jovens aderiram às tropas da FRELIMO.

passado os portugueses aproveitaram-se das divisões naturais que distinguem as populações de uma região das da outra ou duns grupos culturais dos outros; eles aproveitaram-se das animosidades tradicionais entre as várias tribos moçambicanas. Hoje a FRELIMO encontra-se empenhada na missão sagrada de unir as massas populares contra o invasor comum, transformando as energias acumuladas durante os séculos de separação imposta pelo colonialismo, numa força invencível contra o inimigo comum, fazendo dos usos dos talentos de cada uma das tribos nacionais para o bem da luta. Aproveitando-se da experiência ganha durante os anos de opressão e exploração em que o Povo Moçambicano sofreu em conjunto, a FRELIMO está no processo de difundir as energias até então dispersas e transforma-las em energias nacionais, numa só realidade, numa só força bélica. A FRELIMO criando uma nação se vai libertando do jugo português. (MONDLANE, Eduardo apud MUIUANE, 2006, p. 86-88)

Reunindo esforços para minimizar as diferenças étnicas e justificando a união de todas as etnias na formação da unidade nacional, essa decisão gerou graves conflitos do ponto de vista cultural. A eliminação das práticas culturais das mais diversas etnias ocasionava o não reconhecimento dos valores e, conseqüentemente, do modo de vida da população. A modificação proposta pela Frente transformava até mesmo o modo de pensar das pessoas na tentativa de uma unificação e homogeneização do pensamento na idealização de um modo de pensar unicamente moçambicano<sup>41</sup>.

Dentro desse panorama, Mondlane entendia que:

A Luta de Libertação Nacional é em si própria um processo de criação de uma nova realidade. Enquanto o nosso passado era caracterizado pelas divisões linguísticas, culturais e históricas, o nosso futuro está sendo estabelecido numa base de unidade. A nossa organização política é uma; uma é a nossa força militar; única é também a nossa estrutura administrativa, na base da qual se estão estabelecendo os alicerces da nossa economia e ordem social. Os elementos positivos da nossa vida cultural, tais como as nossas formas de expressão linguística, as nossas músicas e danças típicas, as peculiaridades regionais de nascer, crescer, amar e morrer, continuarão depois da independência para florir e embelezar a vida da nossa nação.

Não há antagonismo entre as realidades da existência de vários grupos étnicos e a Unidade Nacional. Nós lutamos juntos, e juntos reconstruímos e recriamos o nosso país, produzindo uma nova realidade - um Novo Moçambique, Unido e Livre. (MONDLANE, Eduardo, apud MUIUANE, 2006, p.86-88)

---

<sup>41</sup> É importante compreender as graves conseqüências que gerou o processo de repressão étnica em Moçambique. A construção, a partir de 1977 até 1988, de 1.300 machambas (ou campos de cultivo comunais) chamados campos de reeducação, onde na verdade, levaram milhares de pessoas ao trabalho forçado e obrigados a assistir as aulas de marxismo leninismo. Nesses campos existia uso violento de um instrumento de repressão colonial, o chibalo ou também chamado de chicote, uma punição física a todos aqueles percebidos como inimigo pelas lideranças da FRELIMO.

Isto posto, é possível observar que Eduardo Mondlane criou um conceito de “povo” moçambicano a partir da repressão étnica, justificando sua interpretação de uma origem em comum das etnias da família Banto, que partilhavam de práticas culturais semelhantes. Esse entendimento fomentava a criação de uma unidade que ignorava as diferenças marcantes entre as etnias do norte e do sul de Moçambique. Tudo porque a FRELIMO objetivava assumir o papel de vanguarda na luta anticolonial e defender os interesses do povo moçambicano em unidade nacional. O que o líder revolucionário escreveu, em 1967, foi estabelecido como proposta política e orientou a FRELIMO como movimento revolucionário. Após 1975, com a independência, essas indicações nortearam as políticas levadas a cabo pelo governo Frelimista.

Em oito de março de 1968, foi aberta mais uma frente da luta armada, na província de Tete. Os motivos principais do avanço da guerrilha foram as reclamações do grupo formado por Macondes. Em coro, acusavam que a guerra estava restrita à região norte. Essa nova frente também se pronunciava para combater as propagandas do Comitê Revolucionário de Moçambique (COREMO)<sup>42</sup> na região, que vinham tomando força como oposição à FRELIMO (NEWITT, 2012).

Em contraste com as vitórias, ao norte do território, onde grande parte da região Maconde foi conquistada pela FRELIMO, segundo Newitt (2012), a criação de aldeamentos (aldeias fortificadas) e o aumento do número de colonos brancos durante o período de guerra foi a resposta portuguesa aos ataques sofridos. Além disso, procuraram apoiadores construindo igrejas e mesquitas.

Em 1968, foi possível a realização do II Congresso da FRELIMO em território moçambicano, nas zonas libertadas da província do Niassa. Foi durante a luta armada que a tendência marxista ganhou força entre os militantes da FRELIMO<sup>43</sup> em oposição à linha

---

<sup>42</sup> O destino de alguns dos dissidentes que romperam com a FRELIMO, em 1965, entre os quais alguns de seus próprios fundadores, como Paulo Gumane, foi criando outra organização conhecida como Comitê Revolucionário de Moçambique (COREMO). Com menor poder político, nunca foi uma ameaça à hegemonia da FRELIMO na luta armada. Assumiam uma posição política, diferente da FRELIMO, representando apenas a população negra colonizada, excluindo de sua política brancos e mestiços, assim como populações de origem asiática e europeia.

<sup>43</sup> A tendência política marxista influenciou a formação da FRELIMO desde a luta anticolonial, porém só foi assumida oficialmente durante o III Congresso em 1977, quando Samora Moisés Machel, como primeiro presidente de Moçambique, define a Frelimo como marxista-leninista.

política tradicionalista dos Macondes leais a Lázaro Nkavandame. Assim, a intensificação do conflito entre as duas facções marcou o início do II Congresso da FRELIMO.

#### **1.4. O II Congresso (1968)**

O II Congresso da FRELIMO foi realizado 25 de julho de 1968, nas zonas libertadas do Niassa. Estiveram presentes em torno de 170 pessoas entre delegados e apoiadores da Frente. A realização do II Congresso marca uma atualização no Estatuto e no Programa da frente, porém o real motivo da realização do evento foi uma grave crise interna que se estabeleceu entre os dirigentes dos movimentos que formaram a FRELIMO. A isso se somaram os conflitos internos ao redor da figura de Lázaro Nkavandame.

Mondlane anunciou um ano antes (em 1967) a importância dos Congressos na resolução dos conflitos internos, uma vez que as disputas intramovimento ameaçavam a unidade da organização. Enquanto Eduardo Mondlane cada vez mais aproximava sua linha político-revolucionária das tendências socialistas, por influência e estratégia dos países formadores do bloco soviético, Lázaro Nkavandame mantinha uma posição política conservadora e tradicionalista, acreditando ser representante dos valores tradicionais Macondes e, portanto, contrário à aproximação da FRELIMO com o socialismo (NEWITT, 2012).

A realização do II Congresso está nas páginas nebulosas da história da FRELIMO. Assim sendo, pouco se sabe sobre os detalhes da resolução do conflito interno que se instala nesse período. Ao que parece, apesar das tentativas de boicote pelo grupo representado por Lázaro Nkavandame, o II Congresso é realizado estabelecendo a vitória, por consenso, da linha política revolucionária defendida por Eduardo Mondlane e de seus simpatizantes. Para Newitt, o:

Comité Central alargou-se para incluir os radicais mais jovens que apoiaram os conceitos gêmeos de revolução social e de uma campanha de guerrilha generalizada baseada na politização do campesinato e no estabelecimento de cooperativas. O Congresso aprovou também a ideologia de articulação com movimentos internacionais afins e adotou a perspectiva que a guerra era contra os inimigos de classe e não os inimigos raciais. Estas propostas colocaram a Frelimo de uma

forma cada vez mais distinta no extremo socialista do espectro da opinião política internacional (NEWITT, 2012, p. 453).

Como se vê, o II Congresso modifica o programa e o estatuto do movimento revolucionário. O órgão regulador da FRELIMO, o comitê central, foi então modificado para abarcar a linha defendida pelo grupo socialista. Mesmo com a aproximação cada vez maior com o socialismo, a FRELIMO apenas assumiu sua posição oficial como marxista-leninista em 1977, durante o III Congresso, conforme se pode ler na ata que segue:

A nossa luta tem por objectivo construir a Nação Moçambicana, unir todos os moçambicanos numa só nação. O nacionalismo moçambicano, contudo, não é um nacionalismo fechado, hermético, que exclua a cooperação com outras nações. A Revolução Moçambicana quer construir um Moçambique independente e ao mesmo tempo progressista, desenvolvido e forte, sem possibilidade de o colonialismo tornar a entrar, seja sob que forma ele se apresentar. E para isso o Povo Moçambicano está consciente de que deverá cooperar com outras nações progressistas com os outros povos que lutam também contra a exploração e a injustiça social. Assim a FRELIMO continuará a:

- Colaborar com os povos africanos que lutam pela sua independência nacional, em particular com os povos das outras colônias portuguesas e da África Austral;
  - Colaborar na edificação da Unidade de todos os povos do Continente Africano, na base do respeito da liberdade, da dignidade e do direito ao progresso político, económico e social desses povos;
  - Reforçar as relações de amizade e solidariedade com os Países socialistas;
  - Apoiar activamente todos os povos da África, Ásia e América Latina que lutam contra o imperialismo, colonialismo e neocolonialismo;
  - Desenvolver a acção de mobilização das massas populares dos países ocidentais, em particular dos aliados de Portugal, com vista a que a sua acção política force os governos desses países a cessarem o apoio político, militar, económico e diplomático ao colonialismo português.
- (Ata do II Congresso da FRELIMO. IN: MUTUANE, 2006, p. 117)

A ata do II Congresso deixa ver que, além da clara aproximação da FRELIMO com a linha política socialista, esse evento determinou o afastamento de Nkavandame e seus simpatizantes. Essa estratégia apartou os Macondes do norte de Moçambique da direção do movimento revolucionário, estabelecendo em sua direção uma maioria de origem das etnias sulistas<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> A exemplo das etnias Changana e Tsonga.

Essa modificação diretiva fomentou desconfianças e acusações entre os militantes das etnias do norte. Porém, Lázaro Nkavandame não era o único insatisfeito com a aproximação do movimento revolucionário às tendências socialistas. Uria Simango formava um terceiro grupo divergente da ideia aceita, por votação, pelo II Congresso. Segundo Ncomo (2003), Simango mantinha um largo apoio entre os militantes da FRELIMO, fazendo da realização do II Congresso na zona libertada do Niassa (e não na Tanzânia) uma estratégia política do grupo opositor denominado por ele de “ala de regionalistas do sul”, formado por Samora Moisés Machel, Marcelino dos Santos, Jorge Rebelo, Armando Guebuza, Joaquim Chissano, Manuel dos Santos e seus apoiadores.

Assim, com a ausência de seus partidários, em sua maioria das etnias do norte e residentes na Tanzânia, entre eles os líderes Macondes<sup>45</sup>, durante o Congresso, Uria Simango perdeu as eleições para líder do movimento, continuando em seu cargo como vice-presidente. Desde então, os conflitos internos se intensificaram com a morte de Eduardo Mondlane, em 1969, ocasionando disputas pela liderança do movimento.

### **1.5. Morte de Eduardo Mondlane: modificação na direção da FRELIMO (1969)**

A morte de Eduardo Mondlane, em 3 de fevereiro de 1969, após receber uma carta-bomba, marca a transição e modificação da direção da FRELIMO. O autor do atentado nunca foi descoberto. Uria Simango, o vice-presidente, a época da morte de Mondlane, não assumiu a liderança do movimento. Dessa maneira, um Conselho de Presidência, um triunvirato, constituído por Uria Timóteo Simango, Marcelino dos Santos e Samora Moisés Machel, estabeleceu a tomada de decisão da frente.

As disputas internas determinaram o rumo das políticas diretivas da FRELIMO. Uria Timóteo Simango, pastor presbiteriano, foi um dos membros fundadores da frente. Inicialmente, associado a UDENAMO, desde o I Congresso da FRELIMO, em 1962, foi escolhido por votação como vice-presidente da FRELIMO até 1969. Simango mantinha

---

<sup>45</sup> Entre seus apoiadores, a presença de Lázaro Nkavandame que concorreu como seu vice e mantinha influência em um numeroso número de combatentes da etnia Maconde. Outro apoiador fundamental foi o Padre Mateus Pinho Gwengere com influência em militante entre as etnias do sul e do centro do movimento. A base aliada de Simango partilhava de desconfianças da ampla maioria de militantes das etnias do sul na direção do movimento.

uma postura anticolonialista e uma ampla influência entre os militantes Macondes. Não há publicações quanto a biografias de Uria Simango ou detalhes sobre o começo de sua vida política. Importa salientar que os conflitos internos foram motivados, segundo Ncomo (2003), por Simango não concordar com a aproximação de tendências socialistas, fomentadas por membros da direção do movimento, acreditando que essas ideias transformavam a FRELIMO em uma sede do poder da URSS.

Assim como Uria Simango e Lázaro Nkavandame, outros militantes da FRELIMO, com menos influência, foram identificados, após a independência de Moçambique, como inimigos internos. Entre eles, constam os nomes de Adelino Gwambe, Joana Simeão, Raul Casal Ribeiro, Padre Mateus Pinho Gwengere, Nasser Narciso Mbule e Absalam Bahule.

Não se trata, nesta dissertação, de detalhar os conflitos internos desenvolvidos nos primeiros anos da FRELIMO. O que se quer é ressaltar que o movimento nunca foi coeso nem homogêneo, tendo em vista que houve vozes destoantes dentro da organização, bem como momentos relegados a espaços de esquecimento nas páginas escritas sobre a história da Frente.

Um ano após a realização do II Congresso, em 8 de novembro de 1969, o Comitê Central da FRELIMO, em reunião, decidiu formalmente a expulsão de Uria Simango do Conselho Presidencial. Assim, de 9 a 14 de maio de 1970 é formalizada a sanção disciplinar contra Uria Simango, Lázaro Nkavandame<sup>46</sup>, Judas Honwana e Lourenço Mutaca. Essa mesma sessão decidiu pela eleição interna do novo presidente da FRELIMO, Samora Moisés Machel, e seu vice-presidente, Marcelino dos Santos (FERRÃO, 2005).

## **1.6 O novo líder revolucionário Samora Moisés Machel (1969)**

Samora Moisés Machel assumiu, em 1969, o cargo de líder do movimento revolucionário, até 1986 quando morreu em um acidente aéreo. Nasceu em 1933, na

---

<sup>46</sup> Após sua expulsão do movimento, criou a Frelimo Youth Legue, um grupo clandestino, com treinamento militar e apoio da política e do exército tanzanianos de origem Maconde. Segundo Ncomo (2003) sua relação com a morte de outro militante da FRELIMO o fez fugir da Tânzania determinando o fim da Frelimo Youth Legue.

Província de Gaza, ao sul de Moçambique. Sua família era originária da etnia shangana (ao sul do rio Zambeze), assim como Eduardo Mondlane.

Em 1963, a convite do próprio Eduardo Mondlane, entra para a FRELIMO. No mesmo ano, recebeu treinamento militar na Argélia. Em 1964, fez parte do exército da Frente e esteve presente nos primeiros ataques da luta anticolonial. Com a morte de Filipe Samuel Magaia, em 1966, assumiu a direção do Departamento de Defesa (DD) da FRELIMO e se manteve no cargo até assumir como líder revolucionário.

Diferentemente do projeto inicial da FRELIMO, a modificação na direção significou a aproximação política da organização a pensamentos políticos da esquerda, radical e modernistas, defendidos abertamente por Samora M. Machel. Dessa forma, o novo líder mantinha aspectos políticos distintos de seu antecessor, Eduardo Mondlane. Segundo Newitt (2012), a presença marcante da influência dos pensamentos políticos correntes na década de 1960, principalmente do marxismo de Amílcar Cabral e Julius Nyerere, assim como a presença de ideias de Giap, Mao Tsé-tung e Franz Fanon entre outros, formam o amplo panorama político do pensamento de Machel. Para Milhazes (2010), Machel era percebido com desconfiança pelos dirigentes soviéticos, uma vez que, em várias oportunidades, mostrou estar mais de acordo com as influências maoístas do que com a linha política traçada pela URSS.

No decorrer dos seus discursos ao longo da luta anticolonial – e após a independência –, deixava claro as influências dos autores intelectuais formadores de uma política revolucionária do Terceiro Mundo. Contudo, Samora M. Machel desenvolveu junto à FRELIMO um projeto político ideológico a partir de suas próprias leituras do socialismo. Defendendo uma revolução popular, continuando a combater o tribalismo, o regionalismo e o obscurantismo. Ademais, manteve uma política altamente disciplinadora, modificando profundamente o programa da Frente.

## **1.6. Os últimos anos da luta armada**

Em julho de 1969, a nomeação de Kaúlza de Arriaga como general responsável pela guerra travada em Moçambique marca uma mudança militar portuguesa. Nomeado

comandante das forças terrestres em Moçambique, em março de 1970, assume o cargo de comandante-chefe.

A partir de sua operação conhecida como Nó Górdio, estabelecida em maio de 1970, visou a aplicar decisiva estratégia de combate na luta anticolonial promovida pela FRELIMO. Contando com 35.000 tropas e 100 helicópteros, então, avançou em territórios conquistados pela FRELIMO ao norte (NEWITT, 2012). Em setembro do mesmo ano, quase todo o distrito de Cabo Delgado estava em domínio português. Os planos futuros eram a continuação do povoamento da região com a presença de colonos brancos. Apesar das inúmeras vitórias, os altos custos ocasionaram descontentamento no governo português, que impediu o militar de continuar a operação.

Levada a se retirar do norte pela operação Nó Górdio, a tropa dispersada da FRELIMO passou a se reunir e atacar no distrito de Tete. Os avanços da guerrilha com as vitórias da Frente, após esse período, segundo Newitt (2012), auxiliaram no rápido fim das estruturas coloniais.

Outro fator importante foram as crítica e pressões internacionais pelo fim do colonialismo português, como exemplo, menciona-se a denúncia do massacre de Viriamu, em 1973, que partiu de redes internacionais dos missionários católicos e protestantes que atuavam na África, como um todo. A partir de uma denúncia do padre inglês Adrian Hastings, a mídia internacional inteirou-se do uso, por parte da polícia portuguesa, de bombas de Nepalma e TNT, que ocasionaram um alto número de mortos (NEWITT, 2012).

Nesse contexto, o colonialismo era acusado de insustentável e desumano, sofrendo pressão internacional, que conduziu ao isolamento político. A repercussão da denúncia marcada pela decisão do Vaticano em se distanciar do governo de Marcelo Caetano teve consequência, como explica Newiit:

A modernização e o crescimento econômico podem servir de catalizadores da mudança revolucionária com a mesma eficácia que o descontentamento, mas à medida que as guerras se prolongavam, crescia o descontentamento com a prosperidade. Em 1974, um milhão de homens portugueses servira nas forças armadas em África e o recrutamento estava a afectar um adulto do sexo masculino a cada quatro. As guerras africanas politizaram as classes médias portuguesas de uma forma sem precedentes, não através da conversão directa de um

grande número de pessoas à ideologia revolucionária de Amílcar Cabral ou Samora Machel, mas ao levar os recrutados e as suas famílias a questionar a natureza do estado e o objetivo das guerras coloniais. Os generais no comando – alguns dos quais, como Antônio de Spínola, que tinham estreitas ligações com os principais grupos empresariais do sector de indústrias e bancos – estavam a ficar também descontentes com uma guerra que não se vencia e foram encorajados pelos seus parceiros comerciais no sentido de procurarem uma resposta política pós-colonial para os problemas africanos. Uma causa importante para a queda do regime terá sido a forma como os grupos empresariais retiraram o apoio a Caetano antes de abril de 1974. (NEWIIT, 2012, p. 461)

As críticas internas ao regime colonial também auxiliaram no seu fim. Enquanto crescia a modernização e a industrialização de Portugal, a partir de 1950, e aumentava o número de investimentos estrangeiros, a importância econômica das colônias africanas diminuía. Já no início da década de 1970, o prestígio do colonialismo português perdeu totalmente as forças. As propagandas ideológicas de missão civilizadora lusitana que davam prestígio ao regime de Salazar mostraram seu caráter falso a partir das denúncias que partiam das guerras de libertação e dos massacres ocorridos em toda a África. Assim, quando a revolução dos cravos eclodiu em 1974 em Portugal, as relações de guerra com a África estavam condenadas a acabar.

Durante toda a luta anticolonial, a FRELIMO desenvolveu profundas análises sobre a situação do território. A realização de largas campanhas de mobilização auxiliou o movimento a atrair mais militantes das regiões rurais. Identificando o campesinato como a classe mais oprimida da sociedade, foi dedicada atenção ao alistamento dos líderes étnicos como chefes e dirigentes de associações e cooperativas, na tentativa de estabelecer relações plurais entre as etnias na criação de uma unidade de militantes homogêneos e coesos, determinando o fim das diferenças étnicas<sup>47</sup>.

Ao final da luta armada, porém, a FRELIMO ocupava apenas três das nove províncias estabelecidas no território. Nesse sentido, passou a negociar com o governo português a independência do país, oferecendo uma representação política e social, embora sem uma organização partidária formal na maior parte do país e, mesmo que em

---

<sup>47</sup> Essa orientação foi a base da campanha de “Rovuma à Maputo” como ficou conhecida, imposta pelo presidente de Samora Moisés Machel após a independência e orientou as políticas levadas a cabo pelo novo governo.

sua direção fosse majoritariamente composta por pessoas vindas das etnias do sul, pouco representavam a diversidade étnica do território.

### **1.7 Governo de transição à Independência (1974-1975)**

Em 25 de abril 1974, o Movimento de Forças Armadas (MFA) em Portugal derrubou o regime colonial de Marcelo Caetano. Essa data marca as modificações das relações entre Portugal e suas colônias africanas. Porém, o desenvolvimento dos acordos que visavam à independência inicia apenas em 7 de setembro de 1974, em Lusaka (capital da Zâmbia) com a assinatura do acordo de paz entre a delegação da FRELIMO e do novo governo português, sob a liderança do presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, que chancelou as negociações de transição do poder de Portugal colonial para a estruturação de um governo transitório. Esse período é marcado por conflitos raciais e políticos, principalmente nas zonas urbanizadas. Além disso, é sublinhado pela saída de grande concentração de brancos colonos do país e pela insatisfação de grupos políticos opositores à FRELIMO.

O governo de transição foi chefiado pelo Primeiro-Ministro, Joaquim Alberto Chissano, e supervisionado pelo Contra-Almirante português, Vítor Crespo. Samora Moisés Machel continuava no cargo de Presidente da FRELIMO. Constituído por nove ministros – entre moçambicanos da FRELIMO e portugueses –, o governo transitório era movimentado a partir da determinação de decretos-leis, que partiam da base militar da FRELIMO, ainda na Tanzânia. Durante esse período, iniciaram uma adequação das estruturas administrativas, preconizando as estruturas políticas e administrativas do país após a independência.

Durante os nove meses de governo de transição, os recursos financeiros disponíveis eram administrados através da definição de prioridades da própria FRELIMO, em que os investimentos eram direcionados a setores da economia, educação e saúde. Também houve investimento na reestruturação e no alargamento da implantação militar nacional das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FERRÃO, 2002).

Enquanto o governo transitório atuava, novos partidos políticos surgiam a fim de concorrer a eleições democráticas após a independência. Deu-se, por exemplo, na cidade

de Beira, a fundação do Partido de Coligação Nacional (PNC), formado por Uria T. Simango, a partir da fusão de outros dois movimentos, o Grupo Unido de Moçambique (GUMO) e a COREMO. Surgiram também a Frecomo, chefiada por Joana Simião, para defender os interesses da etnia Macua (NEWITT, 2012). Além dessas, apareceram outras pequenas organizações com menos expressões políticas e menor número de militantes.

O retorno de Uria T. Simango, assim como o de outras figuras dissidentes da FRELIMO – a saber, Paulo Gumane, Adelino Gwambe, Padre Mateus Gwengere e Joana Simeão – para disputar eleições foi marcada pela imposição do monopartidarismo, infligido pela Frente após a independência. A não realização das eleições democráticas levou à prisão os opositores políticos da Frente, assim nos campos de reeducação poderiam ser identificados como inimigos da revolução moçambicana.

O acordo de Lusaka, em 28 de setembro de 1974, determinou a independência total de Moçambique em 25 de junho de 1975. De maneira rápida, o acordo estabeleceu a transferência de poder para a FRELIMO sem a realização de eleições. Da mesma maneira, veio à tona o fato de que não foi estabelecida nenhuma determinação referente aos colonos portugueses em Moçambique, ocasionando, dessa forma, a revolta dos colonos e a ausência de garantias quanto às suas propriedades. Segundo Pimenta (2015), a retirada do país de quase 200.000 portugueses, entre eles técnicos, gestores, engenheiros, médicos entre outras qualificações, prejudicou a administração do novo governo.

A partir de 1975, a República Popular de Moçambique é reconhecida por Portugal como Estado-nação independente. Assim, a FRELIMO assume o governo total do país, cuja prioridade era a estruturação de uma nova sociedade. Dessa forma, a conquista da independência incluiu a construção de um governo africano, descolonizado, popular, democrático e socialista (SANTANA, 2006. p. 29).

O projeto idealizado pela organização adaptava o socialismo à realidade social de Moçambique, estruturando, nesses termos, um “socialismo tipicamente africano”. Porém, o projeto imposto pela FRELIMO enfrentou diversos conflitos e muitas vezes proibiu práticas culturais exercidas pelas diferentes etnias moçambicanas. Tudo porque defendia os pressupostos da ciência e do marxismo-leninismo como cartilha de construção da identidade nacional do país.

Essa gestão deu lugar a intensos conflitos entre as etnias moçambicanas e a direção do partido, resultando em uma vigilância do comportamento social daqueles que eram percebidos como incompatíveis com a revolução socialista moçambicana, considerados, dessa forma, inimigos da revolução. A situação resultou na formulação de um projeto político de reenquadramento identitário, adotado em 1977, durante o III Congresso da FRELIMO. Em defesa da unidade nacional<sup>48</sup>, o mote adotado no evento foi: “Rovuma a Maputo um só Moçambique”. Esse dizer proclamou a necessidade de um “homem novo” e uma “mulher nova” no esforço em torno da construção da homogeneização identitária moçambicana para a construção de uma “nova” sociedade.

---

<sup>48</sup> É importante perceber que essa unidade nacional significou perseguições aos exercícios de comunidades linguísticas tradicionais, aos exercícios de diversidades regionais específicas e religiosas.

## CAPÍTULO 2 “O VENTO DA EMANCIPAÇÃO DA MULHER”: DA CRIAÇÃO DA LIGA FEMININA DE MOÇAMBIQUE (LIFEMO) À ORGANIZAÇÃO DA MULHER MOÇAMBICANA (OMM) (1966 – 1973)

*Precisamos encorajar mais mulheres a se atreverem a mudar o mundo*

*(Chimamanda Ngozi Adichie)*

Como se viu no capítulo anterior, a luta anticolonial teve seu início em Moçambique em abril de 1964, organizada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). A base da FRELIMO se localizava na Tanzânia, iniciando a luta anticolonial no norte de Moçambique e operando ataques ao posto administrativo de Chai na província de Cabo Delgado em 25 de setembro de 1964 (A. ISAACMAN; B. ISAACMAN, 1983).

A Frente foi criada e liderada por Eduardo Mondlane (1920 – 1969) a partir da unificação de três grandes movimentos de libertação existentes no período: a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a União Nacional Africana de Moçambique (MANU) e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI). A morte de Mondlane, em 1969, após um atentado, marca a transição da liderança da organização para Samora Moisés Machel como novo líder revolucionário. Um dos temas centrais dos discursos proferidos por Machel foi a defesa dos direitos das mulheres. Para tanto, houve a edificação de uma imagem ideal de mulher moçambicana, alguém que fosse coerente com o projeto político-ideológico da Frente.

Ao ser repassada a trajetória de formação da Frente de Libertação de Moçambique, durante a luta anticolonial, é possível constatar as condições históricas e sociais que permitiram a reflexão sobre a formação do projeto político-ideológico da Organização. Os conflitos internos que determinaram sua linha política foram essenciais para orientar as medidas levadas a cabo pelo governo da FRELIMO após a independência do país. Dessa forma, assim como a aproximação das tendências socialistas, a situação da mulher gradualmente ganhou destaque entre as questões cruciais para a formulação do projeto. Porém, antes de adentrar nas políticas do governo da FRELIMO em relação à

mulher, é necessária a análise dos primeiros passos da construção do projeto que visava à emancipação feminina ainda durante a luta anticolonial. Tal questão é abordada na seção que segue.

## **2. 1 A criação da Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO) (1966)**

Em 1966, dois anos após o início da luta armada e durante a liderança de Eduardo Mondlane, o Comitê Central da FRELIMO passou a admitir oficialmente mulheres em sua formação. A primeira organização criada exclusivamente para mulheres foi a Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO)<sup>49</sup>, em Mbeya, na Tanzânia, cuja criação ocorreu quando da realização do I Congresso da Liga Feminina de Moçambique, realizado entre 31 de maio e 4 de junho de 1966. A LIFEMO foi fundada e presidida por Celina Simango<sup>50</sup>. Entre seus objetivos, deveria garantir a participação ativa de mulheres durante a luta anticolonial.

Nesse contexto, o I Congresso da LIFEMO foi realizado para organizar um programa de ação para o interior de Moçambique. Durante sua realização, o líder revolucionário Eduardo Mondlane avaliou a participação das mulheres – até então não organizadas em congregações políticas. Para o líder, as três tarefas fundamentais da mulher moçambicana, a partir da criação da LIFEMO, eram: integração na luta anticolonial, participação na formação das milícias populares e atuação como mensageira entre os guerrilheiros e o povo, de modo a realizar campanhas de mobilização em apoio à FRELIMO<sup>51</sup>.

Em seu período de atuação, LIFEMO foi uma organização de curta duração, seu fim foi determinado meses após ser fundada. Segundo Isabel Casimiro (2004), o seu fim se deu pela falta de capacidade da organização em acompanhar o desenvolvimento da luta anticolonial e suas novas demandas. Além de Celina Simango, a direção da LIFEMO

---

<sup>49</sup> Também conhecida como Women's League, originário das ligas femininas das colônias inglesas.

<sup>50</sup> Celina Simango realizou uma visita à China, em 1 de abril de 1964, a convite da Federação das Mulheres Chinesas, onde visitou quatro províncias chinesas. Considerou a organização feminina chinesa como um exemplo para mulher moçambicana.

<sup>51</sup> ACTIVIDADES DA FRELIMO NO EXTERIOR, Boletim de informação, n. 8 Maio de 1964, disponível na biblioteca digital da University of Southern California (USC).

contava com outros nomes femininos, algumas poucas documentações<sup>52</sup> referem os nomes de Janet Mondlane e Priscila Gumane.

Como se sabe, a luta pela independência total de Moçambique foi o grande motivo para a formação da FRELIMO. Como as circunstâncias dessa formação se deram sob a fusão de diferentes movimentos políticos, houve espaço para lutas políticas e ideológicas que ocasionaram internamente uma cisão, originando dois grupos distintos a partir da década de 60. Devido à ruptura, o projeto político para Moçambique foi palco de disputas ideológicas sobre questões regionais e étnicas no interior da FRELIMO. Esses impasses contribuíram para o fim da LIFEMO.

Por um lado, o grupo formado por Uria Simango<sup>53</sup>, marido de Celina Simango e vice-presidente da FRELIMO, era, à época, orientado pelo líder revolucionário, Eduardo Mondlane, marido de Janet Mondlane. Simango foi reconhecidamente opositor do grupo de Samora M. Machel, pois, para Simango, era fundamental uma campanha de conscientização da multiracialidade da FRELIMO. Pormenorizando: Simango acusava o grupo de Machel de ser unicamente formado por pessoas da etnia Tsongas do sul, de Moçambique. Nesse entendimento, via uma essência extremamente regionalista (NCOMO, 2003). Além dessas alegações, Simango não mantinha aproximações de leituras socialistas com as quais o grupo de Samora M. Machel engajava-se.

Outro militante apoiador de Uria Simango foi Paulo Gumane<sup>54</sup>, marido de Priscila Gumane, vice-secretário geral fundador da FRELIMO. A formulação de dois projetos distintos foi o grande motivador da cisão em dois grupos opositores. Durante o II Congresso da Frente, realizado em Niassa, em 1968, a reorganização da direção do movimento marcaria a derrota de Uria Simango e seu grupo em razão da vitória da aliança de Samora M. Machel.

---

<sup>52</sup> Há pouca documentação disponível quanto à formação da LIFEMO. Algumas poucas passagens disponíveis na internet são: *Selina Simango, mãe do Daviz Simango, foi a Primeira Presidente da Liga Feminina da Frelimo*. Disponível em <<https://ambicanos.blogspot.com.br/2016/02/selina-simango-mae-do-daviz-simango-foi.html?m=0>>. Acesso em set. 2017.

<sup>53</sup> Uria Simango foi um pastor presbiteriano, um dos membros fundadores e vice-presidente da FRELIMO. Manteve-se como vice-presidente da FRELIMO até o assassinato de Eduardo Mondlane, em 1969. Após a morte de Mondlane fez parte do triunvirato formado com Marcelino dos Santos e Samora M. Machel em 1969. No mesmo ano foi expulso da FRELIMO fugindo para o Egito juntamente com outros membros expulsos como Paulo Gumane.

<sup>54</sup> Paulo Gumane, em 1966, foi líder do Comitê Revolucionário de Moçambique (COREMO) outro movimento nacionalista e opositor à FRELIMO.

Esses acontecimentos configuram um dos motivos que determinaram a péssima imagem vinculada ao fracasso da LIFEMO e de seu fim: a relação de nomes relacionados à direção da Liga. Nesse sentido, se por um lado a configuração dos gestores da Liga foi motivo de desprestígio, por outro, foi o que levou à afirmação de Samora Moisés Machel, em 1973, durante o I Congresso da Mulher Moçambicana.

Em contraste de informação, Machel (1979) explica que especificamente a Liga estava fadada ao fracasso. Em suas palavras:

[...] A LIFEMO criou-se em Mbeya, em Junho de 1966. Nessa reunião, onde só participaram praticamente elementos marginais na luta, eles elegeram uma direção ignorante da luta e do País, e fixaram-se algumas tarefas, fora das perspectivas reais da luta. Poucos meses depois da Conferência da LIFEMO, da sua Direção só restavam nomes. Como um fruto podre, a LIFEMO decompôs-se por si própria. (MACHEL, 1979, p. 20)

Dessa forma, o que se sabe é que as críticas feitas às mulheres da LIFEMO ensejaram o descontentamento da FRELIMO. A imagem negativa oriunda das críticas marcou a Liga e ficou vinculada às disputas internas ocorridas naquele período. Nessa configuração, a organização foi usada por Machel como instrumento de crítica e ataque ao grupo opositor e formador da Liga. Por esse motivo, está registrada, no relatório do comitê central do III Congresso da FRELIMO, de 1977, em uma pequena parte intitulada *Divergências quanto à emancipação da mulher*, a negativa em relação ao apoio à emancipação da mulher. O trecho que segue explicita:

Os novos exploradores opunham-se abertamente à nossa justa política de emancipação da Mulher. Eles rejeitavam a participação da Mulher na luta armada. A campanha contra a emancipação da Mulher era uma expressão da mentalidade retrógrada dos novos exploradores. Caluniavam da maneira mais grosseira e baixa as mulheres que se integravam no Departamento de Defesa, arvoravam-se em defensores da moral para condenar as mulheres que participavam na luta. Apoiando-se nas tradições mais reaccionárias, eles erguiam-se para defender as formas mais degradantes da opressão da mulher: o casamento prematuro, a poligamia, o lobolo, a amantização mesmo com crianças. Os reaccionários utilizaram as suas esposas para criar uma organização chamada LIFEMO. Esta organização de que estavam excluídas as verdadeiras militantes, revelou-se um obstáculo à emancipação da Mulher, um meio para a manter afastada da participação activa na luta (COMITÊ CENTRAL, 1979, p. 19)

Assim, a LIFEMO é percebida por Machel (1979), durante o III Congresso da FRELIMO, como uma falha causada por sua direção e pela escolha de sua linha política.

Com essas considerações, Machel (1979) afirmou que os reacionários<sup>55</sup> influenciaram na LIFEMO, no sentido de promover que as mulheres ocupassem um papel falsamente emancipatório, porque não contemplava as verdadeiras militantes a favor da libertação feminina, para ele uma causa justa e necessária.

Sendo assim, ao grupo de Uria Simango é outorgada uma série de características combatidas pela FRELIMO de Samora Moisés Machel. Dentre elas, foi condenado o apoio a certas práticas culturais, tal como a tradição, conhecida como lobolo, na qual a família da noiva recebe dinheiro quando das tratativas do casamento. Segundo Machel, seus opositores mantinham em seu meio o que ele denominou de “novos exploradores”, propriedade que vinculou ao grupo de Uria Simango. Em suas palavras:

Por consequência, para a LIFEMO, falar de emancipação da mulher era apenas um exercício verbal, vazio, uma imitação do que se fazia no mundo, uma moda superficial. Assim era, porque nesse momento a mulher em geral não aparecia engajada na luta. E o que é mais importante ainda, as que estavam engajadas foram discriminadas, não foram convidadas a participar da Conferência. Sem engajamento, sem tarefa, a LIFEMO estava condenada a definhar, a tornar-se anêmica e morrer. E foi isto, precisamente, o que aconteceu. (MACHEL, 1979, p. 20)

A história da LIFEMO mantém alguns espaços nebulosos relacionados com as brigas internas políticas e ideológicas, que surgiram durante a luta anticolonial e a formação da FRELIMO. Nebuloso porque é motivo de debates não resolvidos até os dias atuais, o que se sabe é que a crise interna foi solucionada com a vitória da linha revolucionária de Samora M. Machel e seu grupo em oposição à linha política formada pelo grupo de Uria Simango.

Para o novo líder revolucionário, os poucos esforços da Frente em relação à emancipação da mulher vigoraram até 1967. Por meio dos discursos analisados nos subcapítulos seguintes desta dissertação, quer-se entender como Samora M. Machel (1979) se denominou o grande promotor da emancipação feminina, a partir de uma abordagem que objetivava trazer à tona a verdadeira militância em prol da mulher, e não uma liga de minorias. Suas afirmações vinculam a ideia da revolução moçambicana à

---

<sup>55</sup> Samora M. Machel não utiliza uma relação de nomes para identificar os reacionários.

libertação da mulher, uma vez que ele as entendia como pautas relacionadas e necessárias uma à outra. Nesse entendimento, passou a projetar um momento político totalmente diferente e novo, propalando o socialismo à independência do país.

Para tanto, Samora M. Machel e o Comitê Central da FRELIMO constituíram uma nova organização feminina que efetivou a participação das mulheres na luta anticolonial, essa abertura se deu a partir do Destacamento Feminino. Esse foi o ponto inicial para a criação de um projeto político e ideológico que manteve em seus objetivos principais a libertação da mulher.

## **2. 2 A criação do Destacamento Feminino (DF) (1967)**

Um ano após o fim da LIFEMO, o Destacamento Feminino<sup>56</sup> é criado em 1967. Completamente diferente da organização feminina anterior, nem seus objetivos, nem suas militantes eram as mesmas.

Em relação à participação feminina na luta anticolonial da FRELIMO, parece haver alguma discordância ou incongruência. Segundo a documentação oficial, a criação do Destacamento Feminino se deu durante a luta anticolonial, em 04 de março de 1967. De início, contava com a participação de 25 mulheres que integraram as Forças Populares da FRELIMO. Outras leituras possíveis, contrariando a documentação oficial, como apontam as da pesquisadora Isabel Casimiro (2004), sublinham que o Destacamento Feminino se formou a partir da vontade própria das mulheres que procuraram a base de treinamento da FRELIMO e dedicavam-se a impulsionar a Revolução em Moçambique.

Seja como for, o que se sabe é que as mulheres moçambicanas confrontaram a necessidade de defesa e mobilização das populações nas zonas libertadas ou nas zonas ainda mantidas pelo controle português. Objetivando enfrentar as tropas portuguesas lado a lado com os militantes homens, houve o desejo de pertencer aos movimentos da época. Segundo Casimiro (2004), a mobilização dessas mulheres inicia ainda em 1965, um ano após o começo da luta anticolonial, formando o primeiro grupo de mulheres que

---

<sup>56</sup> Também denominado Feminino Detachment.

solicitaram o treinamento político e militar. Eis como se constituiu o primeiro grupo do Destacamento Feminino.

A direção do Destacamento feminino foi escolhida pela FRELIMO, mulheres completamente diferentes da direção da LIFEMO. Entre as militantes, aparecem os nomes de Josina Machel, esposa de Samora Moisés Machel, Marina Pachinuapa, uma das primeiras mulheres a tornar-se comandante da FRELIMO, era esposa do general Raimundo Pachinuapa, Mónica Chitupila e Deolinda Guezimane.

A participação de muitas mulheres, como Josina Machel, no DF foi vinculada ao Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique – NESAM. O Núcleo foi o responsável, segundo Jacimara Santana (2009), por fomentar a participação política de milhares de estudantes, entre eles jovens mulheres nas organizações da FRELIMO. Os seus esforços estavam direcionados a divulgar uma propaganda anticolonial; realizavam campanhas de mobilização favoráveis à FRELIMO. Antes mesmo da formação do DF, incentivou o sentido de luta em milhares de jovens Moçambicanas. Os estudos realizados no Núcleo favoreceram mulheres como Josina Machel a ocupar cargos de alta relevância na FRELIMO – ela coordenou a Seção da Mulher no Departamento dos Negócios Estrangeiros.

A insegurança sentida pelas mulheres, segundo a argumentação de Casimiro (2004), impulsionou sua vontade de organização sobre a liderança da FRELIMO. No sul do país, era comum a ausência masculina nas comunidades. Devido ao trabalho forçado, instituído pela colonização portuguesa, milhares de homens foram levados às minas localizadas na África do Sul. Como consequência à ausência dos homens, povoados inteiros eram formados por crianças, velhos e mulheres, que assumiam o papel antes realizado pelos homens. Ao norte, o trabalho forçado não era comum como no sul, porém a mobilização de capital humano para o fortalecimento das bases militares da FRELIMO foi outro ponto que contribuiu para a ausência masculina, uma vez que a base militar da Frente localizava-se na Tanzânia. Esses dois fatores forçaram as mulheres a ocuparem os mais diversos espaços sociais, exercendo inúmeras atividades econômicas.

O reconhecimento pelo Comitê Central, contudo, somente veio em 1972, apontando a criação do DF como uma das decisões mais importantes tomadas pela organização dentro das Forças Populares de Libertação de Moçambique (COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO, 1972). É possível perceber que o reconhecimento das

mulheres na luta anticolonial não foi assumido de maneira imediata, foram os ganhos resultados de seus trabalhos junto às tropas masculinas da FRELIMO que ocasionaram seu reconhecimento por parte da direção do Comitê Central.

As mulheres garantiram diversas vitórias no campo de batalha, além de sua ampla contribuição no campo político. Desse modo, a mulher foi reconhecida como ferramenta fundamental nas vitórias da FRELIMO contra o colonialismo português, como é possível ler nos documentos do Comitê.

Este fato, e a participação efetiva das mulheres no Destacamento Feminino, para além das limitações e insuficiências que teremos ocasião de verificar, representa um marco histórico na condição da mulher moçambicana, uma ruptura brusca, mas tornada imperativa por séculos de opressão a que se contrapunha o desencadeamento da luta armada de libertação nacional. (COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO, 1972, p. 11)

A criação do DF durante a luta de libertação manteve ativa a participação das mulheres nos quadros da Frente. Recebiam treinamento político e militar e participavam diretamente na guerra anticolonial. Operaram como peças fundamentais no desenvolvimento de melhorias nos campos como da saúde, da educação e do saneamento básico nas zonas de libertadas, através das campanhas de mobilização<sup>57</sup> junto à população.

O Destacamento foi importante para o desenvolvimento de uma nova visão dos homens sobre as mulheres. Porém, a criação do Destacamento Feminino não garantiu o rompimento dessas mulheres e homens com os valores percebidos como reacionários e burgueses pela FRELIMO, assim como não determinou o fim da desigualdade de gênero. De acordo com o Comitê:

Ao nível de participação concreta, o peso dos mitos manifesta-se de várias formas. Tomaremos um dos exemplos mais significativos: por vezes as mulheres que participam no Destacamento Feminino consideram essa participação não uma atitude normal e permanente, mas um momento excepcional na sua vida. Dois ou três anos mais tarde, as militantes do Destacamento Feminino abandonam as fileiras do Exército e regressam às famílias para casar, e ter filhos e permanecer em casa, pois é esta a função social que elas consideram ser-lhes destinada. Se tomamos este exemplo é para

---

<sup>57</sup> As campanhas de mobilização foram um dos objetivos centrais no início da criação do Destacamento Feminino, atuando nas mais diversas áreas nas zonas libertadas. Esse objetivo torna-se central novamente após a criação da Organização da Mulher Moçambicana.

mostrar que mesmo no seio das mulheres cujo nível político é mais avançado e cuja integração na luta bastante grande o peso das tradições persiste. (COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO, 1972, p. 13)

Até 1973, o único corpo organizacional existente exclusivamente de mulheres dentro da FRELIMO era o Destacamento Feminino, cuja estrutura era insuficiente em abranger a totalidade das mulheres em território moçambicano. Consequentemente, muitas mulheres não obtinham os requisitos necessários para a participação militar e ficavam à margem da luta revolucionária.

Nesse sentido, foi necessária a criação de uma organização maior que mantivesse objetivos claros de reivindicação de direitos políticos e sociais referentes à emancipação das mulheres moçambicanas. Assim, foi decidido em 1972 pelo Comitê Central a criação da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), que, oficialmente, deu-se em 1973 durante a I Conferência da Mulher Moçambicana.

### **2. 3. A criação da Organização da Mulher Moçambicana (OMM) (1973)**

Neste subcapítulo, recorre-se como uso o material da documentação oficial do Comitê Central da FRELIMO. O Comitê Central<sup>58</sup> foi regulado pelos Estatutos e pelo Programa da Frente de Libertação de Moçambique, estabelecidos durante o II Congresso da FRELIMO, realizado de 20 a 25 de julho de 1968.

Nesses documentos nenhuma relação de nomes de mulheres consta nos apontamentos do Comitê Central<sup>59</sup>. Isso indica que a formação oficial da Organização da

---

<sup>58</sup> O Comitê Central era o órgão legislativo e executivo da FRELIMO responsável por formular a sua linha política, dentro dos princípios definidos pelo Congresso estavam: aprovar o regulamento geral interno e por propor ao congresso, para eleição, os candidatos à presidência e à vice-presidência da FRELIMO, dentre os membros do Comitê Central. Era composto pelos secretários provinciais, pelo secretário do Departamento de Defesa e Adjunto, pelo Comissário Político e Adjunto, por um representante de cada uma das Organizações de massas, um representante eleito de cada província e por dezoito membros eleitos durante o II Congresso.

<sup>59</sup> Entre os principais nomes que formavam o Comitê Central originário do II Congresso consta Eduardo Mondlane como presidente da FRELIMO, Uria Simango vice-presidente e secretário dos negócios, Marcelino dos Santos primeiro secretário do departamento de assuntos políticos, Samora M. Machel secretário do departamento de defesa, Silvério Nungu secretário administrativo, Lourenço Mutaca secretário das finanças, Mariano Matsinha secretário do departamento da organização no interior e Lázaro Kavandame secretário provincial de Cabo Delgado. Já em 1972, deu-se a morte de Eduardo Mondlane e a expulsão de membros como Uria Simango e Lázaro Kavandame. A formação do Comitê Central em 1972 era outra, contanto com a presença de Samora Moisés Machel como presidente e Marcelino dos Santos como vice-presidente.

Mulher Moçambicana foi decidida e realizada sem mulheres em seu planejamento. Pensadas e organizadas por homens, as indicações da 5ª sessão do Comitê Central da FRELIMO, ocorridas em dezembro de 1972, mantinham entre suas pautas a criação da Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e também a realização da I Conferência da Mulher Moçambicana, ambas realizadas em 1973. As designações foram publicadas pela *Revista Voz da Revolução*, em 1972, ao fim da reunião, conforme o trecho que segue:

A ordem do dia da reunião incluiu a análise crítica dos trabalhos da FRELIMO, em particular do ponto de vista da eficácia e adequação aos princípios da Organização. [...] Foi reafirmado o princípio de que a nossa ideologia é aquela que corresponde aos interesses da grande maioria do nosso povo, à camada oprimida e explorada, que é a que hoje suporta o peso principal da luta de libertação. [...] O Comitê Central considerou que uma das tarefas prioritárias da nossa luta deve ser o combate pela emancipação da mulher, combate que deve constituir uma preocupação essencial de todos os revolucionários moçambicanos, tanto dos homens como das mulheres. Isso permitirá não só mobilizar de maneira efetiva as potencialidades da mulher moçambicana ao serviço da luta contra o colonialismo português, mas também pôr um termo às práticas discriminatórias e exploradoras da sociedade tradicional e colonial em relação à mulher, permitindo-lhe assumir integralmente o seu papel de cidadã. A fim de impulsionar este combate pela emancipação da mulher o CC decidiu criar uma Organização das Mulheres Moçambicanas, que tendo por núcleo o Destacamento Feminino permita englobar todas as mulheres engajadas nos diversos sectores de atividade. (VOZ DA REVOLUÇÃO, 1972, p. 19)

Dessa reunião, o Comitê Central da FRELIMO elaborou, em 1972, o documento intitulado *A mulher é elemento transformador da sociedade*, que integra o volume n. 10 da coleção *Estudos e Orientações*<sup>60</sup>, publicado em 1976. Em outubro de 1976, o documento é editado e veiculado pelo Departamento de Informações e Propaganda da FRELIMO em Maputo. Em Março de 1980, ganha sua segunda edição. A documentação também obteve uma publicação na *Revista Notícias* em 24 de outubro de 1976, ocupando da página 2 a 4.

---

<sup>60</sup> A coleção *Estudos e Orientações* são textos originalmente publicados durante toda a luta anticolonial, sendo eles em sua maioria de Samora Moisés Machel. Os documentos foram posteriormente impressos após a independência pelo Departamento de Informação e Propaganda (DIP) e também publicados de 1978 a 1983 pelo Departamento de Trabalho Ideológico (DTI) ambos pertencentes à FRELIMO. É importante reiterar que a publicação dos documentos foi quase toda realizada após 1977, quando da realização do III Congresso da FRELIMO, em que oficialmente é declarada a linha de pensamento marxista-leninista. Os textos publicados em sequência seriada são documentos de divulgação dos princípios políticos e ideológicos da FRELIMO.

Juntamente à publicação aqui analisada, o documento acompanha uma introdução assinada pelo Departamento de Informações e Propaganda da FRELIMO, de 1976. Nela é reiterada a importância dos estudos sobre a mulher moçambicana, à medida que as políticas de reestruturação nacional, iniciadas pós a independência, aumentaram o número de atividades desenvolvidas pela Organização da Mulher Moçambicana, no intuito de compreender o contexto histórico e social da mulher, as origens da sua opressão e submissão no país.

Em processo de luta anticolonial, o trabalho salientava os motivos que levaram a integrar a emancipação da mulher entre os objetivos centrais da FRELIMO, que edificava sua estratégia baseada na informação, já que Samora Machel entendia que a Frente havia definido um instrumento de educação, organização e mobilização popular. Seu objetivo era desenvolver uma consciência política, conduzindo a população a transformar seu comportamento para a formação coerente de valores socialistas, fieis à FRELIMO. Para tanto, a coleção *Estudos e Orientações* promoveu o sistema capitalista como grande motivador da subjugação da mulher à mercantilização do seu próprio corpo.

Segundo o Comitê Central, o mesmo sistema que juntamente com o colonialismo português submetia o homem ao trabalho forçado e ao pagamento de altos impostos também submetia a mulher à prostituição. Desse modo, a subjugação da mulher estava associada a aspectos externos relacionados aos valores reacionários e burgueses.

Assim, a administração colonial iniciou a prática obrigatória do trabalho assalariado na ausência do trabalho voluntário. Inicialmente o trabalho assalariado obrigatório era limitado à população masculina, porém muitas mulheres também eram obrigadas a exercer atividade assalariada na agricultura, na abertura de estradas e no trabalho doméstico (ZAMPARONI, 2001). Com o emprego da mão de obra forçada da maioria dos homens<sup>61</sup>, que conseqüentemente se ausentavam por grandes períodos de sua família, sozinha, a mulher muitas vezes era levada à prática da prostituição para a manutenção da própria casa e dos filhos, conforme menciona um informe do Comitê:

Privada de recursos, a mulher vê-se obrigada a comercializar o seu próprio corpo, prostituindo-se em graus diversos, aos padrões capitalistas ou tornando-se mesmo uma prostituta profissional. O resultado desta situação é a desagregação da unidade familiar assim

---

<sup>61</sup> O emprego de mão de obra forçado foi imposto pelo colonialismo português obrigando agricultores moçambicanos a plantar arroz e algodão para a exportação. Muitos trabalhadores moçambicanos foram encaminhados para o trabalho forçado em minas localizadas na África do Sul.

como a incapacidade para a mulher de assumir o papel de mãe e educadora dos filhos. Desta forma a mulher é considerada pelo colonialismo como mero objeto de prazer ou de procriação através da reprodução de filhos, que significa aumentar a mão-de-obra. (COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO, 1976, p. 6)

Nota-se na declaração do Comitê que houve esforço no sentido de recuperar o papel da unidade familiar, restituindo a mulher à maternidade, característica percebida teoricamente como parte da “natureza feminina”. Assim, a mulher assume sua importância para a FRELIMO, por seu poder reprodutivo e por sua habilidade na criação e educação dos filhos.

Essas considerações tornam evidente a ausência de preocupação sobre as opressões sofridas pelas mulheres no espaço privado. Além da exploração do corpo da mulher, o Comitê Central da FRELIMO condenou também outras práticas vistas como predominantemente manifestadas no interior da própria sociedade tradicional moçambicana. Nessa perspectiva, delimitaram pontos gerais da existência das tradições que levaram a mulher à dominação passiva – e que, segundo as ordens da FRELIMO, suas instituições deveriam ser imediatamente eliminadas da cultura moçambicana – como sendo todas aquelas em que a mulher é vista como inferior ao homem. Para o Comitê:

Na sociedade tradicional a mulher encontra-se numa situação de inferioridade e esta submetida à dominação do homem, que se transmite sucessivamente do pai ao marido e mais tarde, por vezes, ao próprio filho. À mulher cabe um papel submisso e passivo e as suas funções sociais são rigorosamente delimitadas: fornecimento da mão-de-obra, em geral no sector agrícola, e procriação dos filhos. O primeiro aspecto – a mulher como fornecedora de mão-de-obra – está intimamente ligado ao modelo de produção existente na sociedade tradicional, que é o modelo da economia doméstica. (COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO, 1976, p. 6-7)

Dentre essas considerações, importa notar que não há menção às diferenças entre as mulheres do norte (matrilineares) e as do sul (patrilineares). A sociedade tradicional é no mais das vezes considerada como única e homogênea, de modo que não são percebidas as diferenças estruturais e culturais existentes entre as etnias que compõem Moçambique. As contradições culturais entre esses grupos não são discutidas pela FRELIMO, porque a sociedade tradicional é vista como um alvo a ser destruído, assim como é imbuído a ela diversos aspectos generalizantes das muitas sociedades que formam o mosaico cultural moçambicano.

A análise do Comitê Central foi imperativa para o entendimento da condenação dos setores econômicos existentes em 1972 em Moçambique. Condenavam o modelo de economia doméstica, em função da defesa das configurações estabelecidas pelas aldeias comunais das zonas libertadas, que obtiveram sua economia desenvolvida por meio de cooperativas.

Para a FRELIMO, o setor capitalista manifestado pelos interesses da dominação colonial era o grande promotor do trabalho forçado. Outro setor econômico autor de ideias reacionárias era o da sociedade tradicional, em sua maioria, estabelecido nas zonas rurais, era dominado pela economia de subsistência, apoiado pelo poder patriarcal, reforçando, portanto, as opressões sofridas pelas mulheres. A sociedade burguesa colonial era vista como o avesso da nova sociedade projetada por Samora M. Machel. Assim, todas as suas estruturas eram atacadas em prol das reestruturações pensadas pela Frente. Para o Comitê:

No quadro desta economia doméstica a mulher é considerada e valorizada, sobretudo, como elemento produtor ou reprodutor de força de trabalho, dentro de um sistema econômico em que a propriedade é privada e pertence ao homem. Quer isto dizer que a nossa sociedade se encontra em geral numa fase de patriarcado em que a propriedade de todos os bens e capacidades da família cabem ao homem, chefe da família. (COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO, 1976, p. 7)

A união desses dois setores, que mutuamente se apoiavam na propriedade privada e na exploração do trabalho forçado, foi denunciada pela FRELIMO durante todo o documento analisado. Afirmou-se que a luta de classes se encontrava em todos os âmbitos da vida moçambicana, sendo a família uma pequena escala dos conflitos e contradições da sociedade em geral (COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO, 1976).

Para a elite da FRELIMO, a mulher sofria dupla opressão gerada pelo sistema econômico e pelas tradições locais, que foram reforçadas pelo colonialismo e pelos valores burgueses apoiados sobre bases patriarcais. Apesar do estímulo à emancipação feminina, a FRELIMO restringiu as questões de gênero.

Mesmo que o próprio Programa da Frente, estabelecido durante o II Congresso da FRELIMO, com objetivos centrais tenha reiterado a importância de *“Promover a emancipação política, social, econômica e cultural da mulher moçambicana: realizar a igualdade de direitos entre o homem e a mulher: encorajar a mulher moçambicana a*

*participar cada vez mais na luta de libertação nacional”* (COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO, 1976, p. 5. Grifo original), no documento aqui analisado, há o destaque para a mulher como a figura que pare e cuida da prole, da casa e do marido. Defendendo que a opressão da mulher estava ligada exclusivamente à propriedade privada, o problema estava relacionado somente ao sistema econômico e à luta de classes e deveria ser combatido exclusivamente pelo desenvolvimento do projeto político-ideológico constituído pela organização.

As sociedades tradicionais foram acusadas pelo Comitê Central (1976) de reforçar a dominação masculina sobre a feminina ao longo dos séculos, criando mitos e ritos que cristalizaram e justificaram a perpetuação dessas ações. O sistema patriarcal do norte e do centro de Moçambique eram, segundo o Comitê Central (1976), beneficiados pelos efeitos dos setores econômicos, que tornavam o casamento uma extensão das possibilidades de lucro e acúmulo de capital a partir de práticas como o lobolo. Consolidando, desta maneira, a socialização dos corpos e mentes das mulheres moçambicanas destinadas a um lugar de segunda categoria na sociedade. Para o Comitê:

A poligamia que é o sistema em que o homem possui várias mulheres, aparece assim como forma de o chefe de família – proprietário, aumentar a sua força de trabalho. Certas práticas sociais que sobrevivem até aos nossos dias e nalgumas partes do nosso país e da nossa sociedade como a prática do lobolo ou dote mostram claramente, apesar da evolução que sofreram, que se trata de uma forma de aquisição de mão-de-obra. (...) Entre estes ritos um papel particular foi dado aos ritos de iniciação cujo objectivo é o de envolver as tradições existentes numa aura religiosa e metafísica para levar as pessoas a aceita-las cegamente e de maneira dogmática, pondo de lado todo e qualquer espírito crítico. (COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO, 1976, p. 8)

A opressão sofrida pelas diversas mulheres em Moçambique era marcada pela particularidade de seu contexto histórico e social. Essas práticas culturais “condenáveis” foram percebidas pela FRELIMO como profundamente atrelada à herança dos valores tradicionais. Embora houvesse a existência de diferenças culturais no formar da sociedade em todo o território moçambicano, essa não é uma questão discutida no documento. Porém, os ritos, mitos e tradições dessas sociedades – tal como o caso da poligamia, os ritos de iniciação, o lobolo e o casamento infantil e o casamento forçado – foram práticas

condenadas e proibidas nas zonas libertadas. Sua interdição era justificada pela FRELIMO porque suas práticas foram percebidas como fonte de sustentação da manutenção e de fixação da mentalidade dos jovens moçambicanos nas superstições, mitos e tabus que reforçavam os valores reacionários e conservadores das sociedades tradicionais (COMITÊ CENTRAL, 1976).

Os ritos de iniciação de uma maneira geral, segundo a elite da FRELIMO, delimitavam o papel social da mulher. A percepção do enraizamento da imagem da mulher como ser incapaz psicológica e intelectualmente na sociedade e sua dependência em relação ao homem foi, segundo o Comitê Central, um dos motivos que fomentou a luta pela emancipação da mulher pela Frente e a criação da OMM. Outros motivos também fomentaram a sua criação: a capacidade de mobilização de mais militantes da FRELIMO e a consolidação da luta anticolonial. Era entendido Pelo Comitê Central da Frente que:

Por um lado, porque o colonialismo português não escolheu oprimir somente homens, mas lançou sua garra opressora e viciosa também sobre a mulher, era normal que esta tivesse espírito de resistência aceso. Em muitos casos, durante toda a noite colonial foi a mãe de família que manteve viva a recordação dos feitos de resistência dos antepassados que se haviam batido contra o colonialismo. Por outro lado, tanto em consequência do facto que acabamos de citar como por que a nossa Organização tem uma linha política profundamente democrática e popular, estabeleceu-se desde o início o princípio de recusa de qualquer discriminação, fosse ela, baseada na religião, raça ou sexo. Podemos ainda citar, entre estas razões, a necessidade de mobilizar todo o enorme potencial humano que representam as mulheres moçambicanas. A emancipação da mulher, a sua integração total na luta, representam um aumento considerável da capacidade da Organização. (COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO, 1976, p. 10)

Reforçando os laços intimamente ligados da Revolução da FRELIMO com a emancipação da mulher, o documento apresentado salienta importância de ambas as lutas. A libertação da mulher de suas opressões era uma demanda, segundo o Comitê Central, estritamente relacionada com a luta de classes, assim como com a luta anticolonial, que perpassava a liquidação da exploração econômica e social imposta à sociedade moçambicana. O combate ideológico da FRELIMO contra as ideias reacionárias, tradicionais e burguesas não apenas denunciava o papel passivo que a mulher foi forçada a assumir, mas era imperativo em apontar a mulher como um elemento transformador da sociedade, conforme pode ser lido no trecho do documento que segue:

Antes de tudo a mulher moçambicana afirma-se como *elemento político* armado. No combate armado em que ela participa fraternalmente ao lado do homem, a mulher afirma-se como *elemento transformador* da sociedade. Ao visar o soldado colonialista na mira da sua arma, a mulher moçambicana visa destruir uma muralha que persiste em se opor ao desmoronamento de uma forma de sociedade que sua consciência política rejeita, e que se apresenta como um obstáculo na via da sua libertação e da do seu povo.

Ao mesmo tempo ela, apresenta-se como um agente da difusão de ideias novas, tanto através de trabalho mobilização que ela realiza no seio das populações como *através do exemplo da sua própria presença activa que contribui para destruir muitos mitos sobre a inferioridade da mulher*. Por isso mesmo, a militante do Destacamento Feminino joga um papel fundamental na libertação do potencial das massas, às quais a sua participação e exemplo revelam capacidades de acção até então insuspeitas, abrem horizontes novos e criam uma visão vasta das coisas. (COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO, 1976, p. 11. Grifo original)

A construção de uma mulher que assume seu papel como agente de transformação, como ser essencial na luta anticolonial, era formada pela elite da FRELIMO. Esse elemento seria capaz, com o auxílio e a organização da FRELIMO, de participar da reestruturação de uma nova sociedade na qual a mulher assumiria uma posição igualitária com os homens. Assim, o movimento impôs a linha revolucionária da organização como prerrogativa necessária para o fim da desigualdade de gênero.

A FRELIMO enfrentou dificuldades em mobilizar as mulheres devido à naturalização de sua posição social como inferior e passiva. Segundo o Comitê Central (1976), a situação era causada pela manutenção dos privilégios da sociedade tradicional. As dificuldades em assumir esse novo papel foram manifestadas nas zonas libertadas da FRELIMO pelos mais diversos motivos, a falta de iniciativa das mulheres oriunda de sua convicção de inferioridade e a dificuldade de compreensão do projeto imposto eram alguns deles.

Nesse sentido, ao fim da reunião do Comitê Central, em 1972, foi estabelecida a tarefa de criar condições para que as mulheres assumissem papéis importantes em espaços de decisão social, política e econômica, fazendo-se conhecer a tarefa principal da mulher na nova sociedade. O trecho em destaque arrola algumas dessas declarações:

Assim, é necessário reforçar a participação activa da mulher na vida social e em particular nas atividades da nossa Organização. É neste sentido que o Comité Central decidiu reforçar as estruturas de enquadramento da mulher moçambicana na luta, criando, ao lado do

Destacamento Feminino, a Organização da Mulher Moçambicana, cujo objetivo é de mobilizar e organizar as mulheres que não estão em condições de se integrar no Exército, mas cuja participação activa no processo revolucionário é indispensável e valiosa. Por outro lado, é necessário reforçar o trabalho de educação no que respeita às mulheres. A educação revolucionária, o conhecimento científico da natureza e da vida social são sem dúvida a forma mais segura tanto para a nova geração como para as mulheres já de idade mais avançada, para destruir as cicatrizes e vestígios das concepções tradicionais. Para realizar estes objetivos deve-se intensificar a integração das mulheres nas escolas, vencendo-se através da explicação política e persuasão à resistência dos pais quanto a enviarem suas filhas à escola. Ao mesmo tempo devem-se organizar seminários, reuniões e cursos de formação sobre os problemas da mulher moçambicana para a levar a ela própria a distinguir as causas históricas, sociais, económicas e outras que determinaram a situação presente, assim como a maneira de a superar (COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO, 1976. p. 15).

A conscientização da mulher, essencial na construção de uma “nova” sociedade moçambicana, deveria, dessa maneira, eliminar as concepções tradicionais denunciadas como forma de perpetuação da subordinação da mulher ao homem. Apenas desvinculados do obscurantismo e das práticas tradicionais, a mulher e o homem estariam livres para o progresso baseado em uma educação científica. Isso porque a ciência é vista como ideal não apenas nesse discurso do líder revolucionário<sup>62</sup>, mas como a base reguladora para a gestão de uma “nova” sociedade. Por esse motivo, fundamenta seu discursar sobre a importância de uma educação científica em oposição às práticas religiosas e culturais.

Assim, os ritos de iniciação são percebidos como a base da educação cultural das etnias que formam o norte de Moçambique por um lado, e, por outro, reforçavam a superioridade masculina. Para se apartar dessa específica visão, foi promovida pela Frente a eliminação dessa prática, colocando em seu lugar a obrigatoriedade da educação de meninos e meninas em escolas abertas pela FRELIMO nas zonas libertadas durante a luta anticolonial.

Em uma estratégia pró-libertação da mulher, soma-se ao desejo de igualdade de gênero o registro das condições que oprimem a mulher. Assim, a FRELIMO assumiu

---

<sup>62</sup> Podem-se citar dessa forma os discursos como os realizados por Samora Moisés Machel em *Educar o Homem para vencer a Guerra*, de setembro de 1970, proferido durante a II Conferência do Departamento de Educação e Cultura. Na ocasião, argumentou que a educação baseada na ciência seria um fator de importância para o processo revolucionário. O discurso *Fazer da Escola uma Base para o Povo Tomar o Poder*, realizado em julho de 1974, argumenta sobre a importância do centro educacional como base para o estabelecimento do poder popular. Ambos os discursos correspondem aos números 2 e 6 da coleção *Estudos Orientados*, publicados pelo Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO.

oficialmente, em 1973, sua posição a favor da luta pela libertação da feminina<sup>63</sup>, cujas iniciativas romperam com a culpabilização das mulheres por sua condição, e reconhecendo a falta de iniciativas nos setores privilegiados, tanto pela sociedade tradicional quanto aquela constituída pelo setor colonialista burguês.

Objetivando um combate interno, um processo coletivo no qual a mulher passava a ser percebida como elemento importante na participação das esferas de decisão, o Comitê Central concluiu que a experiência do Destacamento Feminino estava incompleta, pois a participação direta na luta anticolonial não garantia o combate ideológico da FRELIMO, ou seja, o combate às práticas tradicionais, papel destinado à OMM, uma vez que sua função principal deveria mobilizar as mulheres a romper com o obscurantismo, regionalismo e racismo.

#### **2. 4. “A libertação da Mulher é uma necessidade da Revolução” (1973)**

Após a análise dos motivos expostos para a criação da Organização da Mulher Moçambicana, passa-se à crítica do discurso oficial do líder revolucionário, Samora Moisés Machel, proferido durante a abertura da I Conferência da Mulher Moçambicana, evento no qual a Organização da Mulher Moçambicana é oficialmente criada e estabelecida como organização da Frente pela emancipação feminina.

A Primeira Conferência da Mulher Moçambicana, organizada pelo Comitê Central da FRELIMO, foi realizada de 4 a 16 de março de 1973, cujo discurso de abertura foi proferido por Samora Moisés Machel, líder revolucionário da FRELIMO. O documento originado de tal pronunciamento foi adotado como instrumento de base de toda a Conferência e de todos os seus trabalhos posteriores. Reeditado em julho de 1979 pelo Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO, o documento integra o volume número 4 da coleção *Estudos e Orientações*. Seu conteúdo foi considerado imperativo para os militantes da FRELIMO no conhecimento sobre a luta da emancipação da mulher moçambicana. No documento aqui analisado, o texto é acompanhado de uma introdução

---

<sup>63</sup> Como a FRELIMO, o PAIGC também identificou a emancipação da mulher como elemento essencial durante a luta anticolonial. Em Angola, essa posição fica evidente com a criação da Organização das Mulheres Angolanas (OMA), em 1962, ala feminina do MPLA, assim como a Liga Independente de Mulheres Angolanas, criada em 1973 pela UNITA (PENICELA, 2012).

assinada pelo Departamento de Informações e Propagandas da FRELIMO, com data de 1974, que deixa claro a importância do caráter ideológico de seu discurso como instrumento de estudo para a FRELIMO, conforme se pode ler no trecho que segue:

Ao publicar este texto, temos em vista aumentar a bagagem ideológica dos militantes da FRELIMO, levar-lhes a compreender melhor os mecanismos da sociedade exploradora, os fundamentos e natureza dos antagonismos que nos opõem a ela, a estratégia e tática do nosso combate. (DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DA FRELIMO, 1979. p. 6)

O discurso tinha a finalidade de esclarecer a linha política-ideológica da FRELIMO em relação à situação das mulheres, assim como sublinhar a importância da participação da mulher na luta anticolonial, através das organizações oficiais da FRELIMO. A Conferência foi realizada na véspera do aniversário de dez anos da criação da Frente, e pouco tempo após a realização do oitavo aniversário do início da luta armada, em 25 de setembro de 1964. Os ataques às tropas portuguesas se intensificaram nos territórios de Manica e Sofala. Esse processo foi definido por Machel como uma fase de ofensivas generalizadas.

O discurso está separado em três partes. A primeira a ser analisada foi intitulada por Samora M. Machel como *A revolução e a emancipação da mulher*. Nela o líder revolucionário refletiu principalmente sobre a necessidade da emancipação no que diz respeito à sua atuação estar atrelada à Revolução, pois uma seria necessária à outra. Na segunda parte, intitulada *Os Fundamentos da Alienação da Mulher*, discursou sobre a necessidade de descartar as velhas tradições e os valores burgueses da ordem social, já que eram uma faixa para explorar a figura feminina como uma propriedade privada. Na terceira parte, *Questões Estratégicas e Táticas*, última parte do documento, Machel descreveu as ações estratégicas da FRELIMO a partir da Organização da Mulher Moçambicana, engajando-as verdadeiramente em favor da sua emancipação e da revolução da FRELIMO.

Com os avanços da luta anticolonial, em 1973, as experiências das zonas libertadas eram fundamentais para a formulação teórica da FRELIMO. Desse modo, a Conferência contou com a participação de grupos de mulheres que se deslocaram de

diversas partes do território moçambicano, principalmente das zonas libertadas, tais como Niassa, Tete e Cabo Delgado.<sup>64</sup> Na fala do líder, eis o seu conteúdo:

Aqui se reúnem mulheres vindas de todas as Províncias, de todas as Regiões e grupos étnicos do nosso País, com vários níveis de educação e cultura. Aqui se encontram mães e mesmo algumas avós, lado a lado com jovens solteiras. Temos presentes professoras, instrutoras, soldados, enfermeiras, alunas, como presentes estão camponesas. Convosco participarão nos trabalhos, homens, vossos camaradas de combate, não só na libertação da Pátria, como ainda na própria luta pela emancipação da mulher. (MACHEL, 1979, p. 16)

Compreendendo que a luta anticolonial começa partindo do norte do território de Moçambique, de sua base de treinamento da Tanzânia, as zonas libertadas eram de extrema importância na elaboração prática do projeto. Dessa maneira, as mulheres delegadas de cada uma dessas zonas estiveram presentes, sendo elas: de Cabo Delgado, Niassa e Tete<sup>65</sup>. Dentro desses territórios citados, existem diversas etnias, a saber, Macuas, Macondes, Aianas e Angones, e, mesmo assim, Machel em seu discurso impõe a homogeneização dessas mulheres a partir da ideia da criação de uma única mulher emancipada, ignorando as diferenças culturais e étnicas existentes entre os povos que formavam Moçambique naquele período.

Mesmo com tantas mulheres<sup>66</sup> vindas das diferentes partes de Moçambique, Samora M. Machel não cita nomes de nenhuma das presentes e assina o discurso como autor da linha política e ideológica da OMM e de sua fundação. Dessa maneira, ainda que a autonomia feminina seja uma pauta debatida pela FRELIMO, mostra-se reduzida na prática, uma vez que elas não têm voz nem participação ativa no desenvolvimento da construção de sua organização.

De todas as formas, a reunião de mulheres em torno de uma organização sólida junto à FRELIMO foi percebida como uma vitória nesse discurso. Samora Machel afirmou que a emancipação feminina era extremamente necessária para a luta

---

<sup>64</sup> Para além das mulheres das zonas libertadas, Machel ressaltou a presença das mulheres das zonas ocupadas do trabalho clandestino, as trabalhadoras dos campos da FRELIMO no exterior, as mulheres da CPPM e as trabalhadoras do Hospital Américo Boavida.

<sup>65</sup> Em 1973, a província de Tete enfrentava conflitos com os portugueses, há 4 anos as tropas da FRELIMO já se encontravam nos limites de Manica e Sofala.

<sup>66</sup> Para além das mulheres das zonas libertadas, Machel ressaltou a presença das mulheres das zonas ocupadas no trabalho clandestino, as trabalhadoras no exterior, as mulheres da CPPM e as trabalhadoras do Hospital Américo Boavida.

revolucionária e impulsionava a consolidação da luta de libertação da FRELIMO. Em seu discurso, colocou em pauta a mulher como o ser humano mais humilhado, explorado e oprimido dentro da sociedade colonial. Por outro lado, fez ver em suas palavras que tudo poderia ser diferente se estivessem filiadas à Organização das Mulher Moçambicana, em que a mulher tinha o lugar que lhe era de direito, assumindo uma imagem positiva na qual a mulher era capaz de se libertar das iniciativas que a mantêm como “escrava dos escravos”<sup>67</sup>.

#### *2. 4. 1. A Revolução e a Emancipação da Mulher*

As divergências dentro da FRELIMO corroboravam a frágil unidade existente no seio do movimento. Inúmeras foram as contradições enfrentadas referentes à participação das mulheres entre os seus grupos formadores. A linha política ideológica da Frente Revolucionária, segundo Samora M. Machel, foi palco de disputas entre as mais diversas opiniões que formavam o movimento<sup>68</sup>. Essas disputas também foram atreladas às discussões em torno da participação política e militar da mulher. Os fatores de discordância dentro da FRELIMO incendiaram os debates entre os seus militantes. Em consequência, as divergências encontradas deram origem a duas linhas políticas distintas: os que concordavam com a participação feminina e aqueles que discordavam, por entender que a participação de mulheres mais atrapalharia do que auxiliaria no processo de libertação, resultando na expulsão de alguns membros<sup>69</sup> da FRELIMO (B. ISAACMAN; STEPHEN, 1984).

---

<sup>67</sup> Por essa afirmação, o discurso aqui analisado tornou-se um clássico dos anos 70 devido a um debate em torno das estratégias para o desenvolvimento da emancipação feminina, assim como textos de Alexandra Kollontai e Vito Kapo. Muitos textos desse período sobre experiências concretas de participação feminina em processos revolucionários como na China, na Albânia e no Vietnã dão base para as discussões desenvolvidas pelas feministas da chamada segunda onda, de 1960 a 1980.

<sup>68</sup> Como consta no relatório do Comitê Central do III Congresso da FRELIMO sobre a opinião de alguns homens presentes: “eles rejeitaram a participação da mulher na luta armada... Caluniavam da maneira mais grosseira e baixa as mulheres que se integravam no Departamento de Defesa, arvoraram-se em defensores da moral para condenar as mulheres que participavam na luta. Apoiando-se nas tradições mais reacionárias, eles erguiam-se para defender as formas mais degradantes da opressão da mulher: o casamento prematuro, a poligamia, o lobolo, a amantização mesmo com crianças” (B. ISAACMAN; STEPHEN, 1984, p. 24-25). Atrelavam-se, dessa maneira, à ideia de que a emancipação feminina deveria esperar até a emancipação política de Moçambique.

<sup>69</sup> Infelizmente não há uma relação de nomes de militantes expulsos nesse período, apenas o fato de que a discordância levou à expulsão de membros.

Essa vertente dentro da FRELIMO protestava contra a emancipação da mulher e contrariava, segundo Machel, o próprio Estatuto estabelecido pelo Comitê Central. A recusa por uma parcela dos militantes em perceber a mulher como cidadã apontava o incômodo na perda dos privilégios dos homens.

Demonstrando a estreita relação entre a Revolução da FRELIMO e o seu projeto de emancipação da mulher, a primeira Conferência da Mulher Moçambicana se tornou palco para o início do projeto que objetivava garantir a unidade entre as mulheres junto à FRELIMO e a transformação total dessas mulheres em agentes ativos da Revolução. Trata-se do início da construção teórica de um projeto político e ideológico destinado a refletir sobre a mulher moçambicana. Conforme Machel:

A emancipação da mulher não é um ato de caridade, não resulta de uma posição humanitária ou de compaixão. *A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição do seu triunfo.* A Revolução tem por objetivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção duma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que o reconcilia com o trabalho, com a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher. (MACHEL, 1979, p. 18. Grifo original)

Como se vê, o líder menciona que a ideia de barrar a emancipação da mulher contrariava os valores revolucionários da própria FRELIMO. A participação da mulher contribuiu para a disputa ideológica, que adotou a luta da mulher como parte da própria luta de libertação. Isso porque era parte do projeto da FRELIMO, tanto a libertação específica da mulher quanto a libertação em termos gerais no sentido de romper com o tribalismo, o racismo e o regionalismo.

Em outras palavras, para Machel, há uma relação direta entre independência e socialismo em seu discurso de nacionalidade. Assim, abre-se espaço para um grande conflito do ponto de vista cultural, uma vez que a eliminação de práticas características das etnias ocasionava no não reconhecimento dos valores e modos de vida da população do país. Isso resultou na negação global por parte da FRELIMO – tanto dos princípios religiosos como das visões de mundo que mantinham esses povos. Machel afirma que:

A FRELIMO, nas condições atuais, já não pode fazer a luta armada sem fazer a Revolução. A condição para o desenvolvimento da luta armada é atingir as raízes da exploração. A ideia de esperarmos a emancipar a mulher mais tarde é errônea, significa deixarmos as ideias reacionárias ganharem terreno para as combatermos quando estão fortes. É não combater o jacaré nas margens do rio, para combatermos quando se encontra no meio da água. (MACHEL, 1979, p. 19)

Para o sucesso da luta de libertação, a FRELIMO visava a atingir diretamente as raízes identificadas no sistema explorador. Segundo Machel, essas raízes estavam diretamente relacionadas com a opressão da mulher. A espera para um momento mais oportuno para iniciar o processo de emancipação feminino, como foi proposto por alguns militantes, em 1973, não era possível na visão do líder. Significaria, dessa forma, que as ideias tradicionais em relação à mulher continuariam mesmo com o desenvolvimento da luta armada e com os avanços no desenvolvimento da revolução. Assim, ele explica que:

A luta armada, agindo como cápsula incubadora, criou as condições para que as massas estejam receptivas às ideias de progresso e revolução. Não desencadearmos a batalha quando as condições estão maduras é falta de visão política, um erro estratégico. (MACHEL, 1979, p. 19)

As condições que levaram a FRELIMO a criar a Organização da Mulher Moçambicana e a realizar a Primeira Conferência da Mulher Moçambicana são esclarecidas por Machel nesse discurso. Dentro do projeto político-ideológico idealizado, mesmo que reforçando o papel de mãe e educadora das novas gerações, a mulher carregou um papel central para a contribuição no sentido de destruir o sistema de exploração estabelecido pelo colonialismo. Nesses termos, a mulher foi uma das pautas mais mencionadas nos discursos feitos por Samora Machel, sublinhando-a como uma necessidade fundamental da própria Revolução moçambicana. Para ele:

Dizer-se que a mulher não sente a necessidade de se libertar, ou que muitas vezes é a FRELIMO, e não as mulheres, quem defende a emancipação da mulher, é um argumento sem peso, que não resiste à análise. As mulheres sentem essa dominação, sentem a necessidade de modificar a sua situação. O que existe é que a dominação exercida pela sociedade, asfixiando-lhes a iniciativa, impede-lhes frequentemente de exprimir as suas aspirações, impede-lhes de conceberem os métodos da sua luta. É a este nível que intervém a FRELIMO, vanguarda consciente

das mulheres e homens de Moçambique, do Povo oprimido; ela formula a linha, indica os métodos de combate. (MACHEL, 1979, p. 18-19)

A mulher moçambicana da FRELIMO formaria uma nova sociedade, antagônica ao modelo burguês criticado por Samora M. Machel. Por isso, o papel central da figura feminina nesse projeto destruiria os alicerces do sistema capitalista, colocando fim na exploração do homem pelo homem. Sua função como militante consciente dos princípios reguladores do modelo de sociedade moçambicano formado pela FRELIMO destruiria as práticas tradicionais: o lobolo, a poligamia, os ritos de iniciação e os casamentos forçados. Tudo porque eram vistos como exercícios tradicionais que apenas cumpriam a função de explorar a mulher.

#### 2. 4. 2. *Os fundamentos da alienação da mulher*

Samora M. Machel se preocupou em seu discurso em delimitar precisamente os elementos que alienavam a mulher e a tornavam o ser mais explorado e oprimido da sociedade. Essa opressão era marcada pela exploração física e moral, que levou às inúmeras dificuldades no processo de sua emancipação. A exploração econômica sofrida pela mulher naquele período era vista como idêntica a sofrida pelo homem porque ambos eram vistos na sociedade colonial como um objeto de negociação e fonte de capital. Para Machel:

Logo que se desencadeou o processo de exploração, a mulher na sua generalidade, como o homem, foi submetida à dominação das camadas privilegiadas. (...). Casar-se com muitas mulheres na sociedade de economia agrária torna-se um meio certo para acumular riquezas. O marido assegura-se de uma mão-de-obra gratuita, que não reclama nem se revolta contra a exploração. Daí a importância da poligamia nas zonas rurais de economia agrária primitiva. *A sociedade, compreendendo que a mulher é uma fonte de riqueza, exige que um preço seja pago.* Os pais requerem do futuro genro o pagamento dum preço, o “lobolo”, para cederem a filha. A mulher é comprada, herdada, como se fosse um bem material, uma fonte de riquezas. (MACHEL, 1979, p. 22. Grifo original)

A partir do documento, percebe-se que Samora parte do sistema de exploração como início da sua análise. Levando em consideração o importante papel da mulher no

trabalho junto às machambas<sup>70</sup>, culturalmente a atividade já fazia parte das atividades desempenhadas pelas mulheres, assim como o comércio ambulante e a produção artesanal.

A presença feminina foi reforçada pelo colonialismo porque o trabalho forçado levou milhares de homens às minas da África do Sul, deixando sozinhas as mulheres, que tiveram de se engajar nas atividades agrícolas. A riqueza gerada pela exploração da mulher, tanto em seu trabalho braçal, enquanto geradora de nova mão de obra, como em suas características reprodutivas, são elementos que, segundo Machel, alienaram a mulher em seu processo histórico. Tudo em razão de que faltava à mulher a consciência dos meios que a alienavam e a exploravam para estar pronta ao combate desse sistema.

O obscurantismo foi visto pela FRELIMO como um elemento opressor, ponto de partida no processo que aprisionou a mulher em sua ignorância. As mulheres nesse período eram a maioria nas taxas de analfabetismo, situação modificada nas zonas de libertação da FRELIMO, uma vez que exigiam a participação feminina nas escolas da Frente Revolucionária. Fato esse que elevou as taxas de alfabetização do período.<sup>71</sup>

Para a construção de uma nova sociedade, em uma relação antagônica entre o novo e o velho, foi argumentada a transformação dos valores tradicionais moldados pelos costumes. Assim, Samora M. Machel salientou a importância de uma educação fundada em bases científicas. A eliminação total da superstição, característica do obscurantismo, pela mulher moçambicana era vista como característica necessária às mudanças, já que, para o líder:

O obscurantismo, a ignorância, são irmãos gêmeos da superstição e os pais da passividade. Todas as superstições, as religiões, sempre encontraram o terreno mais fértil no seio da mulher, porque esta se encontra mergulhada na maior ignorância e obscurantismo. Na nossa sociedade os ritos e cerimônias aparecem como o veículo principal de transmissão dos conceitos da sociedade sobre a inferioridade da mulher, sobre a sua subserviência em relação ao homem. É a este nível ainda que se propagam numerosos mitos e superstições que se destinam

---

<sup>70</sup> Machambas é o nome dado em Moçambique a um terreno agrícola cultivado.

<sup>71</sup> Em 1970, Machel discursou sobre as funções políticas das escolas da FRELIMO nas zonas libertadas, entre elas, falou sobre a criação de uma nova moral revolucionária que fomentasse a libertação da mulher e um novo comportamento e mentalidade do homem em relação à mulher. O acesso à educação nesse período era limitado a uma restrita parcela da sociedade, consequentemente a exclusão de mulheres em espaços de ensino resultava em uma grande maioria do sexo feminino analfabeta (B. ISAACMAN; STEPHEN, 1984).

objetivamente a destruir o espírito de iniciativa da mulher e reduzi-las a passividade. (MACHEL, 1979, p. 24)

O obscurantismo das tradições danosas à mulher foi durante séculos parte de um sistema educacional moçambicano que regulavam o modo de vida, os valores, o comportamento e a organização social e política do sistema em que a mulher estava inserida. Para Samora M. Machel, as contradições estavam apenas entre a mulher e a ordem social que a circunscrevia, omitindo-se, dessa forma, a dominação do homem e sua contribuição na discriminação entre os gêneros existentes na sociedade – justamente esse é um dos pontos onde o discurso sobre a emancipação da mulher não é aprofundado.

Em seu fazer como líder, Samora Moisés Machel apropria-se da argumentação marxista. Muito se vê em seus discursos daquilo que é encontrado no texto de Lenin, intitulado *Pelo dia internacional das mulheres*, realizado no dia 4 de março de 1920, data na qual ele discursa sobre o sistema capitalismo e suas formas de oprimir as mulheres; além disso, faz ver que a desigualdade entre os gêneros é da ordem social capitalista. É possível ver também a influência do pensamento de Marx e Engels, para quem a opressão feminina tem sua origem na propriedade privada e na submissão da mulher ao espaço privado, exercendo os papéis de dona de casa e mãe afetuosa.

Outro ponto definidor da alienação da mulher era o racismo definido, segundo a FRELIMO, por explorar o diferencial hierárquico caracterizado pela cor da pele. O colonialismo estava enraizado em conceitos e convicções de inferioridade racial, apoiado em um discurso patriarcal, que justificava a pretensa missão civilizadora para a África. A convicção da inferioridade natural do homem negro na mentalidade do homem moçambicano foi fomentada pelo sistema de exploração para a consolidação da dominação portuguesa. Assim, a mulher sofria nesse sentido uma dupla opressão, pela cor da sua pele e pelo seu gênero feminino. Para o líder revolucionário:

O processo de alienação mental atinge o ponto culminante quando o elemento explorado, reduzido à passividade total, já não consegue imaginar que possa existir difusor da teoria da resignação e passividade. Devemos reconhecer que a dominação multi-secular da mulher a reduziu em grande parte a este estado de passividade, que impede mesmo de compreender a sua condição. (MACHEL, 1979, p. 24)

O fundamento da dominação da mulher foi definido por Machel no sistema de organização da própria vida econômica da sociedade. Dessa maneira, a fonte de toda a exploração da mulher era a mesma fonte de exploração das massas populares trabalhadoras inseridas na ordem exploradora colonial. Para ele:

Sejamos claros neste ponto: a contradição antagônica não é entre a mulher e o homem, mas sim entre a mulher e a ordem social, entre todos os explorados, mulheres e homens, e a ordem social. É esta situação de explorada que explica a sua ausência de todas as tarefas de concepção e decisão no seio da sociedade, que a exclui da elaboração das concepções que organizam a vida econômica, social, cultural e política, mesmo quando os seus interesses estão diretamente afetados. (MACHEL, 1979, p. 25)

Para essa contradição, a resolução encontrada pela FRELIMO foi esclarecida no discurso que pôde ser visto no trecho apresentado. Apenas na organização da mulher, por meio da linha política estabelecida pela FRELIMO e pela participação na consolidação da Revolução é que a mulher conseguiria se libertar da opressão estabelecida.

As opressões sofridas pelas mulheres, segundo Machel, explicavam os elementos essenciais que baseavam os fundamentos da alienação das mulheres. Para o líder, apenas quando estivessem conscientes desses elementos poderiam desenvolver seu papel fundamental. Por isso a sua participação ativa em todas as esferas da Frente, assim como nos espaços de tomada de decisão eram fundamentais para toda a sociedade. Machel, em relação a esse tópico, explica que:

É este o aspecto principal da contradição: a sua exclusão da esfera de decisão da sociedade. Esta contradição só pode ser resolvida pela Revolução porque só a Revolução constrói os alicerces da sociedade exploradora e reconstrói a sociedade em bases novas, que libertam a iniciativa da mulher, a integram como ser responsável na sociedade e a associam à elaboração de decisões. Por consequência, da mesma maneira que não pode haver Revolução sem libertação da mulher, a luta da emancipação da mulher não pode triunfar sem vitória da Revolução. Devemos ainda dizer que os fundamentos ideológicos e culturais da sociedade exploradora, que mantém dominada a mulher, são destruídos pelo progresso da Revolução ideológica e cultural, que impõem à sociedade novos valores, novos métodos, novo conteúdo da educação e cultura. (MACHEL, 1979, p. 25)

O líder revolucionário afirmou que a opressão da mulher era marcada por um sistema opressor solidificado pelo colonialismo português. Em seu entendimento, homem e mulher são percebidos igualmente como vítimas do sistema exploratório, que os construiu e os instruiu em sociedade. Nessa direção, realiza ao longo do discurso, críticas vinculadas à sociedade colonial e às práticas tradicionais, bem como a seus mecanismos culturais e ideológicos que exploravam a mulher.

Em uma imagem ideal, o homem e a mulher da FRELIMO deveriam forjar-se como um modelo prático antagônico ao modelo tradicional e burguês. Nesse sentido, a luta ideológica travada era a única correta para a libertação do povo moçambicano, conforme reforça esta passagem do discurso:

Importa sublinhar este aspecto porque na nossa época presenciamos, sobretudo no mundo capitalista, uma ofensiva ideológica que, sob a camuflagem de luta de libertação da mulher, pretende transformar em antagônica a contradição com o homem, dividindo assim homens e mulheres – explorados – para impedir que combatam a sociedade exploradora. Na realidade, para além da demagogia que encobre a sua natureza real, esta ofensiva ideológica é uma ofensiva da sociedade capitalista para confundir as mulheres, desviar a sua atenção do alvo verdadeiro. A nossa experiência prática tem provado que os progressos obtidos da libertação da mulher resultam dos sucessos obtidos no nosso combate comum contra o colonialismo e imperialismo, contra a exploração do homem pelo homem, pela construção da nova sociedade. (MACHEL, 1979, p. 26)

É importante salientar que a luta pela emancipação da mulher alcançou uma posição de importância ainda durante o processo de libertação nacional no projeto político-ideológico da FRELIMO. Porém, o discurso de Samora Moisés Machel foi amplamente divulgado e publicado apenas após I Conferência da Mulher Moçambicana, tornando-se o principal documento de estudos e orientações ideológicas da FRELIMO em relação à emancipação da mulher.

Outro ponto que esbarra no projeto desenvolvido é a ausência da fala das mulheres. Essa afirmação se dá em razão de que pouco se sabe ou se tem registro da opinião pessoal de mulheres durante o desenvolvimento desse projeto ainda no período da luta anticolonial. Porém, Samora M. Machel evidenciou a obrigatoriedade em pensar na libertação da mulher, assim como na libertação de todo o sistema exploratório e

opressor ao qual a sociedade estava atrelada – o que é interessante notar é que a obrigatoriedade de pensar não estava vinculada à obrigatoriedade de ouvir essas mulheres.

#### *2. 4. 3. Questões estratégicas e táticas*

Para Machel, a mulher estava passiva diante de um estado de opressão consolidado historicamente, o que dificultava a própria compreensão da sua condição social. Para conseguir essa compreensão, Samora Machel pensava ser necessário seguir obrigatória e exclusivamente as estratégias de ação da FRELIMO. A mulher necessitava do engajamento político e ideológico que a frente podia lhe conceder, pois, segundo Machel: “Só esta organização está em condições de formular estratégia global de combate libertador” (1979, p. 28). Assim, ele orquestrou o importante papel da mulher na tomada de decisão dentro do projeto político idealizado pela Frente de Libertação.

Nessa nova sociedade, a própria relação entre homens e mulheres deveria modificar-se, sendo fundada em respeito mútuo e na necessidade de ambos unirem esforços na construção da “nova” configuração social. Machel aponta no discurso a necessidade exaustiva dos homens passarem pelo processo de libertação das diferentes formas de alienação. Para tanto, deveriam assumir um aspecto final e de enorme importância: as relações amorosas entre homens e mulheres. Essas relações deveriam desenvolver novas concepções sobre casal e sobre o lar, rompendo com as velhas concepções de superioridade masculina familiar. Assim, afirmou:

Devemos dizer — o que é novo na sociedade — que a relação familiar, a relação homem-mulher, deve ser fundada exclusivamente no amor. Não falamos aqui das concepções românticas e banais do amor, que pouco mais são que excitação emocional e idealizações sobre a vida real. Para nós o amor só pode existir entre seres livres e iguais, que possuem um ideal e engajamento comum, ao serviço das massas e da Revolução. É sobre esta base que se edifica a identidade moral e afetiva que constitui o amor. Precisamos, pois, de descobrir esta nova dimensão, até hoje desconhecida no nosso País. (MACHEL, 1979, p. 29)

É importante destacar que os debates desenvolvidos pela FRELIMO e percebíveis no trecho apresentado estavam inseridos no desenvolvimento da segunda onda feminista, datada entre 1960 e 1980<sup>72</sup>. Os debates em torno da desigualdade de gênero cresceram quase sempre baseados em reflexões sobre a moral e o comportamento feminino, que criticavam a ordem social capitalista. Algumas das pautas feministas de esquerda defendidas pela segunda onda feminista, baseadas na obra *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, de 1949, era o fim das características essencialistas que definiam a natureza feminina e suas obrigatoriedades sociais, tais como aquelas que circunscreviam casamento, filhos e falta de autonomia.

Dessa forma, o comportamento da “nova” mulher, definido pela FRELIMO, entrava em choque com as pautas vigentes do contexto inserido. Machel, nesse contexto, alertou para o fato de que:

Há quem conceba a emancipação como uma igualdade mecânica entre o homem e a mulher. Esta concepção vulgar mecânica entre o homem e a mulher fazerem exatamente as mesmas coisas, dividirem mecanicamente as tarefas no lar. “Se hoje lavei os pratos, amanhã você lavará quer você esteja ou não ocupado, quer tenha ou não tempo”. Se na FRELIMO ainda não há mulheres tratoristas ou motorista é necessário imediatamente que haja, sem ter em conta as condições objetivas e subjetivas. A emancipação concebida mecanicamente leva, como vemos, por exemplo, nos países capitalistas, a reclamações e atitudes que deturpam inteiramente o sentido da emancipação da mulher. A mulher emancipada é a que bebe, é a que fuma, é a que usa calças e mini-saias, a que se dedica à promiscuidade sexual, a que recusa ter filhos, etc. Outros identificam a emancipação como acumulação de diplomas... aparecendo em particular o diploma universitário como um certificado de emancipação. Há ainda quem considere que a emancipação consiste em aceder-se a um certo nível econômico, social, cultural. Todas estas concepções são erradas e superficiais. Nenhuma delas atinge o coração da contradição nem

---

<sup>72</sup> Há algumas divergências em relação ao início desse período. É aceito de forma geral que a segunda onda feminista foi impulsionada pela publicação, nos Estados Unidos, em 1963, do livro de Betty Friedan, militante trotskista de formação marxista, intitulado *A mística feminina*. Fator importante da segunda onda foi o surgimento de organizações feministas em todo o mundo, inclusive nos países africanos colonizados, que formaram o feminismo pós-colonial. Suas críticas relacionavam-se com o feminismo tradicional ocidental percebido como etnocêntrico. Entre as décadas de 1960 e 1980, a segunda onda também foi marcada pelo surgimento do feminismo negro com a criação do National Black Feminist, nos Estados Unidos, aumentando o número de literaturas escritas por mulheres negras. Muitos consideram “marco fundador” as discussões em torno das lutas feministas o ano de 1975, definido pela ONU como o Ano Internacional da Mulher, considerado, desse modo, o início da Década da Mulher. No Brasil, é importante lembrar que o ano de 1975 foi ímpar para o feminismo brasileiro organizado, marcado pela reunião da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, que fundou o Centro da Mulher Brasileira, além de outras importantes organizações feministas clandestinas resistentes à ditadura brasileira que surgiram nesse período.

propõe uma linha que verdadeiramente emancipe a mulher. (MACHEL, 1979, p. 27).

O discurso da FRELIMO sobre a emancipação feminina, em uma análise estrita, não condiz com as pautas levantadas pelo feminismo mundial. Existia no tecer do postulado pela Frente um controle sobre o comportamento feminino, uma vez que havia o entendimento de que a mulher moçambicana não estava em uma posição de decidir sobre o seu próprio corpo, bem como em relação ao ideal de que ela deveria cumprir com o comportamento estabelecido pela FRELIMO, não podendo decidir sobre as principais reivindicações daquele período, a saber, temas como liberdade sexual, direitos reprodutivos e divórcio.

O conceito de emancipação para a FRELIMO, dessa forma, deveria surgir de um engajamento político consciente. Porém, essa consciência negava inúmeras formas de igualdade entre os gêneros – justamente considerada característica fundamental da emancipação feminina pelos movimentos feministas daquele período. Ao que se vê, nas postulações oficiais, a mulher moçambicana estava sentenciada a estar profundamente atrelada ao projeto político-ideológico-revolucionário da Frente.

Nesse sentido, Samora M. Machel estabeleceu exigências quanto às questões estratégicas e táticas da FRELIMO em relação a essa emancipação. Essas estratégias são delimitadas pelo Comitê Central como um combate libertador global. Nas palavras do líder, é preciso entender que os parâmetros partem da organização, o que:

Significa primeiramente que a linha deve ser traçada por organização política revolucionária que, assumindo a totalidade dos interesses das massas populares exploradas, as conduza na batalha contra a sociedade velha. Só esta organização está em condições de formular a estratégia global do combate libertador. Isto quer dizer concretamente, no nosso caso, que a mulher para se libertar deve assumir viver criativamente a linha política da FRELIMO. Fora disto ela lançar-se-á em combates estéreis, secundários, que a esgotarão inutilmente e sem sucesso. Assumir e viver a linha exige engajamento nas tarefas traçadas pela Organização. *Como a planta para se desenvolver necessita de se enraizar na terra, a linha enraíza-se na prática revolucionária.* É a prática revolucionária que destrói a sociedade exploradora, é ela que desencadeia o combate interno, faz desmoronar as concepções erradas que trazemos, é ela que liberta o nosso sentido crítico e iniciativa criadora. (MACHEL, 1979, p. 28. Grifo original)

Dessa forma, só haveria libertação feminina na e pela orientação política e ideológica da FRELIMO. Nesse sentido, a organização, mobilização e união eram consideradas peças fundamentais para o combate libertador da mulher e a criação da Organização da Mulher Moçambicana era peça chave nesse processo. Para Machel,

A sua tarefa central, além da anterior, é a de mobilizar a opinião internacional a favor da nossa luta, e exprimir a solidariedade da mulher e do Povo moçambicanos para com a luta libertadora e revolucionária das mulheres e dos Povos do mundo inteiro. Um combate, particularmente, impõe-se à Organização: manter sempre agudo o sentido real da emancipação, reforçar a luta ideológica contra as tentativas de desvirtuar a luta da mulher e de isolá-la da Revolução. É a adesão firme à linha, compreendida, assumida e vivida no detalhe do quotidiano, que fornecerá à Organização e à mulher o sentido necessário de vigilância, para detectar no embrião a mais pequena ofensiva ideológica reacionária. (MACHEL, 1979, p. 29 - 30)

No trecho citado, o que se vê é que a OMM era fundamental para a estrutura de enquadramento e orientação das mulheres dentro da linha política da FRELIMO, estabelecendo, desde sua criação, as tarefas de mobilização da opinião internacional a favor da luta anticolonial interna e não a luta por emancipação da mulher. Ou seja, havia um uso da mulher na divulgação internacional do projeto para maior mobilização da opinião pública e de denúncia da violência do colonialismo português.<sup>73</sup> Esse planejamento fazia da luta pela emancipação da mulher uma tarefa secundária ou, ao menos não central, da OMM.

Desse modo, a luta pela libertação da mulher não era em um nível internacionalista, como a agenda mundial à época, mas era uma ofensiva ideológica na qual a mulher organizada pela FRELIMO poderia libertar-se nos moldes frelimistas – e apenas neles. Abrangendo o aspecto fundamental da união entre todas as mulheres, também mantido como objetivo da Organização da Mulher Moçambicana, era essencial aprender também com os esforços coletivos e com as experiências de outros países, desenvolvendo assim um sentimento internacionalista. Isso era fundamental para a

---

<sup>73</sup> Essa função foi atrelada à figura da Josina Machel, que, entre as suas inúmeras ações no exterior, foi presencialmente em reuniões internacionais divulgar o projeto da FRELIMO em relação à emancipação da mulher, como em sua participação, em 1970, na Segunda Conferência do Departamento de Educação e Cultura na Tanzânia.

compreensão da mútua ajuda entre os países socialistas nesse período. Assim, Machel entendia que:

Devemos ainda aprender das experiências das nossas irmãs do mundo inteiro, dos povos do mundo inteiro. Isso ajudar-nos-á a compreender que não existem raças ou povos que sejam exploradores, opressores. Não há povos racistas, não há povos colonialistas. Abrindo-nos ao estudo das experiências dos outros, não só beneficiaremos de lições úteis, como ainda compreenderemos que todos os países, todos os povos, todas as raças, travam o mesmo combate que nós: o combate contra os colonialistas e imperialistas, que não têm Pátria, o combate contra os exploradores, que não têm raça. Agindo assim, saberemos ver como a luta da Mulher Moçambicana e do nosso Povo é a luta de toda a humanidade, e compreenderemos o calor da solidariedade que nos une. Para reforçarmos a nossa unidade, para desenvolvermos a nossa unidade, convém ainda cultivar entre nós um espírito de relações humanas harmoniosas, relações fraternais. Precisamos de abandonar o hábito pernicioso de só encontrarmos identidade com aquelas que vêm da mesma povoação que nós, ou falam a nossa língua, ou têm a mesma cultura e tradições, o mesmo nível educacional. Encontremos identidade, encontremos irmãs, saibamos dar a nossa amizade e carinho, a nossa ajuda e fraternidade a todas aquelas que, como nós, são exploradas e oprimidas, conosco estão no grande combate da libertação da mulher, da Pátria e do Povo trabalhador. Este conjunto de tarefas é sagrado para a Organização da Mulher Moçambicana, porque pesa sobre a mulher a responsabilidade de formar novas gerações, livres do tribalismo, do regionalismo e do racismo, livres da mentalidade arcaica de oprimir a mulher ou aceitar passivamente a opressão, livres da superstição, imbuídas do nosso espírito de classe e de sentimento internacionalista. (MACHEL, 1979, p. 31)

É importante destacar as dificuldades da proposta de Samora M. Machel no desenvolvimento da mulher moçambicana da FRELIMO dentro do contexto étnico de Moçambique. Isso pode ser percebido quando ele afirma que “o combate contra exploradores, que não têm raça”. Esse manifesto identifica os inúmeros problemas internos que resultam do extenso mapa étnico variado e com fortes distinções, que formam Moçambique e as diversas contradições encontradas nas práticas culturais moçambicanas apontadas no início desse capítulo. Em sua fala, o líder manifesta que:

Importa ainda considerar a necessidade de lutar contra certas atitudes subjectivas, muito negativas. Muitas camaradas consideram o seu engajamento como transitório, enquanto forem solteiras, e têm a tendência de se desligarem das tarefas revolucionárias desde que se casam. O regresso à povoação é considerado normal, e ser esposa torna-

se a tarefa da mulher. Esta atitude é em numerosos casos encorajada pelos próprios maridos, que continuam a conceber a mulher como propriedade privada, como dependente de si, existente em função de si e ligada a si quase como uma bagagem, de que ele dispõe a seu prazer e que deve acompanhá-lo em cada deslocação. Isto está em conflito com as exigências da luta de libertação e do combate da mulher pela sua emancipação. (MACHEL, 1979, p. 31-32)

Além da organização em torno da OMM, o líder revolucionário defendia a importância não apenas de uma participação política, mas também de uma participação contínua. O afastamento da mulher da linha política e ideológica decidida pela Frente era visto como um atraso da luta por emancipação, pois a mulher retornava à sua casa e repetia novamente os costumes tradicionais estabelecidos por seu povo de origem. Ou seja, Machel preocupou-se em salientar, exaustivamente, a importância fundamental da participação da mulher no seio da FRELIMO e a sua continuação na construção do projeto nacional, único caminho possível para a eliminação das tradições locais.

Nesse discurso estabeleceu as tarefas fundamentais sobre as quais a Organização da Mulher Moçambicana deveria estar engajada. Machel ressaltou, no documento analisado, que a participação das mulheres durante a Conferência definiria a estrutura a ser criada dentro da Organização e seu correto funcionamento. Dessa forma, estabeleceu a participação da mulher na construção da Organização como fundamental. Porém, apesar disso, Machel e a elite da FRELIMO, majoritariamente masculina, preocuparam-se em definir quais seriam os membros da coordenação da OMM, como deveria funcionar e quais seriam as suas relações com o Destacamento Feminino e qual seria o seu lugar dentro da FRELIMO. Foi decidido, dessa forma, pelo movimento revolucionário, que as mulheres do DF formariam a coordenação da OMM, uma vez que lá poderiam exercer dois cargos diferentes em ambas as organizações. É possível supor, por esse ato, que era de interesse da parte majoritariamente masculina da Frente tomar a liderança da organização das mulheres e, nesse ato, decidir sua linha política e teórica.

A Organização da Mulher Moçambicana se tornou o “novo braço da FRELIMO” (MACHEL, 1979), mantinha como objetivo atingir e organizar todas as mulheres moçambicanas. Para isso, a escolha da direção da OMM passou por um seletivo processo no qual, segundo Machel, a compreensão e o compromisso com a linha política e ideológica eram fundamentais. A experiência político-militar que requeria a compreensão

da situação também foi um aspecto definidor e que favoreceu as mulheres do Destacamento Feminino. Em suas palavras:

O Destacamento Feminino, porque engaja a mulher na tarefa principal da fase presente — o combate direto contra o inimigo colonialista e imperialista é a estrutura de vanguarda da participação da mulher na luta, a estrutura que desempenha neste momento um papel extremamente ativo na transformação da sociedade. Por isso, ele constitui o núcleo motor da Organização da Mulher Moçambicana, a sua principal fonte de quadros. (MACHEL, 1979, p. 33)

Assim sendo, estabeleceu-se uma luta contra concepções erradas que foram ensinadas e cristalizadas durante os séculos de exploração, ou seja, Machel assumia travar um combate de ideias. Dessa forma, a compreensão da linha política-ideológica da FRELIMO era fundamental no engajamento das mulheres e homens na construção do projeto nacional moçambicano. Acreditavam que a eliminação das heranças coloniais, que definiu como o tribalismo, o regionalismo e o racismo, só seria possível rompendo com o sistema explorador e substituindo-o por um sistema libertador definido como o projeto político e ideológico da FRELIMO. Machel disse:

Sabemos já qual deve ser a nossa estratégia e tática neste combate, em que não só teremos que lutar contra o inimigo colonialista, mas também teremos de enfrentar a oposição suscitada pelas concepções erradas, que se enraizaram na consciência das mulheres e homens. (MACHEL, 1979, p. 35)

Com seu discurso, o líder revolucionário expos sua opinião quanto à exploração da Mulher, em muitas ocasiões deixou ver que essa situação era oriunda do resultado do sistema que explorava homens e mulheres, e este mesmo sistema criava as condições de alienação da mulher e a marginalizava na sociedade. Tendo em vista esse cenário, em sua concepção, a libertação implicava o fim da ordem social exploradora de valores tradicionais, burgueses e colonialistas. Esse combate não era apenas do povo moçambicano, definindo que deveria partir da união dos países de todo mundo e de suas classes exploradas. A Revolução era capaz, segundo Machel, de reorganizar a sociedade para a destruição total da ordem social exploradora a fim de que a construção de uma nova ordem social pudesse emergir.

### CAPÍTULO 3. “A MULHER É A FORÇA MOTRIZ DA REVOLUÇÃO”: O PROJETO EMANCIPATÓRIO DURANTE O GOVERNO DO SAMORA MOISÉS MACHEL (1975-1980)

*Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida*

*(Simone de Beauvoir)*

Após discorrer sobre as complexidades acerca do projeto político e ideológico formulado pela Frelimo, no que tange à emancipação da mulher antes de 1975, ou seja, antes da independência do país, passa-se a entendê-la como a força motriz da Revolução. Esse conceito derivava dos primeiros passos na edificação do projeto político e ideológico durante o governo de Samora Moisés Machel, que visava à emancipação feminina ainda durante a luta anticolonial.

Fundamental para que se possa compreender o papel reservado ao Destacamento Feminino e a Organização da mulher moçambicana desde sua criação, os capítulos anteriores expuseram o cenário histórico-social no qual esses eventos se desenvolveram. Neste capítulo, dá-se continuidade à análise sobre o foco principal: os discursos sobre a mulher, proferidos por Samora Moises Machel no âmbito de políticas exercidas pelo governo frelimista, objetivando a sua emancipação. O projeto, a partir de 1977, após o III Congresso da Frelimo, ficou conhecido como “homem novo” e “mulher nova” e constitui a da temática que se prioriza neste capítulo.

Tendo em vista essas considerações, é oportuno relembrar, antes de seguir, que, de acordo com Paredes (2014, p. 132), a construção do nacionalismo moçambicano divide-se em três momentos principais: o primeiro, de 1910/20 a 1962, antes da eclosão da luta armada pela independência; o segundo momento de 1962 a 1975, sendo marcado pelo conflito armado e pela formação da FRELIMO; e o terceiro iniciado após a

Independência, cujo foco estava no ideário da Frelimo<sup>74</sup> (a partir de 1975 como Partido único revolucionário) sob a liderança de Samora M. Machel de 1975 a 1986.

Especificamente, é o período final que se irá ver de forma detalhada a seguir. Assim, serão abordadas as questões do período de transição do governo colonialista ao governo de Partido único da Frelimo e os caminhos desse ideário acerca da emancipação feminina e da participação ativa do DF e da OMM.

### **3.1. Definindo a linha política da Frelimo para a emancipação (1975)**

O acordo de Lusaka, realizado em Lusaka na Zâmbia, foi o palco para a assinatura, em 7 de setembro de 1974, entre o governo português, representado por Mário Soares, no momento ministro dos Negócios Estrangeiros do primeiro Governo português provisório, e Samora Moisés Machel, futuro Presidente de Moçambique e líder da Frelimo, para a transferência do poder. Embora a luta anticolonial garantisse zonas libertadas organizadas pela Frelimo, a experiência de governação ainda era nula.

Nessas tratativas, o acordo de descolonização garante durante um ano a constituição de um governo transitório, constituído por seis elementos da Frelimo e quatro elementos do Estado português. O processo foi marcado pela ausência de eleições livres. O governo transitório durou apenas nove meses de administração antes da oficialmente declarada independência em julho de 1975. Quando dessa situação, a Frelimo não contava com militantes em todo o território libertado e poucos moçambicanos sabiam quem realmente eram seus novos governantes pós-independência<sup>75</sup>.

Nesse sentido, a necessidade de reorganizar as estruturas do Partido para o novo processo de transição e preparação para a independência foi marcada pela realização da

---

<sup>74</sup> É oportuno lembrar que, nesta dissertação, utiliza-se um diferencial de FRELIMO com letras maiúsculas para identificar o período ainda como movimento revolucionário (antes de 1977) e Frelimo, com apenas a letra inicial em maiúscula, para identificar como partido único pós-independência, após 1977, com a oficialização do sistema de partido único durante o III Congresso da Frelimo.

<sup>75</sup> Nos anos iniciais da independência, a Frelimo conseguiu organizar somente três das nove províncias moçambicanas. Foi apenas em 1977 durante o III Congresso que há indícios dos esforços na modificação dessa situação. O Partido anuncia a criação de associações, alistando líderes tradicionais como chefes e dirigente de cooperativas como células do próprio partido (NEWITT, 2012). Após esse período, por sua vez, o Partido passou a se considerar herdeiro das ideias revolucionárias e vanguarda da luta de libertação, o que ocasionou uma restrição de novos membros.

Plenária de Mocuba, cidade localizada na província de Zambézia, ocorrida entre os dias 16 e 21 de janeiro de 1975, palco da Primeira Reunião Nacional dos Comitês Distritais<sup>76</sup>. Nessa ocasião, além dos 401 delegados representantes de mais de 100 distritos do então país, foi notória a presença de Joaquim Alberto Chissano<sup>77</sup>, membro do Comitê Central e Executivo da Frelimo, e Emílio Guebuza<sup>78</sup> Primeiro-ministro do governo de transição (MUIUANE, 2006).

A reunião de caráter nacional<sup>79</sup> foi realizada para a reorganização das estruturas do movimento. Definido como governo moçambicano, a Plenária procurava reajustar a organização no caminho do desenvolvimento do seu projeto político e ideológico. A formulação de análises das condições culturais, sociais e econômicas de Moçambique era realizada pelo movimento em relatórios, desde a luta anticolonial, pelos intelectuais que formavam o Movimento. Tudo ocorreu durante a Plenária. A necessidade advinda do fim do colonialismo português moçambicano foi marcada por seu contexto histórico, que contava com uma profunda crise econômica.

De 1974 a 1975, o desenvolvimento de pensamentos e correntes políticas revolucionárias anticapitalistas e os sucessos obtidos pelos movimentos de libertação dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) ao fim das lutas armadas. Durante a Plenária de Mocuba, entre as pautas discutidas, a situação da mulher ganhou um capítulo dedicado à Organização da Mulher Moçambicana definido, pela primeira vez, como órgão do governo da Frelimo, sendo de representação oficial de todas as mulheres em território moçambicano.

A partir dessa reunião, a OMM passa a ser considerada uma estrutura base para a formação de Grupos Dinamizadores<sup>80</sup>. Apenas faziam parte dos Grupos Dinamizadores, sejam eles provinciais ou locais, membros que passavam por uma rigorosa inspeção do seu passado político e de seu comportamento, a fim de, segundo o próprio relatório da Plenária, “purificar” as fileiras da Frelimo, denunciando os infiltrados e inimigos dentro

---

<sup>76</sup>O relatório completo da Plenária está disponível em MUIUANE, Armando Pedro. *Datas e Documentos da FRELIMO. De 1960 a 1975- O ano da independência de Moçambique*. 3 ed. Maputo: novembro 2006 p. 227-315.

<sup>77</sup> Foi presidente de Moçambique após a morte de Samora Moisés Machel, governando o país de 1986 a 2005.

<sup>78</sup> Foi presidente do país após o mandato de Joaquim Alberto Chissano, governando o país de 2005 a 2015.

<sup>79</sup> Após o II Congresso da FRELIMO, em julho de 1968, essa foi a primeira grande reunião que mantinha a presença de diversos representantes de províncias de todo o país.

<sup>80</sup> Formados após a independência, eram constituídos por pequenos comitês de militantes da Frelimo que mantinham entre as suas tarefas o estudo e a vigilância da linha política e ideológica do Partido.

do Partido. A vigilância sobre os militantes da Frelimo se mostrou uma característica da liderança de Samora Moisés Machel após a independência. A figura que segue mostra as mulheres em marcha, saudando à organização feminina após a independência.

**Figura 5:** Marcha da Organização da Mulher Moçambicana



Fonte: Muiuane, 2006, p. 302.

Das tratativas que se deram na Plenária, o relatório final concluía que a emancipação da mulher deveria continuar como uma das pautas centrais do governo após a independência. Assim, a Frelimo garantiu continuar engajando mais mulheres em torno da OMM, impulsionando a revolução popular do Partido. A mulher continuava a ser considerada pelo Partido, dessa forma, como o elemento mais marginal da sociedade e apenas estando organizada pelo Partido desenvolveria uma nova consciência, formadora de uma “nova sociedade”. Portanto, a emancipação feminina foi reforçada no relatório da Plenária de Mocuba, tal como se lê no trecho citado:

*A Emancipação da Mulher* significa uma tomada de responsabilidade perante a Sociedade, na qualidade de cidadã, filha, esposa e mãe. Ela tem vivido na carne todas as formas de opressão, de humilhação, de

desumanização, deve ser a força motriz que dinamize todo o processo da sua emancipação.

Responsável enquanto companheira do homem; responsável enquanto educadora da nova geração e responsável também enquanto que ser social que transforma e cria um novo tipo de relações entre os seres humanos. (...). Com o trabalho político e uma prática coerente e consciente, ela deve criar condições para reformulação de toda uma concepção e mentalidade que presentemente a considera inferior.

E é estudando e assumindo a Linha Política da FRELIMO que a Mulher Moçambicana se poderá emancipar; engajando-se totalmente nas tarefas da nossa Revolução, poderá dinamizar o processo que a liberte de todos os complexos. (PLENÁRIA DE MOCUBA [1975]. In: *Muiuane*, 2009, p. 297. Grifo original)

A necessidade da mudança de uma nova concepção e a mentalidade do ser mulher deveriam ser renovadas a partir do estudo da linha política da Frelimo, ou seja, até então pouco ou quase nada havia mudado em relação ao discurso do período da luta anticolonial. A mulher continuaria a fazer parte da Revolução como militante, assim como alocada em seu posto de mãe e esposa, lugares tradicionais na história da mulher e nos espaços por ela ocupados.

A imagem de mãe e esposa nunca foi motivo de questionamento nos discursos de Samora Moisés Machel – ainda que essa carregue uma concepção de moralismo ético sobre o que era ser uma mulher para o movimento. Outro fator ausente nos discursos analisados foram os problemas quanto ao âmbito privado dessas mulheres, as desigualdades sofridas dentro de suas próprias casas nas relações matrimoniais continuaram a ser um assunto pouco ou quase nada percebido como um problema, isto é, como uma demanda que precisava ser corrigida, a fim de que fosse possível dar início à “nova sociedade”. Conforme texto originado na Plenária:

A Organização da Mulher Moçambicana deve sensibilizar e aguçar o sentimento de vigilância, mobilizando as mulheres contra as espécies de corrupção, a bebedeira e a especulação, a infiltração de reaccionários no nosso seio. Deve alertar as populações contra todas as formas de desvio da nossa linha. É imperioso realizar-se trabalho político de consciencialização sobre os males e as consequências da prostituição, tanto no seio das próprias prostitutas como no meio da população em geral, para mobilização de todos, incluindo os homens, na luta contra esse problema. (PLENÁRIA DE MOCUBA [1975] in: *Muiuane*, 2009, p. 297-298)

É visível que as mulheres organizadas em torno da OMM ganharam uma nova tarefa fundamental, a vigilância. As mulheres seriam, dessa maneira, instrumento de

vigilância das próprias mulheres, de modo que aquelas que não concordassem com a linha política admitida pela organização seriam denunciadas e punidas pelas mulheres do DF. Isso significa dizer que a luta emancipatória da mulher passou a ser restrita às mulheres revolucionárias, levando, por consequência, àquelas que não concordassem com a linha política da Frelimo a serem punidas pelo próprio movimento. Essa vigilância era justificada a partir do trabalho político percebido como essencial para a construção de uma “conscientização política coletiva”. No discurso da Plenária, se pode ler que:

O liberalismo é um caminho que desvirtua e bloqueia a verdadeira libertação da mulher. Não é descuidando os seus deveres caseiros que a mulher se emancipa. Assim como não é por se vestir bem ou saber ler que ela se emancipa.

A libertação não deve confundir-se com a libertinagem nem com a promoção social. A emancipação da mulher é uma luta contra os preconceitos de sexo, que desprezam sua qualidade humana. É luta contra os complexos de inferioridade que limitam a sua iniciativa e atrofiam a sua inteligência. Para isso, ela deve estudar as causas desses complexos quem vêm da sociedade tradicional, reforçados pela sociedade colonial. (PLENÁRIA DE MOCUBA [1975] in: *Muiuane*, 2009, p.298)

Na busca pelo comprometimento com a linha política do movimento, as declarações nessa Plenária mantinham um caráter opressivo que determinavam a dedicação das mulheres aos deveres caseiros. A educação feminina, nesse relatório, não foi apontada como fundamental<sup>81</sup>. Porém, o estudo da linha política era imperativo para sua libertação, segundo o relatório final da Plenária.

Na última parte do trecho da citação, percebe-se que a Plenária já se preparava para uma das políticas levadas a cabo pelo governo, após julho de 1975: a proibição da prostituição<sup>82</sup>. Assim, foi instituído que:

A O.M.M. surge na estrutura da FRELIMO como um novo braço da nossa Revolução que deve atingir as largas massas da mulher que até agora se conservaram à margem do processo de transformação que tem lugar na nossa pátria. É a O.M.M. que deve trazer para a luta pela

---

<sup>81</sup> Esse fato se modifica nos discursos a seguir, a ciência é percebida como um substituto da educação tradicional, na formulação de uma sociedade moderna. A educação passa a ser considerada fundamental no desenvolvimento da consciência política revolucionária, e campanhas de alfabetização alcançam um grande número de mulheres matriculadas em escolas.

<sup>82</sup> A proibição da prostituição estava inserida no desenvolvimento da Campanha identificada como “Operação Limpeza”, iniciada um ano antes, em 1974. Essa operação determinava a “limpeza” dos bairros de Maputo (capital) e o fechamento de bordeis e boates, a fim de localizar os “inimigos da revolução”, ou seja, todos aqueles que não tinham um documento que comprovasse seu trabalho, no caso dos homens, e um documento de casamento no caso das mulheres.

emancipação da mulher e para a luta revolucionária Nacional, os milhões de mulheres do nosso país. (...).

Mas no combate da mulher os obstáculos maiores provirão da própria mulher, pelo seu hábito de dependência, pela sua passividade, pelo peso que traz da velha sociedade: impõe-se unir a mulher. A unidade é a arma fundamental de combate, a força motriz (...).

Precisamos abandonar o hábito pernicioso de só encontrarmos a identidade com aqueles que vêm da mesma povoação que nós, ou falam a nossa língua, ou têm a mesma cultura e tradições, o mesmo nível educacional. Encontremos identidade, encontremos irmãs, saibamos dar a nossa amizade e carinho, a nossa ajuda e fraternidade, a todos aquelas que como nós são exploradas e oprimidas, conosco estão no grande combate da libertação da mulher, da Pátria e do Povo trabalhador.

(PLENÁRIA DE MOCUBA [1975] in: *Muiuane*, 2009, p. 300- 302)

A sociedade tradicional continuava a ser um elemento essencial na compreensão das opressões sofridas pela mulher. Segundo o relatório da Plenária, o movimento continuou a combater tribalismo, regionalismo e obscurantismo. No entanto, mesmo frente às mudanças, a mulher continuava sendo vista como a grande fonte de perpetuação das superstições e das práticas culturais condenáveis. É nesse sentido que o projeto manteve uma característica de reenquadramento identitário.

A unidade das mulheres em torno de um padrão único de mulher, formulado pelo Partido, continuava a ser o sujeito revolucionário ideal. A OMM, por sua vez, mantinha-se como a principal e única promotora da emancipação feminina, era apoiadora da formulação na constituição de um padrão de “personalidade” da mulher moçambicana para a edificação de uma sociedade “nova” e moderna.

Nessa configuração, ainda durante a Plenária de Mocuba, o Destacamento Feminino foi reconhecido como “corpo político-armado” em relação de complementariedade com a OMM, considerada um órgão de organização ideológica. O DF continuaria a principal fonte de quadros das estruturas da direção da OMM, por sua experiência durante a luta anticolonial, tornando a OMM não apenas extensão do DF, mas desenvolvendo uma rígida disciplina militar dentro da organização.

A ausência de outras organizações não governamentais preocupadas com as mulheres moçambicanas, sejam elas do norte, centro ou sul do país, é outro fator importante desse período. A Frelimo, mesmo após a independência, continuou a controlar todas as organizações de mulheres existentes, uma vez que não era possível a criação de novas organizações fora do controle político do Partido, sendo essa, uma maneira de monopolização e controle das reivindicações femininas.

Esse fato causou uma falta de documentação sobre a situação e opinião das mulheres moçambicanas, referente às políticas da Frelimo durante todo o processo analisado nesta dissertação<sup>83</sup>. No relatório, foi ressaltado que “A O.M.M é uma Organização de massas da FRELIMO, da qual recebe as directivas e as palavras de ordem, comportando-se como um instrumento da FRELIMO para realizar a sua política no campo das mulheres” (PLENÁRIA DE MOCUBA [1975] in: *Muiuane*, 2009, p. 305).

Outro fator que continuava presente nas políticas do Partido foi a posição de silenciamento quanto à diversidade de mulheres no território, conseqüentemente, houve a ausência de análises detalhadas sobre os problemas sociais das mulheres a partir das diversas etnias existentes. Por outro lado, o discurso da Plenária apresenta que:

Da prostituição surgem aspectos determinantes e imediatos, de perversão social ao facilitar a proliferação activa do banditismo, ociosidade, alcoolismo, alteração da saúde pública pela propagação das doenças que contribuem para o nascimento de crianças defeituosas e sífilíticas.

Também as discórdias no seio dos casais que muitas vezes levam ao divórcio e à destruição dos lares, as crianças abandonadas, a concentração de reaccionários e de parasitas da sociedade nos locais de profissão e de residência das prostitutas, e a corrupção gradual da mulher e do homem mergulhados no vício, recusando-se ao trabalho produtivo, são outras tantas conseqüências graves da prostituição que condicionam ainda uma inversão de valores muito acentuada na época da adolescência, acelera a cobiça perdendo-se o sentido de vigilância no seio das populações, determina uma diminuição de produtividade, conduzindo ao luxo pessoal, individualismo e roubo. Através da prostituição o inimigo pode infiltrar-se. (PLENÁRIA DE MOCUBA [1975] in: *Muiuane*, 2009, p. 307)

Entre os diversos problemas sociais gerais identificados pela Frelimo em território moçambicano, a prostituição foi o que mais gerou conseqüências à situação das mulheres, principalmente das zonas urbanizadas. A prostituição foi percebida como “mal social” conseqüente “de todos os países colonizados e colonialistas” (PLENÁRIA DE MOCUBA [1975] in: *Muiuane*, 2009, p. 306). Segundo a Frelimo, havia se instalado em Moçambique como uma herança colonialista, principalmente nas regiões que se fixaram as tropas coloniais<sup>84</sup>.

<sup>83</sup> Uma das únicas vozes destoantes desse processo foi a de Josina Machel, ainda durante a luta anticolonial, a qual se aprofundará nos subcapítulos seguintes.

<sup>84</sup> Nos locais onde se instalavam as tropas coloniais, era comum o surgimento de uma zona de prostituição, com a presença de mulheres de diversas áreas de Moçambique. Contudo, eram nos centros urbanos que as zonas de prostituição se consolidaram após a luta anticolonial.

As zonas de prostituição foram percebidas ainda como uma oportunidade de infiltração do inimigo, uma vez que a mulher em situação de prostituição era um sujeito antirrevolucionário, herdeira dos valores burgueses coloniais. Dessa forma, essa atividade apontava para as desconfianças que surgiram no seio do Partido, a partir do sentimento de ameaça motivado pelo surgimento de novos grupos opositores ao regime Frelimista nos países vizinhos, assim como pelas campanhas de sabotagem que sofriam principalmente em suas fronteiras, ocasionadas por esses grupos.

A Revolução imposta pela Frelimo buscava transformar todas as mulheres em torno de um único padrão feminino para reintegrá-las na sociedade revolucionária. Para tanto, a Frelimo impôs centros de reeducação para mulheres em situação de prostituição<sup>85</sup>, que nada mais eram do que espaços de trabalho forçado, onde milhares de mulheres foram conduzidas pelas tropas do Destacamento Feminino. A ala feminina do exército popular da Frelimo mantinha a função de organizar esses centros de reeducação, assim como, juntamente com a OMM, decidir pela criação de mais centros através da realização conferências distritais. Na figura que segue, um registro de um desses momentos.

**Figura 6:** Dois militantes da Frelimo prendendo uma mulher denunciada por prostituição. Fotografia anônimo, 1975.

---

<sup>85</sup> Uma importante referência dos centros de reeducação femininos foi o documentário *A última prostituta*, de Licínio Azevedo, lançado em 1999 e desenvolvido a partir da recolha de depoimentos que deram origem ao filme *Virgem Margarida* também realizado por Licínio de Azevedo em 2013. A fotografia da figura 5 inspirou a criação do documentário e do filme.



**Fonte:** Disponível em:  
<[http://www.mozambiquehistory.net/justice/reeducation/images/last\\_sister\\_580x419.jpg](http://www.mozambiquehistory.net/justice/reeducation/images/last_sister_580x419.jpg)>. Acesso em  
jan. 2018.

A criação dos centros foi anunciada, segundo o periódico português *O Capital*, por Armando Guebuza, na época, Ministro da Administração Interna, em 20 de novembro de 1974. Inicialmente os Centros foram criados como forma de “transformar” as mulheres que estavam em situação de prostituição em sujeitos revolucionários, eliminando os valores burgueses, isto é, a herança do modo de vida colonial que havia gerado a venda e compra dos corpos das mulheres no centro urbano. A figura 6 mostra a campanha veiculada.

**Figura 7:** Propaganda da FRELIMO

A Capital [Lisbon], 20 de Novembro de 1974

# FRELIMO CRIA CAMPOS DE REEDUCAÇÃO

**D**ARES-SALAAM, 20 (R.) — O Governo Transitório de Moçambique criou campos especiais para a reeducação das prostitutas — declara o ministro da Administração Interna, Armando Guebuza, da Frelimo. Numa entrevista publicada ontem pelo quotidiano tanzaniano «Daily News», pertencente ao Governo, o ministro salientou que nesses campos uma vida nova será ensinada às prostitutas. Guebuza calcula que sob o regime colonialista português havia, só em Lourenço Marques, a capital, 75 mil mulheres que viviam do comércio do seu corpo.

•Recentemente desenvolveu-se uma campanha durante a qual muitas dessas prostitutas foram levadas da capital, estando agora a ser instaladas em certos campos onde procuramos consciencializá-las de modo a que possam aprender uma nova vida em conformidade com a sociedade que vamos criar», frisou.

Fonte: Jornal A Capital, Portugal, 20 de novembro de 1974.

A partir da propaganda que a figura 6 mostra, inicialmente os campos de reeducação eram dedicados ao aprisionamento de mulheres em situação de prostituição. Infere-se que o partido reforçou o tom moralizante e de vigilância comportamental dos indivíduos ao expandir, poucos anos após o comunicado da figura 6, os centros de reeducação para abrigar não somente mulheres em situação de prostituição, mas também os “inimigos da revolução”, os “antissociais” e os “elementos marginais”. Para Omar Ribeiro Thomaz (2008), durante os primeiros anos de independência, o que determinou o encarceramento nos campos de reeducação foi o passado do denunciado ou a lógica de acusação. Isso levou ao fato de facilmente serem essas pessoas enviadas aos campos. Assim, todo e qualquer indivíduo acusado de prostituição, feitiçaria, alcoolismo ou aqueles percebidos como apoiadores do antigo regime, como era o caso dos chefes étnicos, estavam passíveis de encarceramento no regime de reeducação.

Para Paredes (2014), os campos de reeducação estavam de acordo com o projeto político ideológico no sentido de forjar a construção de um indivíduo do tipo ideal, idealizado pelo Partido. Para tanto, os centros de reeducação forneciam aulas obrigatórias de educação política sobre marxismo no reforço do projeto de reenquadramento

identitário, crucial para a edificação da “nova sociedade”. Dessa forma, as revistas e periódicos moçambicanos mostravam uma visão positiva dos campos de reeducação, para enaltecê-lo. Assim, os campos foram vistos como um processo de reintegração social, nos quais todas as estruturas do Partido deveriam se engajar. A figura 7 mostra a publicação da Revista Tempo de 1980.

**Figura 8:** Matéria sobre os campos de reeducação da Revista Tempo de 1980

### **TRABALHO DA REEDUCAÇÃO FOI POSITIVO — constata II Seminário efectuado em Maputo**

**Foi realizado um trabalho bastante positivo no campo da reeducação, apesar das dificuldades de vária ordem, que foram enfrentadas. — Esta a constatação feita pelos participantes ao II Seminário dos Serviços de Reeducação, que decorreu em Maputo, de 15 a 19 do corrente mês.**

T. (485) 27/1/80 p 2

Tendo concluído que os sucessos atingidos comprovam a justeza da linha política do Partido FRELIMO e das medidas tomadas pelo Governo com vista à reeducação de milhares de marginais e delinquentes que enxameavam sobretudo as zonas urbanas do País, o Seminário fez um apelo ao engajamento cada vez mais activo das outras estruturas do Estado e das Organizações Democráticas de Massas em todo o processo de reeducação, dentro do princípio de que «a reeducação é tarefa de toda a sociedade».

O balanço do trabalho efectuado pelo Serviço Nacional de Reeducação desde o I Seminário desta estrutura do Ministério do Interior (realizado em Novembro de 1976) e o estudo das formas de aplicação das orientações do III Congresso foram as bases desta reunião. O II Seminário analisou os relatórios dos Serviços de Reeducação e dos Serviços provinciais, tendo-se debruçado sobre os seguintes pontos:

— regulamentos provisórios dos Serviços de Reeducação; tratamento reeducacional dos reeducandos e a perspectiva de criação de um sistema penitenciário único; avaliação, estudo criminológico e avaliação dos reeducandos nos Centros de Reeducação; reintegração social dos reeducandos; produção agro-pecuária dos centros de reeducação; formação de quadros dos serviços de reeducação; formação profissional dos reeducandos e directiva sobre os métodos de trabalho político no seio dos reeducandos.

Entre as recomendações feitas pelo II Seminário salientam-se: a criação de um sistema penitenciário único, a introdução do regime progressivo no tratamento dos reeducandos, a produção agro-pecuária com vista à auto-suficiência e a corrente integração dos reeducandos no tra-

balho social útil como parte integrante do processo de transformação dos elementos anti-sociais e a reeducação de mulheres privadas de liberdade.



No seminário, que foi presidido pelo Ministro do Interior, Mariano Matsinhe, participaram quadros representantes do Partido, dos órgãos centrais do Estado e das organizações democráticas de massas e do Serviço de Reeducação.

TEMPO N.º 485 — não. 2

**Fonte:** Trabalho de reeducação foi positivo, constata II Seminário, em Maputo. *Tempo*, Maputo, n.485, 27 de janeiro de 1980, p. 2.

Por outro lado, desde o início da criação dos centros de reeducação, o Partido sofreu duras críticas dos jornais estrangeiros. Em 3 de novembro de 1975, o *Daily News*, periódico tanzaniano, alertou para o grande número de pessoas encaminhadas ao campo de reeducação. Em 17 de maio de 1976, o periódico francês *Afrique-Asie*, por meio do jornalista Petrucci, que visitou um centro de reeducação, denunciou a falta de liberdades dos reeducandos do campo. Em junho de 1979, o periódico *The Point da África do Sul*

publicava um memorando de Bispos católicos que solicitavam ao presidente, Samora Moisés Machel, o fim dos campos de reeducação. Por sua vez, em 1980, o periódico *The Washington Post* denunciou os ditos campos como uma violação de direitos, como mostram as imagens a seguir.

Figura 9: Matéria *Daily News*

---

Daily News (Tanz.) Nov. 3, '75  
(abridged)

**Lourenco Marques, Sunday.**

**OVER 3,000 men and women were rounded up in five of Mozambique's major towns on Thursday and Friday during an operation aimed at the rehabilitation of thieves, prostitutes, drug pushers and vagrants.**

A statement issued by the Ministry of the Interior said that the 3,000 were rounded up in Lourenco Marques, Beira, Nampula, and Chimoi. Many of them confessed involvement in the above vices and the rest were being gross-examined to find out the degree of their involvement.

The operation, which is being carried out by the Police Force in co-operation with the Mozambique People's Liberation Forces and the Party started

on Thursday and will continue indefinitely.

Another statement issued by the Ministry said that the presence of such people in the country was a danger as they would corrupt the society into crime and immorality.

Thieves, drug pushers, prostitutes and vagrants will either be sent to specially prepared centres in the provinces for re-education or judged according to the laws of the land if found to have been engaged in grave criminal activities.

Fonte: [Sem título]. *Daily News*, Dar es Salaam, 3 de novembro de 1975.

Figura 10: Matéria *Le Repaire du monstre*

*Spécial Mozambique*




# Le repaire du « monstre »

Le village  
martyr de Wiriamu,  
symbole d'une guerre coloniale  
qui a pesé et continuera  
de peser lourdement  
sur l'histoire du Mozambique.

par Pietro Petrucci

● *En voyageant du nord au sud, jusqu'aux frontières de l'« apartheid » à la découverte des acquis et des problèmes nés de l'indépendance...*

● Depuis plus de trois ans, le vent tente vainement d'effacer les traces du massacre : à Wiriamu, le village martyr de la province de Tete, la soldatesque portugaise n'a pu cacher que les cadavres. Mais là où, autrefois, s'élevaient les huttes des habitants exotés, s'élevaient encore de grandes taches noires et grises qui traçaient sur le tapis vert de la colline. On y retrouve aussi, brûlés et calcinés, les restes des pauvres biens de ces quatre cents paysans mozambicains ester-

XII - Lundi 17 mai 1976

Fonte: Le repaire du «monstre». *Afrique-Asie*, Paris, n.109, 17 de maio de 1976, p. 12- 21.

Figura 11: Matéria Alarm spreads as executions continue

## MOZAMBIQUE

## Alarm spreads as executions continue

José Ramalho



After the execution of Portuguese national Rui Manuel Nunes da Silva (TTP April 13 1979), alarm has spread in Portugal as a number of Portuguese are known to be held in Mozambique's infamous Machava penitentiary, on the outskirts of Maputo. So far, 23 have been shot by firing squad.

While serious concern is being voiced in official circles about the fate of Armando Monteiro, a former general manager of Mozambique's giant engineering firm Metal-Mometal, who has been in detention over 15 months, officials of the Lisbon-based Banco Nacional Ultramarino (BNU) have been canvassing support from the Portuguese government and international organisations for the release of two of their colleagues. Together with Monteiro, the BNU prisoners, João Pires, arrested in February 1978, and Maria de Castro Galhardo, who has been in penitentiary since August of last year, face death penalty under the all-embracing charge of economic sabotage.

Prisoners recently released from Machava report that among the 1 600 inmates there are more than 100 Portuguese living in appalling conditions of physical and mental hardship. Machava holds only a small section of the total in Mozambique's prisons and concentration camps whose numbers are believed to run into tens of thousands.

For many people, their arrest is tantamount to a death sentence. No more poignant plight can be imagined than that of the 240 Mozambican political leaders who were rounded up by Samora Machel at the time of the collapse of the Portuguese administration in early 1974. They were seen only once, in June 1975, when President Samora Machel paraded them in the Tantal camp at Nachingwea.

Included were the Reverend Uria Simango, a former Frelimo vice-president; Paulo Gamate, president of Frelimo's rival movement Mozambique Revolutionary Committee (MRC); Dr Joana Simeao; Veronica Nanive; Dr Mateus Gwenjere and many others. The only fault was to believe that, in an independent Mozambique, they would be allowed to participate in free elections.

Where are they now? Simango, Simeao and others are believed to have died in detention. Appeals to international humanitarian organisations, including the International Red Cross, have proved of no avail. Frelimo will



Machel: Portuguese worried

brook no interference from anyone, including diplomatic representatives from friendly countries, when it comes to "revolutionary justice".

"Crimes against the people's security and the security of the State," which the new death penalty law sets out to punish severely, cover such a wide range of ambiguously worded offences that no one in Mozambique can feel safe from prosecution.

It includes everything that may even vaguely fall under the accusation of "actions aimed at destabilising the revolutionary internal order, either through material sabotage or ideological subversion".

To make sure that no person suspected of planning or carrying out an offence escapes punishment, the secret police (SNASP), created and controlled by Machel himself, are entitled to enlist the support of other police branches, Frelimo party officials and militants and the armed forces.

In July last year, after a bomb blast in a cafe in down-town Maputo, Machel ordered the formation throughout Mozambique of vigilante groups. A few days later, Radio Mozambique announced that 500 groups were in operation in Maputo alone involving more than 20 000 police informers.

Vigilante fever has reached such a pitch that in the small village of Inharrine, north of Maputo, 70 groups were formed early this month. Frelimo suspects, however, that many vigilantes are double-agents working for the so-called "enemy".

And the futility of the whole exercise was illustrated by a leader of the vigilante groups in the densely populated Maputo suburb of Chamusca.

Interviewed by Radio Mozambique, he said: "With thousands of people coming and going all the time, how do they expect us to know who is who and what he is up to? All the vigilance was not enough to stop the burning down of the Chamusca dynamising committee office."

The climate of terror Frelimo has imposed on Mozambique gave rise recently to a strong protest from the Roman Catholic Church in the country, itself under constant harassment.

In a memorandum sent to the president, the Mozambique Episcopacy demanded an end to "arbitrary detentions, to people being sent to re-education camps without guilt being proven and to other situations causing anguish for the detainees and their families".

The Bishops' hierarchy also protested against "the sending of students to Cuba".

Machel reacted promptly, describing Catholic bishops as "agents of imperialism". They officially joined the ranks of the "enemy" when the Maputo dictator accused them of "raising up the people against socialism and proselytising in defiance of the law".

As Catholics face a yet-stronger wave of repression, the Islamic Association in Lisbon presented a note of protest to the Mozambique ambassador against the fierce persecution of Muslims by Frelimo (TTP 23 March 1979).

Machel's views are clear: Catholics, Protestants and Muslims must learn to live under a Marxist-Leninist regime. If not outside, then inside a "re-education camp".

### Scissors gangs ridicule Machel

As in the heyday of Idi Amin's despotic rule in Uganda, President Samora Machel of Mozambique provides, from time to time, a touch of light comedy in an otherwise grim atmosphere.

Early this month, spurred on by his strong condemnation of long hair and tight clothes as "bourgeois and decadent", scissors-wielding gangs took to the streets cutting short the hair of passers-by and tearing to ribbons tight trousers and skirts.

Machel complained that he had been misunderstood. As always, the blame was put on the "enemy" within. The director of the SNASP (secret police) told a meeting of leaders of the vigilante groups that the scissors gangs were in fact "reactionaries"

who had seized the opportunity to heap ridicule on the president.

But the scissors episode was not the only way in which Machel can be compared to the Ugandan tyrant. Imitating Amin when the former dictator invited himself to Buckingham Palace, the Mozambican president sent emissaries to the Swiss government to announce that he would shortly be paying the country a state visit.

The Swiss courteously declined the "honour". Apart from other reasons that were not disclosed, the Swiss authorities stated that they could not afford to stage more than one state visit a year and Machel's proposed visit was not on their schedule.

Figura 12: Matéria Mozambican re-education camps raise rights questions

THE WASHINGTON POST

May 7, 1980

# Mozambican Re-education Camps Raise Rights Questions

By Jay Ross

CHICOMO, Mozambique—Naftal Muthemba made "a mistake" with the books in the Maputo Hotel where he worked two years ago. As a result he is one of 750 inmates of the Chicomo "re-education camp" in a desolate area of Mozambique about 125 miles north of the capital.

"Once he learns not to make such mistakes," said the camp commander, Jaime Rebich, "he will be released."

The problem from the Western point of view is that Muthemba, like most of the estimated 10,000 other inmates of re-education camps, has never been tried but was just sent to the camp by the police, who also determine when he will be released.

It is a common situation in Mozambique where, after the Portuguese settlers fled as a result of independence in 1975, the country was left without a single judge and only about 20 lawyers.

Re-education camps, which in the West raise the image of human rights violations, have mainly become a replacement for prisons in Mozambique for what are called "marginal" criminals, such as thieves, rapists and drug offenders.

Mozambican officials do not hide the fact that some nationals are political prisoners, perhaps as many as 3,000.

They are held separately on charges of deserting or informing in the decade-long war against former Portuguese authorities or working for the once feared Portuguese security police (PIDE).

Some, such as Uria Simango, accused of involvement in the 1969 killing of Eduardo Mondlane, the original leader of the independence movement, will never be released, officials say. They add, however, that in many countries Simango would have been executed.

The human rights issue in Mozambique, including the re-education camps, has had international repercussions as part of the reason for the country being on the congressional blacklist, preventing it from getting American development aid.

Although noting deficiencies, several Western diplomats in Maputo said the country's human rights record is better now than in many other African countries.

A recent visit to Chicomo put to rest many of the unfavorable images of re-education camps but it also left questions about how prisoners, particularly political ones, are faring in other camps.

They are mainly in the hard-to-reach northern part of the country which is twice the size of California with a coastline longer than the U.S. Pacific Coast.

Camps for political prisoners are not

open to visitors and it is only recently that the Chicomo camp, which only contains "marginals," has begun to receive foreign journalists.

There is little question, however, of ill treatment of the Chicomo prisoners.

Commander Rebich said there are 15 police to guard the 750 inmates. Only a couple guards were armed the day five Western journalists, including two from French Communist publications, visited the camp.

The inmates moved freely with little supervision and mingled with the guards. Except for the entrance gate, there were no fences around the camp. Its remoteness probably discourages escape attempts, since peasants in the area would easily spot the inmates.

The day is divided into educational and work phases, according to Rebich. The work consists of farming, since the camp raises most of its own food, and tailoring.

The education is political indoctrination about the ruling party, the Mozambican Liberation Front (Frelimo). For those who cannot read and write, about 90 percent of the population of the country, there is literacy training.

One key problem is that prisoners cannot receive visitors because of the remoteness of the area.

It is unlikely that Chicomo has been designated as a model camp to show visitors. The provincial official responsible for the camp has difficulty even finding the remote facility (he had only been there twice) and Rebich seemed genuinely surprised when the reporters arrived.

The government, however, does seem eager to improve its image over the issue of prisoners. President Samora Machel has released about 2,000 detainees, including some political prisoners, and closed three camps in recent months.

Jodr Luis Cabaco, the minister of information, defended the use of the re-education camps, saying they were necessary after the 10-year-war of independence because many Mozambicans had been turned against Frelimo by the Portuguese and the unrest had also caused a high level of urban crime.

He admitted that some of the camps had not worked out well but added, "We think they are very important and will continue until they are not needed any more."

Re-education is not confined to the camps in Mozambique. Displayed outside every government office is a row of pictures of people working there who cooperated with the colonial government, with their "crimes" listed.

The theory, Cabaco said, is that people who worked against Frelimo should confess so they are not vulner-

able to blackmail either by fellow workers or dissident elements, formerly based in Rhodesia but now shifted to South Africa.

The "rogues gallery" of photos was first put up in 1978 and the government intends to end the practice later this year.

"The problem of human rights is a very peculiar one," Cabaco said. "Frelimo led the Mozambican people to get the main human right — to be free and independent. Portugal as a colonial power was not blacklisted because of human rights, perhaps because of the air bases" on the Azores Islands in the Atlantic that it allows the United States to use, he added.

He then ticked off some advances made since independence: a 250 percent increase in the number of children in school and expansion of health clinics which now treat 10 times as many patients.

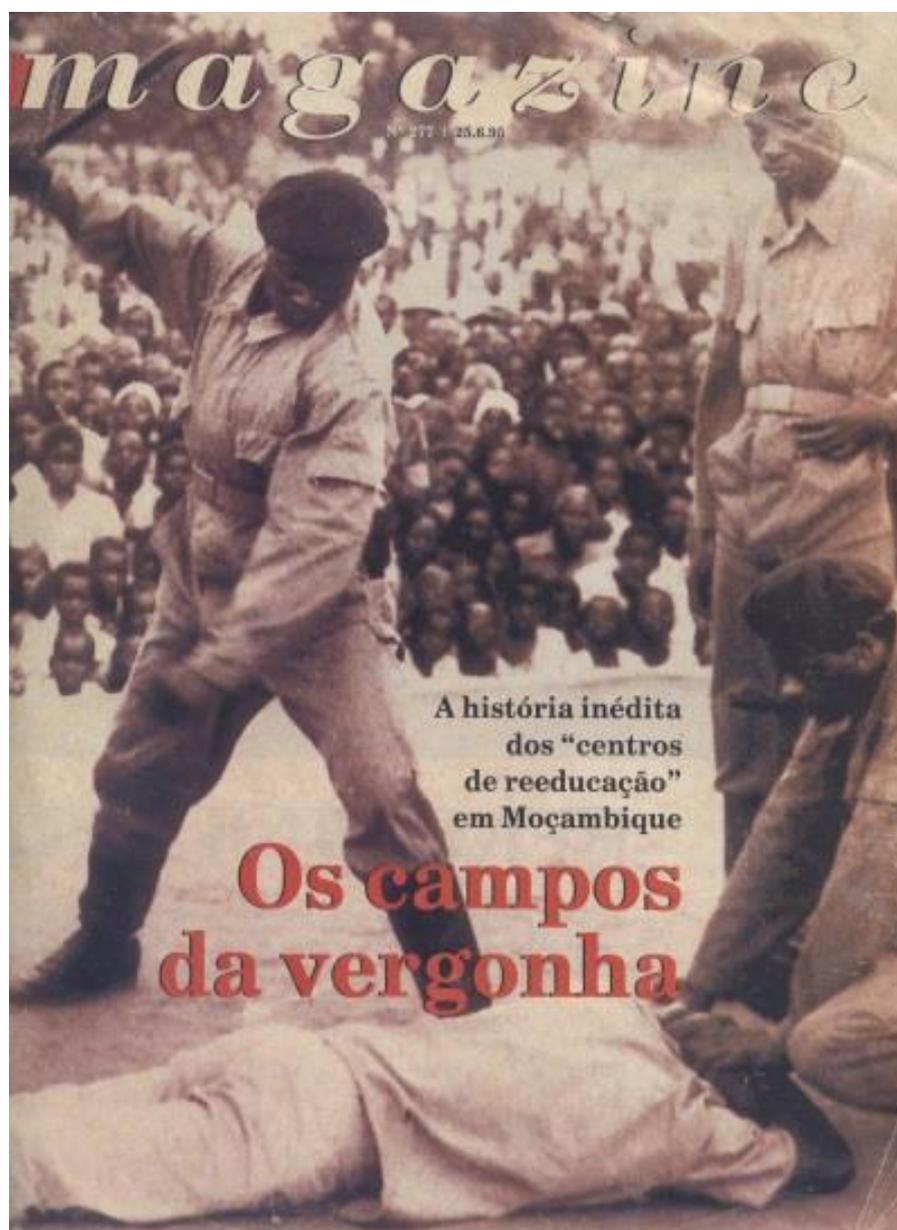
Before independence, measles killed more than 25,000 children a year. In 1978, as a result of a vaccination campaign, only 110 cases of measles were reported in the country, according to the United Nations.

"These are human rights too—the right to knowledge and health. We're trying to provide them in a way nobody did in the past," the minister said.

**Fonte:** Mozambican Re-education Camps Raise Rights Questions. *Washington Post*, Washington DC, 7 de maio de 1980.

A imposição do encaminhamento de milhares de homens e mulheres aos campos de reeducação faz parte das linhas mais obscuras da história da Frelimo. O trauma desenvolvido por essas ações forçadas pouco é discutido nos dias atuais. A última grande publicação em veículo de comunicação sobre o assunto foi em 1995, no *Jornal Público*, veículo de comunicação português, no qual fora denunciada a existência dos campos por meio dos depoimentos de pessoas que estiveram nesses lugares. Como mostra a capa da matéria a seguir:

**Figura 13:** Matéria *Os campos da vergonha*



**Fonte:** JORNAL PÚBLICO. Magazine suplemento do Jornal Público. *Os campos da vergonha*. n. 277, Portugal: 1995.

Alguns dos depoimentos daqueles que participaram do processo definiram os centros de reeducação como “espaços de sofrimento”, nos quais muitos prisioneiros eram “abatidos e executados” na frente de todos, para servirem de exemplo. Aqueles que não morriam sofriam com torturas, sendo “mantidos em buracos na terra, só com a cabeça de fora” e passando “dias seguidos sem comida” (JORNAL PÚBLICO, 1995, p. 26).

Sobre os campos femininos de reeducação nada foi encontrado nas documentações oficiais da Frelimo, assim como é ausente o assunto nos discursos do líder revolucionário e presidente Samora Moisés Machel. A citação apresenta o que foi publicado no *Jornal Público*:

Em linhas gerais, todos os centros de reeducação se assemelhavam. Eram campos de trabalho forçado organizados em moldes militares, com os reeducandos divididos em pelotões de 25 homens, cada um com dois reeducandos-chefes. Estes gozavam de certos privilégios e tinham um reeducando-ordenança para ir buscar as refeições à cozinha, apanhar lenha e acarretar água do rio.

As camaratas, extensas construções de madeira e palha que albergavam dezenas de homens dormindo lado a lado no chão, rodeavam a parada, que era chamada de “rassemblement”. O termo foi trazido da Argélia pelos guerrilheiros da Frelimo que lá receberam treino militar, na década de sessenta.

O “rassemblement” era o centro do “universo reeducativo”. Quando a política soprava o apito, às cinco da madrugada, toda a gente ali afluía e formava em redor do mastro da bandeira. Içava-se a bandeira e cantava-se o hino, e o oficial de dia procedia à distribuição de tarefas aos vários pelotões de reeducandos. (JORNAL PÚBLICO, 1995, p. 26)

Pouco se sabe quando ocorreram e quais foram os motivos do encerramento das atividades dos centros de reeducação. O que se sabe é que o término do período do governo transitório, em 25 de junho de 1975, garantiu a declaração de independência de Moçambique. Após esse período, a Plenária é que baseava o novo plano de ação do governo Frelimista, garantindo o pleno funcionamento dos campos. A utilização política das tropas do Destacamento Feminino, usada como instrumento de vigilância para a reeducação de milhares de mulheres, foi intensivamente aplicada nessa época.

As ausências no relatório pouco mostravam mudanças e apenas reforçavam a criação de um padrão identitário feminino. O que se pode compreender é que a vigilância comportamental se tornou uma tarefa essencial nesse período, consequentemente, a

constituição de Centros foi feita para abrigar não somente mulheres em situação de prostituição, mas todos os sujeitos considerados “marginais”, “agitadores”, “inimigos da revolução”, “sujeitos antissociais” e “parasitas da nova sociedade”. Tendo isso por base, os discursos de Samora Moisés Machel se intensificaram, a partir de 1975, tendo um tom cada vez mais moralizador e autoritário, como se verá nos subcapítulos seguintes.

### **3.2. O rochedo áspero do colonialismo, do capitalismo e do reacionário (1976)**

Em comemoração ao dia da mulher moçambicana, dia 7 de abril de 1976, Samora Moisés realiza um extenso discurso tendo como tema central a libertação da mulher. O discurso, intitulado *Mulher moçambicana deve participar da luta de classes e na produção*, foi publicado na íntegra na revista *Notícias*, na página 3, em 9 de abril de 1976. Eis na figura 13 tal publicação.

**Figura 14:** Matéria *Mulher moçambicana deve participar da luta de classes e na produção*



O discurso referido analisa o momento no qual se encontrava a mulher à época: no desenvolvimento das tarefas para a edificação da “nova sociedade”. Para tanto, Samora Moisés Machel identifica dois fatores cruciais que fomentaram o que ele identificou como “complexos e ideias erradas inculcadas à mulher” (MACHEL; in: NOTÍCIAS, 1976, p. 3.), ou seja, referências advindas da tradição feudal e os mecanismos da sociedade colonial-capitalista. Essas opressões só foram possíveis, segundo Machel, com a cumplicidade do homem moçambicano, devido a sua condição de subordinado – justificada em suas palavras pela falta de uma “clara consciência do homem dominado e colonizado”.

Para Samora Moisés Machel (1976), a principal contradição entre o sistema e a mulher está intimamente interligada com “contradições secundárias”<sup>86</sup> resolúveis entre o homem e a mulher. A concepção de inferioridade da mulher, nesse discurso, é consequência da opressão da sociedade feudal e do sistema capitalista. O que o Presidente identificou como o “verdadeiro inimigo da mulher”.

Em seu entendimento, o homem que cumprisse sua tarefa com a revolução em esfera pública, porém em casa cometesse violência doméstica, seria percebido como fruto do sistema burguês colonial e tradicional, que também o oprimiu. Esse homem seria dotado de um “complexo típico de quem sofreu da experiência de ser explorado” e que reproduziria a exploração naqueles que poderia exercer algum tipo de poder, nesse caso, nas mulheres.

Dessa forma, a culpabilização da violência masculina no sistema pouco demonstrava no discurso o comprometimento da Frelimo com o fim da opressão das mulheres em esfera doméstica. Apontando, nesses termos, um grave silenciamento para as questões femininas e uma contradição importante no que diz respeito ao projeto emancipatório da mulher Frelimista. Para Machel:

Um aspecto particular das concepções e valores opressivos em relação à mulher e que reforça seu papel passivo na vida social, surge com a sociedade capitalista. O capitalismo vê na mulher, além dum produtor, um consumidor. Igualmente o capitalismo explora o corpo da mulher, como estímulo para o consumismo, para a publicidade. É neste contexto que se integra o esforço capitalista de transformar a mulher em um objecto de adorno, sujeita a caprichos e variações duma

---

<sup>86</sup> As “contradições secundárias” não são especificadas no discurso, mas é possível perceber a contínua ausência de críticas quanto às opressões sofridas pelas mulheres nas relações íntimas com os homens.

moda que frequentemente atinge o ridículo e absurdo. Este aspecto é agravado pelas estruturas coloniais, do nosso país, que fazem com que, as modas vigentes sejam inteiramente estrangeiras, profundamente despersonalizadoras.

Concebida como objeto de adorno pelo capitalismo, a mulher é ainda tratada como objeto sexual. A degradação da mulher pelo capitalismo atinge a baixeza máxima, com a utilização comercial do corpo nu da mulher, tal marca de cigarros, ou rádios, tal marca de fósforos ou discos, de detergentes ou pastas dentífricas, procurará estimular as suas vendas associando o produto a visões de mulheres seminuas ou nuas. (MACHEL in: *Notícias*, 1976, p. 3)

A partir da citação, notam-se os ataques de Samora Moisés Machel ao sistema capitalista, no sentido de denunciar o fator que modificou o que ele identificou como a verdadeira “personalidade” moçambicana. Era essa “personalidade” que, segundo ele (1976), procurou-se construir durante a edificação de seu projeto político e ideológico.

Nesse aspecto, as roupas tornam-se um elemento fundamental na constituição da personalidade moçambicana ao se negar, por exemplo, o consumo da moda estrangeira na busca de “algo próprio e típico” da cultura do país. Há, é possível dizer, nessa imposição um tom moralizador e regulador voltado para a própria vestimenta da população. Esse ato pode ser entendido como uma assinatura do caráter cada vez mais autoritário do governo de Machel.

Por outro lado, importa ressaltar o quanto é atual a crítica feita por Samora M. Machel (1976), em relação ao uso de corpos de mulheres em propagandas para a venda de produtos pelo sistema capitalista, dentro do escopo dos movimentos feministas da década de 1960 e 1970<sup>87</sup>. É nesse contexto que Samora M. Machel (1976) identifica a “contaminação ideológica e moral” que afetou principalmente as “pessoas urbanizadas de classe média e alta”. Em suas palavras:

Combatendo para a libertação do povo, as mulheres libertaram a sua inteligência e iniciativa. Na libertação começaram a libertar-se. Estamos agora numa outra fase do nosso combate: edificamos actualmente a Democracia Popular, o poder da aliança operário-camponesa, estamos a construir a base econômica, social, cultural,

---

<sup>87</sup> O importante livro da feminista e marxista Betty Friedan, *A Mística Feminina*, publicado em 1963, considerado o principal propagador da segunda onda feminista da década de 1960 e 1970, denunciava o papel da mulher como dona de casa e sua função na sobrevivência do sistema capitalista. Para a autora, a mulher após a Segunda Guerra Mundial, inserida nas políticas americanas do “american way of life”, constituía um importante elemento de consumo. A dedicação obrigatória ao lar era compensada no estímulo à economia, uma vez que, ao realizar diversas pesquisas com mulheres do período, constatou que os distúrbios psicológicos sofridos pela maioria estavam entre a depressão e o consumismo. Esses problemas estavam sobre os pilares da mistificação da mulher após a crise de 1929 e na mobilização de mães e esposas zelosas durante a Segunda Guerra Mundial.

científica da nova sociedade. Estamos empenhados na luta contra o sistema capitalista no plano interno, e contra o sistema imperialista no plano externo. Somos uma das bases revolucionária dos povos e classes oprimidas somos uma base de apoio de luta de libertação nacional do povo irmão do Zimbabwe.

É neste novo contexto que devemos situar o desenvolvimento do combate pela emancipação da mulher.

Um novo e poderoso instrumento surge para acelerar o nosso combate. Temos a luta de classes. Temos a produção colectiva de bens materiais. É necessário que a mulher participe activamente nestes dois campos. (MACHEL [1976] in: *Notícias*, 1976, p. 14)

No trecho citado, Samora M. Machel evidencia algumas das principais medidas ativas desenvolvidas por seu governo. O desenvolvimento a fim de estabelecer uma Democracia Popular<sup>88</sup> alicerçada em um sistema de partido único<sup>89</sup> foi oficialmente instituído em 1977 durante o III Congresso da Frelimo. O novo governo, por meio dos grupos dinamizadores, desenvolvia o campo agrário, compreendendo-o como importante meio de produção formador de grande parte da econômica do país<sup>90</sup>, aliado às cidades<sup>91</sup>.

Era fomentado o desenvolvimento de uma “nova sociedade” na qual a libertação nacional dependia do sucesso da emancipação da mulher e da luta de classes. As mulheres foram designadas ao apoio ideológico e à produção como elemento essencial para o desenvolvimento e a modernização da economia do país. Para Machel:

Depois de terminado o período de preparação político-militar, unidades do Destacamento Feminino deverão operar nas fábricas, nas aldeias comunais, nos transportes, nas empresas agrícolas, nos hospitais, nas escolas, nas faculdades, nas povoações, nos bairros comunais com a missão de:

- participar na organização e utilização das massas
  - treinar e enquadrar as milícias populares
  - participar activamente ao processo de produção do sector a que for afectado
  - elevar o nível dos conhecimentos científicos e técnicos participando no processo de produção
  - engajar a luta de classes do sector, dinamizar a luta de classes.
- (MACHEL [1976] in: *Notícias*, 1976, P.3)

<sup>88</sup> Samora Moises Machel: por Democracia Popular entende-se a fase histórica descrita por Karl Marx como a ditadura do proletariado, onde a classe trabalhadora assume a direção do poder em todas as esferas da vida social.

<sup>89</sup> O partido único era fundamentado na crença da necessidade da consolidação da unidade nacional através da unidade ideológica e de classe. Para tanto, havia segundo o presidente a necessidade de um campo político, ideológico, econômico e cultural coeso desenvolvendo a base do socialismo no país.

<sup>90</sup> É durante a fase da Democracia Popular que Samora M. Machel compreendia a necessidade de socializar os meios de produção, criando a propriedade estatal e a propriedade cooperativa.

<sup>91</sup> Samora M. Machel estabeleceu a agricultura (maior parte da produção do país) como base da economia, assim como planejou o desenvolvimento da indústria pesada, afim de que o operariado pudesse desenvolver uma consciência reunindo condições necessárias para se tornar a força dirigente do sistema socialista.

Nesse contexto, o Destacamento Feminino passa a adquirir novo objetivo. Além de um vigilante ativo contra o inimigo interno, o DF também passa a ser mobilizador na organização de todas as mulheres para a produção. A dificuldade nesse período no abastecimento de produtos alimentares de primeira necessidade era consequência de uma baixa produção, que levou o Partido a traçar estratégias para aumentar o emprego de mão de obra. Para tanto, ao final do discurso, o Presidente dá exemplos de mulheres organizadas que já trabalhavam em prol da luta de classes e do aumento da produção, a exemplo do que já acontecia no centro do Destacamento Feminino.

A fim de fomentar a participação de mais mulheres, o discurso se deu em tom convidativo. Sendo assim, é importante perceber a própria lógica de construção dessa fala em questão. Em um primeiro plano, Samora Moisés Machel se preocupa em apontar que os inimigos das mulheres são tanto a sistema tradicional como o sistema capitalista burguês. Por outro lado, o homem revolucionário foi enfatizado como aliado da mulher e o reacionário o inimigo a ser combatido.

Nesse empasse, é necessário que a mulher se engaje na vitória da luta de classe para que haja, em consequência, a vitória do seu processo emancipatório. Isso porque, em seu entendimento, não há possibilidades de emancipação feminina sem a contribuição das mulheres na luta de classes.

No subcapítulo seguinte, é possível perceber a relação de complementariedade com o discurso analisado neste subcapítulo, fala essa na qual Samora Moisés Machel passa a se preocupar em aprofundar sua argumentação sobre o inimigo interno da mulher, no intuito de mobilizar mais mulheres em torno do projeto frelimista.

### **3.3. O crescimento da consciência da mulher para a criação de nova sociedade (1976)**

Dias antes da comemoração do dia 7 de abril de 1976, o dia da mulher moçambicana, Samora M. Machel proferiu um importante discurso durante uma reunião com representantes da OMM. Intitulado *Definir o inimigo interno da mulher*, esse

discurso foi publicado na íntegra na *Revista Tempo*, de número 288, entre as páginas 16 e 21, em 11 de abril de 1976. Quando dessa enunciação, estavam presentes na reunião trezentas mulheres da OMM de todos os distritos da Província de Maputo, representantes de empresas, repartições de Estado, bairros e o Destacamento Feminino. Ademais, Deolinda Guezimane, secretária-geral da OMM, Alberto Chipande e Jorge Rebelo, membros do Comitê Central, uma Executiva da Frelimo, Óscar Monteiro, do Comitê Executivo e Graça Simbine, Ministra da Educação e Cultura também estavam presentes. A figura a seguir apresenta a publicação mencionada.

**Figura 15:** Publicação da *Revista Tempo*



**Fonte:** MACHEL, Samora Moisés. Definir o inimigo interno da mulher. *Revista Tempo*, nº258. p. 14-21, Maputo, 1976.

### 3.3.1. Definir o inimigo interno

O objetivo central da reunião foi definido pelo editorial da revista como uma oportunidade para “equacionar os principais problemas da mulher e razões da pouca eficácia actual da OMM, para posterior definição conjunta de prioridades e estratégias no

combate pela verdadeira emancipação da mulher moçambicana” (TEMPO, 1976, p. 14). Nessa nova proposição, Samora M. Machel inicia seu discurso apontando a emancipação da mulher como uma das principais preocupações da Frelimo, e não explicita os motivos pela ineficácia da OMM. Contribuindo, nesse discurso, para a definição clara do inimigo da mulher, em geral, e, do inimigo interno da mulher moçambicana em particular.

Nessa perspectiva, diz que ambos eram elementos essenciais no combate às opressões. O Presidente definiu a Frelimo como uma organização revolucionária alicerçada no processo emancipatório da mulher. Em sua fala, diz:

Onde há tribalismo não há progresso; onde existem elementos conservadores, não há revolução; onde existe tradição os tradicionalistas não há progresso. Só há reacionários. E nós verificamos que há muito conservadorismo no nosso país. Sobretudo ao nível da mulher. Há muita tradição no seio da mulher, há muito divisionismo no seio da mulher, há muito desprezo e discriminação no seio da mulher. Assim a Organização não pode ser revolucionária. Discriminação, regionalismo, diríamos mesmo, localismo no seio da mulher. A mulher deve ter valores para vocês, e em todo o nosso país, consoante a sua origem, a sua região, a região onde nasceu. (MACHEL [1976] in: *Tempo*, 1976, p. 16)

Dessa maneira, definiu a mulher como um pilar dos valores vistos como tradicionais, cuja mudança era necessária, deveriam ser eliminados da sociedade moçambicana. Para tanto, a mulher tinha de assumir o projeto político da Frelimo, no qual a consciência nacional de tornar-se moçambicano era eliminar os traços das etnias de origem e as diferenciações, por exemplo, entre Changanas, Macondes e Macuas, de modo a se ter unidade, pois era preciso uma única mulher sem identificação étnica<sup>92</sup>.

Samora M. Machel traça, a partir disso, novas estratégias e tarefas para a mulher moçambicana integrante da OMM. Em primeiro lugar, estabeleceu estatutos, programas e definições de tarefas a partir de uma avaliação da OMM desde sua criação em 1973. Por essa razão, ressaltou que a mulher foi compreendida desde a luta anticolonial como “a certeza absoluta que só com a revolução, com a emancipação da mulher nós levaríamos

---

<sup>92</sup> Ao relegar o mal da mulher para seu passado étnico, a elite da Frelimo procurava ocultar a tensão que sofria com as contínuas acusações de ser um partido majoritariamente formado por pessoas das etnias do sul do país e pela liderança sulista de Samora Moisés Machel. Segundo Newitt (2012), esse problema foi agravado pelo deslocamento da capital do país para o extremo sul, na cidade de Maputo.

vitoriosamente as nossas tarefas revolucionárias” (MACHEL [1976] in: TEMPO, 1976, p. 17).

Machel passa, então, a declarar que a emancipação da mulher sempre foi um consenso no seio do partido. Essa declaração ocultava os conflitos, observados no capítulo anterior, gerados entre os membros da Frelimo que não aceitaram a emancipação da mulher como pauta principal do processo revolucionário.

### *3.3.2. Como nasce a OMM*

A OMM foi reestruturada aos moldes do reenquadramento identitário formulado pela Frelimo. Para isso, Machel ressaltou que a organização sempre serviu a todas as mulheres moçambicanas pela “eliminação dos males criados pelo capitalismo e pelo colonialismo”. Nesse sentido, ele faz duros ataques aos “complexos de inferioridade”, que definiu como aquilo que “destrói a capacidade de iniciativa das mulheres”.

Esse é um dos pontos que une todas as mulheres do mundo, de todos os países. Segundo Machel, as mulheres apresentariam seus complexos na medida dos seus traumas históricos. Ele os define como “estado de conflito” ou “espírito de conflito”, que desviariam a mulher de sua principal tarefa e a deixariam em situações de “espírito de dependência” e “espírito de insegurança”, tornando-a passiva diante de suas relações com os homens. Por esse motivo as mulheres se afastariam de suas tarefas essenciais, ocupando-se da resolução de seus “problemas pessoais”, causados por “problemas individuais”.

Isso significa dizer que as tarefas essenciais da Revolução eram parte da esfera pública, em que a mulher era elemento essencial de transformação da sociedade. Os problemas em torno da esfera privada eram percebidos como problemas egoístas, a cargo de “problemas pessoais e individuais”. Para tanto, Machel preconizava que os conflitos entre as mulheres eram facilmente criados em vista da dificuldade de eliminação dos problemas pessoais que atrapalhariam a reconstrução nacional como um todo.

Dessa forma, ele analisa os problemas que atrapalhariam a emancipação da mulher na relação entre as próprias mulheres. Nesse entendimento, divide as mulheres por sua idade, a saber: as “massungukati” (adultas), as “wamamana” (as mães), as

“wamamanhana” (as mães jovens), as “ntiwulani” (as mães pela primeira vez) e as “wahnuanhana” (as meninas)<sup>93</sup>. Nesse sentido, sendo a mulher a guardiã dos valores revolucionários, ela deveria manter a tarefa essencial em um sistema no qual as “massungukati” passariam os valores revolucionários às “wamamana”, assim como estas educariam politicamente as “wamamanhana”, que, por sua vez, orientariam as “ntiwulani” e as “wahnuanhana”.

Porém, Machel ressaltou que na vida prática ocorria o contrário, motivadas por “conflitos pessoais” se afastavam da sua posição central com a Frelimo e fomentavam conflitos entre si. Dessa forma, ele compreendia que a ausência de uma corrente de ajuda mútua entre as mulheres prejudicava a própria luta revolucionária. Apesar desse entendimento, não percebeu tal conflito como decorrência do próprio projeto político-ideológico sob sua liderança: nele eram negadas as diferenças entre as mulheres de diversificadas etnias<sup>94</sup>.

### 3.3.3 O Conflito

Para a resolução do “espírito de conflito” houve, segundo Machel, no seio da Frelimo, uma reunião para estudar as tarefas realizadas pela OMM e pelo DF. Nessa reunião foram reestruturadas as incumbências das duas organizações, no sentido de realizar estudos para o desenvolvimento da Reconstrução Nacional. Para tanto, a mulher novamente foi mobilizada através da organização da Frelimo na destruição do que ele chama das “estruturas colonialistas” e “estruturas capitalistas” sobreviventes do período de colonização portuguesa. Em suas palavras:

Continua a existir ainda, a tendência de valorizar as ideias estrangeiras. Continuam no nosso seio algumas mentalidades escravas ao estrangeiro a gostar dos valores estrangeiros. Continua a existir o banditismo no

---

<sup>93</sup> É interessante perceber que, mesmo com a tentativa de apagar as diferenças étnicas entre as mulheres moçambicanas para o desenvolvimento do padrão de uma única mulher, ele utiliza, nesse discurso, designações em língua Changana. Ainda assim, manteve a imposição da proibição da fala e a promoção de qualquer uma das línguas originárias dos povos étnicos na tentativa de se desvincular do passado étnico, promovendo o português como língua oficial do país após 1975.

<sup>94</sup> Essas diferenças são facilmente percebidas ao longo da leitura do livro *Niketche - Uma História de Poligamia*, da moçambicana Paulina Chiziane. A escritora narra uma história que gira em torno dos problemas ocasionados pelas diferentes percepções do ser mulher em etnias como Macua, Tsonga, Machangana, Maconde, Nyanja, Ronga, Sena e Shona.

nosso país. Para destruímos o banditismo no nosso país, é necessário que nós compreendamos e assumamos a tarefa de dar prioridade à política. Existem ainda no nosso país, grupos de ladrões. Existe ainda grupos no nosso seio de criminosos assassinos, que foram criados pelos colonialistas. Existe ainda no nosso seio os ex-pides que nós não temos capacidade de denuncia-los e neutraliza-los. Porque vivemos ainda desorganizados. E vivendo desorganizados não podemos realizar as nossas tarefas. Ao nível das fábricas ainda não temos estruturas ao nível da Organização da Mulher Moçambicana (MACHEL [1976] in: *Tempo*, 1976, p. 19).

Todas as expressões mencionadas no trecho referenciado, bem como “banditismo”, “grupos de ladrões”, “criminosos assassinos” e “ex-pides”, são formas usadas pela Frelimo para identificar os grupos descontentes, que formaram, até 1976, o Movimento Nacional de Resistência (MNR) – após 1977, passou a se chamar Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO)<sup>95</sup>.

A falta de um sentimento de coletividade na consciência nacional, segundo Machel, fundamental para reconstrução nacional, foi percebida como um dos maiores motivos dos problemas moçambicanos em geral. No entanto, a desorganização causada pelo não cumprimento da linha política revolucionária do movimento foi identificada como a grande causadora da confusão cultural. Dessa forma, a Frelimo se ausentava das consequências geradas por um projeto político e cultural cada vez mais rigidamente imposta às diferentes populações moçambicanas.

#### 3.3.4. *Viver organizados*

A falta do sentimento de coletividade, segundo Machel, levava os moçambicanos a uma série de problemas citados pelo presidente ao longo de seus discursos. A falta de organização nas escolas, hospitais e bairros, assim como problemas de saúde pública como o consumo excessivo do álcool<sup>96</sup>, condenado como um instrumento que não permitiria o desenvolvimento de iniciativas criadoras, pois tornava o sujeito uma vítima

<sup>95</sup> A RENAMO é o maior movimento opositor da FRELIMO. Aprofunda-se essa questão nos subcapítulos seguintes.

<sup>96</sup> Os portugueses, ao colonizar os países africanos, introduziram também novos hábitos de consumo como o álcool. O artigo tornou-se valioso, até mesmo como moeda de troca, pagamentos e suborno. (BIRMINGHAM, 2003). Para mais informações sobre a exportação de vinho para Moçambique, ler: CAPELA, José. *Vinho para o preto*. Afrontamento: Porto, 1973.

do consumo excessivo da bebida, e, dessa forma, segundo o Presidente, deixando-lhe passível à corrupção ideológica.

A falta da compreensão do sentido de família era, em sua opinião, o que levaria ao adultério, à poligamia e a divórcios. No âmbito rural, aponta os problemas principais como ignorância e analfabetismo, sendo os ritos de iniciação e os casamentos forçados os principais motivadores do impedimento do desenvolvimento da igualdade de gênero, que ele chama, nesse discurso, de “consciência do encontro do espírito entre homem e a mulher” (MACHEL [1976] in: TEMPO, 1976, p. 19).

Todos esses problemas, para Machel, envergonhavam o moçambicano. Eles existiam porque havia uma grande escala de assimilados<sup>97</sup>. Seriam estes que se apegariam profundamente aos valores coloniais e capitalistas e auxiliariam na perpetuação desse sistema. Denunciando os assimilados, o líder retomou as decisões tomadas nos dois últimos anos, apontando pela primeira vez o problema da prostituição como o mais “degradante e humilhante”. Segundo Machel, a prostituição significaria “a desonra do país” (MACHEL [1976] in: TEMPO, 1976, p. 19). Em suas palavras:

Há confusão no seio das mulheres e dos homens mesmo. Do que é modéstia e simplicidade. Que confundem com libertinagem e liberalismo.

Assistimos hoje, homens e mulheres com cabelos compridos e sujos. Dizem que é ser simples e moderno. Assistimos a casos de pessoas com possibilidades, a andar de chinelos, unhas compridas e sujas, cheios de “mataquenha”. Dizem que é para ser igual ao povo. Ser do nosso povo é andar sujo?

Primeiro, desencadearemos campanhas contra esses que andam de cabelo comprido, barbas sujas. Nós não vencemos a guerra para semear a anti-higiene no nosso país. (MACHEL [1976] in: *Tempo*, 1976, p. 19)

Após apontar os problemas, Machel procurou as soluções e, nesse sentido, desenvolveu um padrão homogêneo da cidadã moçambicana, seja ele no que diz respeito à consciência – como antes citado –, seja no que tange ao nível físico. Para o presidente, o desenvolvimento de campanhas contra pessoas de cabelos compridos e barbas sujas,

---

<sup>97</sup> Por assimilador se identificam grupos de pessoas que migraram aos centros urbanos estimulados pelo crescimento econômico colonial. Essa migração impulsionou o surgimento de um novo tipo sociocultural que aderiu a padrões comportamentais dos meios urbanos.

por exemplo, seria extremamente necessário para a consolidação de seu projeto político e ideológico, haja vista que a vigilância física também era uma tarefa da OMM.

Essas questões foram identificadas, nesse discurso, como uma “luta moral”, formada por “inimigos morais”, cuja mudança de paradigma dava-se apenas por meio de uma “Revolução de purificação”, somente assim seria possível mais uma vitória da linha política. A mulher, nesses termos, por meio da OMM e do DF, exercia inúmeras tarefas no desenvolvimento dessa campanha.

A mulher da OMM, especificamente, era compreendida como parte integrante da nova sociedade ou do povo, sendo ela reconhecida no interior do projeto como agente transformador de realidade. Para Samora Moisés Machel, “a participação da Mulher Moçambicana em todos os sectores de actividade é condição essencial para o triunfo da nossa Revolução. É condição essencial para o avanço da nova sociedade que nós queremos criar” (MACHEL [1976] in: TEMPO, 1976, p. 20). Isso implica que, não apenas a revolução necessitava da participação da mulher, como a própria criação de uma “nova sociedade” e de “uma nova mentalidade” a requeriam. A experiência das zonas libertadas, reconhecidamente em grande parte organizada pelo trabalho das mulheres que formavam a OMM, marcou o que Machel reconheceu como sendo o ponto de partida de transformação da mulher como um agente ativo da revolução. Para o líder revolucionário:

Dizem que alguns membros da O.M.M. são curandeiras. Ouvi dizer, talvez seja uma provocação, não sei, mas ouvi dizer. São curandeiras e membros da O.M.M. Superstição e Revolução. Mas gostaríamos que nos indicassem algumas aqui, para ver se continuam supersticiosas. Vocês continuam supersticiosas, vocês continuam tribalistas tradicionalistas, regionalistas. Isso significa que estão confusas. Pessoas confusas são perigosas. E pessoas perigosas, são reaccionárias. (MACHEL [1976] in: *Tempo*, 1976, p. 20)

Com essa imagem, o projeto mantinha características autoritárias e com pouco espaço para o diálogo. Segundo Machel, ser uma pessoa supersticiosa era um ato altamente condenável, uma vez que a superstição é o extremo oposto do cientificismo socialista, que se empregava nas escolas da Frelimo, a fim de edificar uma “nova sociedade”. Dessa forma, a existência de um perfil de mulher supersticiosa dentro do próprio Partido era uma contradição nos ideais frelimistas.

### 3.3.5 A nova sociedade

A “nova sociedade” a ser criada, para Samora Moisés Machel (1976), é essencialmente formada por “mulheres de todas as cores e raças”, que estivessem dispostas a participar da Reconstrução Nacional. Para ele, a construção de um padrão de personalidade moçambicana estava na formação educacional das pessoas, o que nesse discurso ele identifica como “sujeitos revolucionários” são aqueles que ao receber uma educação revolucionária formariam uma mentalidade “completamente inovadora”.

Com o desejo de uma nova postura social, na identificação das demandas, a ausência da educação ecoou como o principal problema dos moçambicanos, resultando na ignorância que ocasionava o “estágio do tribalismo”. Nesse contexto, o analfabetismo foi percebido pela Frelimo, a partir desse discurso, como um dos maiores obstáculos no desenvolvimento de uma consciência política. Pela ignorância, as práticas culturais tradicionais condenáveis tornavam as mulheres prisioneiras dos sistemas de opressões que fomentavam práticas como o lobolo e a poligamia.

Tendo em vista essas considerações, a educação de mulheres passou a ser percebida como fundamental e obrigatória após a independência. Essa ação modificou o grave quadro de analfabetismo entre as mulheres do período.

A campanha contra o analfabetismo de mulheres fomentou a entrada de mulheres nos setores modernos de produção. Foi nesse mesmo ano, em 1976, que os debates em torno do novo Direito da Família começaram a ser discutidos, sendo implementados apenas cinco anos depois, em 1981. O novo Direito da Família tornava, pois, a obrigatoriedade do casamento monogâmico e a condenação formal dos casamentos poligâmicos, por consequência. Essa imposição garantia a posse conjunta da propriedade familiar, assim como garantiu às mulheres o acesso a tribunais para a imposição obrigatória do auxílio financeiro dos pais para a criação dos seus filhos (NEWITT, 2012).

O órgão regulador de todas essas discussões, a OMM, assegurou a mobilização política das mulheres em torno de campanhas de vacinação infantil e campanhas contra a poligamia e o lobolo. Para que a promoção de conhecimento tivesse amplitude, a importância da alfabetização de mulheres e meninas continuou gradualmente tomando importância entre as decisões do governo.

Apesar do movimento pela ciência das mulheres em relação a conteúdos que lhes eram necessários, como se viu, as tratativas que se voltavam para a emancipação da mulher naquela sociedade eram mais uma política para a promoção dos ideais partidários, e menos uma mostra genuína de aproximação com a agenda feminista mundial, ou pelo menos, da aproximação a pautas especificamente femininas. De todas as formas, cabe sublinhar que tudo isso não impediu que os discursos de Samora Moisés Machel entrassem em contradições quanto ao papel feminino na Revolução.

O discurso que segue no trecho citado é, pois, oportuno para averiguar o desalinhamento no pensamento do líder que, ora manifestava o direito de a mulher ser livre, de envolver-se com questões de seu interesse, sendo possível participar de lugares que lhe foram anteriormente apertados, tal como é o caso da esfera política; ora preconizava que a mulher devia ocupar funções inerentes a sua natureza, tal como o são historicamente as tarefas da casa, o cuidado com a prole, as incumbências referentes ao fazer doméstico ou a tudo aquilo que os homens não tinham disponibilidade de fazer em razão de seus serviços como provedor. Em suas palavras:

Cabe às mulheres organizarem a tarefa da limpeza das nossas cidades. É preciso ter higiene nas vossas residências. Em qualquer sítio. Manter a cidade limpa. Cabe principalmente à mulher essa tarefa. Vamos desligar o homem das fábricas para virem varrer? (MACHEL [1976] in: *Tempo*, 1976, p. 21)

Como se pode ler na citação, para Machel, a limpeza era uma tarefa ligada à mulher, o que viabiliza a leitura de imposição a um lugar historicamente opressor, o de dona de casa, aquele da pessoa responsável por sua limpeza – justamente porque o ato de limpar é uma referência à atividade do lar, portanto, historicamente feminina. Essa estereotipação reforça um discurso da desigualdade entre os gêneros, que amplamente estava sendo questionado desde a década de 1960 por organizações feministas do mundo todo. Nesse discurso, o Presidente continuava a reforçar os papéis rígidos de gênero que desenvolveram a ideia do “homem trabalhador” e da “mulher responsável pela organização e limpeza de casas”, todos, de forma generalizante, fomentavam as opressões em âmbito privado. Esse discurso promoveu a utilização do trabalho do DF no desenvolvimento da campanha conhecida como “Operação Produção” como mostra a matéria da Revista Notícia a seguir:

Figura 16: Matéria Operação Produção Revista Notícia

Tempo, Maputo, no.670, 14 de Agosto de 1983

## “Operação Produção” De casa em casa

«Boa noite. Desculpem-nos o incómodo. Somos uma brigada de verificação da «Operação Produção». Façam o favor de nos apresentarem a vossa identificação e os documentos da casa» — assim se dirigiu o chefe de uma brigada, perante o ocupante de um imóvel da APIE.

Iniciada a semana passada, esta nova fase da «Operação Produção», já atingiu grande parte das zonas residenciais (cimento) da cidade de Maputo.

acompanhados por chefes de quarteirão e activistas da OMM, OJM e Conselhos de Produção, bem como funcionários da APIE devidamente credenciados.

Quem de facto verifica a situação do ocupante do imóvel, são os funcionários da APIE, enquanto os restantes componentes das brigadas identificam, um por um, os moradores.

Notando uma reacção de quem

Ela tem como objectivo neutralizar os ocupantes ilegais, os devedores de rendas e os que utilizam mal as casas onde residem, bem como detectar os improditivos e marginais.

Um caso concreto, que culminou com o despejo imediato, foi o de um morador que na sua «flat» utilizava uma das salas como capoeira para galinhas.

Um outro indivíduo, praticava curandeirismo em casa, o que ficou provado com a existência de vários objectos que normalmente são utilizados para aquele tipo de actividade. O seu caso foi encaminhado para o tribunal do bairro onde reside, e a acusação baseou-se no facto de estar a utilizar um imóvel da APIE para fins não previstos no contrato de ocupação.

As brigadas de verificação são compostas por membros das FDS.



*Brigada de verificação, trabalhando numa residência*

*O «Peste Fina» na rua*



está ou se sente incomodado por o acordarem a altas horas da noite, o chefe de uma das brigadas diria a um inquilino que tinha tudo em dia: «O senhor vai nos desculpar. Mas acontece que este trabalho é mesmo necessário. Sabemos que há pessoas que não foram ainda detectadas e se escondem em casa, sendo improditivas».

**DELICADEZA  
ACIMA DE TUDO**

Inicialmente, vários erros foram cometidos por componentes de brigadas de verificação. Desde a forma como se dirigiam às pessoas.

TEMPO — 14/8/83

Fonte: Revista *Notícias*. Maputo, 29 de julho de 1983. Disponível em <[http://www.mozambiquehistory.net/history/operacao\\_producao/19830814\\_de\\_casa\\_em\\_casa.pdf](http://www.mozambiquehistory.net/history/operacao_producao/19830814_de_casa_em_casa.pdf)>. Acesso em nov. 2017.

Altamente moralizante, o projeto político imposto resultou em uma série de medidas gradualmente rígidas, levadas a cabo pelo governo da Frelimo. A campanha conhecida como Operação Produção, desenvolvida em 1983, era um esforço de empregar o maior número possível de pessoas das áreas urbanas nas áreas rurais. Uma medida que tentava diminuir os impactos causados pelo deslocamento de diversas pessoas dos meios rurais para os centros urbanos, gerou um grande número de pessoas desempregadas e

acabou reduzindo a capacidade de produção de alimentos agrícolas. Essa operação acabou também mascarando uma forte tendência de limpeza das cidades, o que foi como uma continuação da operação que iniciou com o aprisionamento de milhares de mulheres em situação de prostituição, uma vez que Samora Moisés Machel acusava em seus discursos o alto número de pessoas corruptas centrada nos meios urbanos como a causa de tal situação. Ele, além disso, manifestava sua intenção em projetar mais aldeias comunais no desenvolvimento do seu projeto político. Entre as medidas tomadas durante a campanha, ressalta-se a medida conhecida como “De casa em casa” (fig.15), realizada sete anos após esse discurso, em 1983<sup>98</sup>. A Frelimo passa, então, a organizar brigadas, utilizando os pelotões do Destacamento feminino para a verificação de casas e pessoas. O objetivo era averiguar a situação física do ambiente e de seus residentes. Tudo era inspecionado: de roupas a partes do corpo.

### 3.4. “Foi a guerra que nos criou e fez de nós o que somos”

Os discursos analisados nos subcapítulos anteriores basearam-se ou refletiram algumas ideias do projeto político e ideológico da Frelimo, oficialmente instituídas pelo III Congresso da Frelimo de 1977. Foi durante esse evento que a frente assumiu o marxismo-leninismo como linha política oficial, sendo assim, a Revolução Democrática Popular Moçambicana mantinha o objetivo fundamental no desenvolvimento das condições necessárias para a passagem ao Socialismo idealizado pelo Partido.

Nesses termos, a Frelimo assumiu a posição oficial de partido único mantendo como norte a construção da nação. Para isso, adotou o lema “Rovuma a Maputo um só Moçambique”, de modo a estabelecer a unidade nacional como prioridade frente a uma tentativa de ruptura com o passado étnico, proclamando a defesa de uma nova sociedade e a constituição de uma nova mentalidade fruto de um “homem novo” e uma “mulher nova” em Moçambique<sup>99</sup>.

---

<sup>98</sup> A medida fazia parte da campanha *Operação Produção*, iniciada em 1983. Para acelerar a economia, entre muitos fatores, exigiu que o DF como brigada urbana identificasse todos aqueles considerados “improdutivos”, ou seja, que não mantinham empregos. A Campanha auxiliou no crescente número de pessoas encaminhadas para os campos de reeducação da Frelimo.

<sup>99</sup> Em oposição ao desenvolvimento desses novos sujeitos, o Departamento de Informação e Propaganda criou o personagem caricatural “Xiconhoca”, que representava as características do inimigo da Revolução. O personagem era definido pela Frelimo como alcoólatra, indisciplinado, corrupto, regionalista, supersticioso, racista, recusava-se a trabalhar, não fazia parte da produção coletiva e mantinha a ideia de

Nesse intento, esforços foram unidos na criação de uma nova realidade em oposição ao que identificaram como vícios da burguesia colonial, bem como as referências a vícios do tribalismo, regionalismo e obscurantismo. Essa nova postura deixou ver que a organização baseava seus fundamentos na solidariedade e na cooperação.

Durante o congresso, a defesa de um socialismo científico foi amplamente divulgada como um “[...] farol que guia as classes trabalhadoras no assalto aos bastiões do capitalismo e do imperialismo exploradores e desumanos” (RELATÓRIO DO COMITÊ CENTRAL AO 3º CONGRESSO, 1977, p. 78) fundamentado em uma educação ideológica que ofereceria métodos científicos de análise para o desenvolvimento da nova mentalidade do homem e da mulher.

A educação revolucionária da Frelimo foi estabelecida como prioridade para a eliminação do obscurantismo e superstição. Sendo a mulher percebida como a principal promotora de superstição, a obrigatoriedade da escola para as meninas passou a ser essencial no desenvolvimento de uma consciência revolucionária na nova geração. Era na escola que deveriam ser aprendidas noções sobre o “patriotismo e o espírito internacionalista<sup>100</sup> fortalecendo a sua confiança no partido e nos ideais do socialismo”. A escola passava a ser um “centro de difusão ideológica” e reforçava o reenquadramento identitário na construção de uma “mulher nova”. A educação revolucionária foi reforçada pelo partido com a criação de órgãos de informação, bibliotecas de leituras e círculos de estudo.

O trabalho do órgão de informação e propaganda da Frelimo buscava a ampliação e a divulgação da educação revolucionária. Desse trabalho diversos discursos de Samora Moisés Machel foram publicados ao longo dos anos – esses discursos oficiais serviram de base para as análises arroladas nesta dissertação, tal como foi o caso das enunciações do Partido em revistas como a *Voz da Revolução*.

---

superioridade sobre as mulheres. Para saber mais informações sobre o personagem “Xiconhoca”, ler MENESES, Maria Paula. Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 2015, n. 106, p. 9-52.

<sup>100</sup> Samora Moisés Machel defendia o desenvolvimento de uma nova ordem econômica internacional, por meio do uso dos recursos naturais e estabelecimento de relações econômicas com diversos países de maneira justa e equitativas no apoio mútuo entre os países socialistas. Portanto, julgava o imperialismo dos países desenvolvidos um inimigo a ser combatido em plano internacional.

Durante o congresso, o Partido declarou o campesinato como a classe fundamental e mais oprimida. Principalmente quando da luta anticolonial, viu-se que a maioria dos combatentes era de origem camponesa, e a produção de alimentos da Frelimo era garantida pelas zonas libertadas pela organização de camponeses. Assim, é possível sustentar que o campesinato era uma “força principal da Revolução”<sup>101</sup> e também promotor na construção de aldeias comunais<sup>102</sup>. Foi ainda durante o Congresso que a Frelimo declarou esperar que melhorassem as condições de vida das populações com o desenvolvimento de aldeias comunais, empresas estatais, bem como com uma produção coletiva por meio da socialização do campo agrário. Eis a declaração que consta no relatório:

A Organização da Mulher Moçambicana deverá prosseguir e intensificar o seu trabalho de mobilização e organização das mulheres moçambicanas, em especial da mulher operária e camponesa, com vista à sua emancipação através do engajamento activo e consciente nas múltiplas tarefas da Revolução Democrática Popular. (RELATÓRIO DO COMITÉ CENTRAL AO III CONGRESSO, 1977, p. 111)

É nesse sentido que a OMM, após a independência, deveria congrega as mulheres de todas as partes do território. Durante a luta anticolonial, a organização das mulheres mostrava ser fundamental no apoio da luta armada. Após a independência, a OMM era compreendida como essencial no desenvolvimento de uma consciência de classe para a construção do socialismo frelimista.

Para as mulheres da OMM, a realização do III Congresso da Frelimo se tornou um marco histórico no reconhecimento de oportunidades conquistadas como a alfabetização, a modificação e criação de leis específicas para as mulheres. Segundo Isabel Casimiro (2004), a eleição de diversas mulheres, em 1977, em posições importantes em relação às localidades, aos distritos e às províncias foi um fato importante na luta feminina. Além disso, a participação da figura feminina na Assembleia Popular

---

<sup>101</sup> Em 1983, passa a desconsiderar a fundamental importância do campesinato como inicialmente. O desenvolvimento da *Operação Produção* parte da necessidade de acelerar a economia do país. Os investimentos na indústria pesada ocasionam uma mudança de importância de classe, do campesinato para o proletariado como classe responsável pela futura expansão e modernização da economia.

<sup>102</sup> A proposição das aldeias comunais foi uma estratégia formulada pela FRELIMO durante a luta anticolonial nas zonas libertadas, com o objetivo de desenvolver a socialização da agricultura através da produção coletiva.

Nacional passou a ser constituída depois de 1977 por 16% de mulheres eleitas pelo voto livre.

Por outro lado, o III Congresso resultou em um alto número de descontentes com as posições assumidas pela Frelimo. A modificação do Partido desde a independência foi rapidamente percebida. Segundo Newitt (2012), houve um período anterior no qual o movimento se preocupava em realizar grandes debates populares em busca de um maior consenso e mobilização de militantes, e, após 1975, as abordagens administrativas passaram a ser rígidas e levaram a um processo de deliberações de ordens tomadas de modo central em direção as províncias.

A mudança desse processo marca a fusão estabelecida entre Partido e Estado e o afastamento da população, assim como uma burocratização do sistema sem mostrar claras rupturas com as estruturas do período colonial. Dessa forma, o desenvolvimento do projeto estabeleceu um distanciamento da realidade concreta da população com o projeto político ideológico idealizado.

Assim como no discurso anterior, os discursos proferidos por Samora Moises Machel intensificam sua característica como vigilantes ideológicos e morais do comportamento individual da mulher. Isso se deve ao comprometimento político que essas mulheres, segundo o Presidente, deveriam manter com o Partido, tornando evidente nos dois discursos analisados anteriormente um controle caracteristicamente autoritário sobre as tarefas políticas das mulheres.

### **3.5. O começo da guerra civil (1977)**

É dentro do contexto da realização do III Congresso da Frelimo que se inicia a guerra civil em Moçambique. Compreendendo que o socialismo de Samora Moisés Machel era altamente perigoso para os regimes políticos dos países vizinhos, houve tensão. Se por um lado a política de apartheid, de Ian Douglas Smith<sup>103</sup>, justificaria por si só o apoio a movimentos de oposição à Frelimo, por outro também esse círculo de aversão

---

<sup>103</sup> Ian Douglas Smith foi primeiro-ministro da colônia britânica da Rodésia do Sul, de 1964 a 1965, e primeiro-ministro da Rodésia após a independência, de 1965 a 1979.

foi intensificado pela África do Sul, à época governada por Pieter Botha<sup>104</sup>, primeiro-ministro do país e também personagem adepto da política de segregação racial. De todas as formas, o que se sabe é que tanto os rodesianos como os sul-africanos preocupavam-se em realizar medidas políticas de desestabilização e sabotagens para o insucesso do governo socialista da Frelimo (NEWITT, 2012).

Dessa forma, após a proclamação oficial da independência, as primeiras organizações de opositores ao regime frelimista foram formadas nos países vizinhos. Foi a partir dos rodesianos que os moçambicanos Jorge Jardim e Orlando Cristina fugiram do país e foram auxiliados na fundação do Movimento Nacional de Resistência (MNR), mais tarde chamado de Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).

Inicialmente criada como unidade militar no auxílio de campanhas de sabotagem do exército rodesiano, mantinham nos primeiros anos de sua formação pouca expressividade política como oposição ao governo moçambicano. Foi apenas em 1980<sup>105</sup>, com o auxílio do governo da África do Sul, que houve seu ressurgimento como movimento político com base militar e política no país. Newitt explica que:

Por volta da mesma altura, o líder inicial da Renamo, Matsan Gaissa, morreu em combate e Afonso Dlakama venceu uma violenta competição pela liderança. A partir de então, a Renamo, chefiada pelo SADF, tornou-se o principal instrumento de desestabilização do governo da Frelimo. Inicialmente, não possuíam bases permanentes em Moçambique e as suas unidades eram abastecidas pela África do Sul, quer por mar quer pelo ar. Tinha ordens para não atacar alvos militares ou cidades bem defendidos, mas para sabotar a infra-estrutura económica e a base para a economia rural. Os seus ataques foram desencadeadores contra as estradas e os caminhos-de-ferro – o seu acto mais sensacional de sabotagem foi a exploração da ponte do caminho-de-ferro sobre o Zambeze em 1983. Atacou também *cooperantes* estrangeiros- matando ou raptando 100 em cinco anos até 1985. (NEWITT, 2012, p. 483. Grifo original)

Organizada pela South African Defence Force (SADF), a Renamo foi criada inicialmente para corresponder aos interesses da África do Sul contra o regime socialista

---

<sup>104</sup> Pieter Willem Botha foi primeiro-ministro da África do Sul, de 1978 a 1984, e Presidente do país de 1984 a 1989.

<sup>105</sup> Após o fim do governo de Ian Smith e a morte, em 1976, de Jorge Jardim, a RENAMO recebe apoio da South African Defence Force (SADF), ou seja, da Força Nacional de Defesa da África do Sul, principal motivo de retorno das atividades da organização.

da Frelimo<sup>106</sup>. Como organização política, manteve delegações em Lisboa, na República Federal da Alemanha e nos Estados Unidos (NEWITT, 2012). Com influências internacionais, a Renamo não podia mais ser ignorada pela Frelimo. Assim, o resultado do desenvolvimento dessa oposição foi o alargamento de um extenso conflito armado pela deflagração de uma guerra civil<sup>107</sup>.

### 3.5.1 “A mulher moçambicana não teme sacrifícios” (1980)

A realização do comício na cidade de Beira – historicamente sede de núcleos opositores à Frelimo, onde ficava localizado o maior número de adeptos a Renamo – às vésperas do IV Congresso da Frelimo, marca 1980 como o ano de uma grande campanha de mobilização em favor das ideias do governo frelimista. O discurso proferido nessa reunião por Samora Moisés Machel foi intitulado *Fazer da Beira ponto de partida para uma ofensiva organizacional*, tendo sido publicado pelo Departamento do Trabalho Ideológico, que integrava a coleção *Palavras de Ordem*, de edição do Partido.

O discurso em questão foi publicado com um prefácio assinado pelo Departamento Ideológico. Nele o Órgão reconhece a cidade de Beira como o “centro principal do racismo, da repressão, da alienação” (DEPARTAMENTO IDEOLÓGICO, 1980. p. 5) local onde o colonialismo obteve maiores agentes. Beira também foi a cidade que, após a independência, teve de maneira “mais forte e sistemática a manobra de sedução dos nossos quadros e de infiltração nas nossas estruturas” (DEPARTAMENTO IDEOLÓGICO, 1980. p. 6).

Por ser uma cidade de base na organização da RENAMO no país, foi escolhida para o início de uma ofensiva organizacional com o intuito de diminuir a influência dos agentes opositores. Nas palavras de Machel:

---

<sup>106</sup> O auxílio tornou a Renamo, em 1984, um grande movimento político que operou em quase todas as partes de Moçambique.

<sup>107</sup> As consequências provocadas pela guerra com a Renamo levaram o país para uma extrema crise econômica e social, o transformando em um dos países mais pobres do mundo, assim como foi responsável pela morte de mais de 1 milhão de pessoas, levando à deterioração das condições de vida da população, resultando, por sua vez, em um deslocamento de 1/3 da população do país (CASIMIRO, 2004), que somente chegou ao fim em 1992 com um acordo de paz, que fragilmente reestabeleceu a ordem no país e garantiu, pela primeira vez, eleições multipartidárias.

Quando proclamámos a Independência, há a debandada de colonos. Então estes antigos agentes do inimigo infiltram-se nas estruturas do Governo, das empresas, das fábricas, infiltraram-se em toda a parte, tomam as rédeas. E até hoje ainda não os desalojamos. Estão identificados, vivem no nosso seio.

Com a saída em debandada dos colonos, os agentes do inimigo ocuparam grandes responsabilidades nas estruturas da FRELIMO, nos Grupos Dinamizadores. Alguns chegaram a ser nossos administradores. Como podiam ser bons administradores da FRELIMO? (MACHEL, 1980, p. 10)

Um dos pontos que mais chama a atenção nesse discurso é o reconhecimento de inimigos infiltrados na própria Frelimo, sendo essa uma organização que deu responsabilidades ao opositor. Em decorrência da falta de militantes do Partido na organização de todo o território, as consequências, segundo Machel, criaram um cenário de instabilidade política da região, com abusos de poder por parte daqueles que não compartilhavam os valores revolucionários da Frelimo.

Tendo em vista essas considerações, é possível concluir que, para Samora Moisés Machel, aqueles que não compartilhavam das ideias do Partido faziam parte de uma campanha de boicote ao projeto ou eram acusados de serem agentes infiltrados pelo inimigo. Por sua vez, o clima de tensão e desconfianças se agravava à medida que a guerra civil com a Renamo se intensificava. Machel declara em 1980 que:

Os antigos criminosos encontraram terreno na Rodésia e passaram por lá. Encontraram a zona que estavam a procura durante o Governo de Transição. Quisemos reeduca-los enviando-os para o Niassa porque somos generosos e respeitamos a vida das pessoas. Prendemo-los e enviamo-los para os campos de reeducação. De lá fugiram para a terra do titio deles, o Ian Smith.

Titio porquê? Por que é primo dos colonos que estavam aqui. Foram-se embora os colonos mas o titio ficou. Então fugiram dos campos de reeducação e foram para a Rodésia. Muitos são de Sofala, Manica e Tete onde a guerra colonial foi mais acesa e onde a repressão criou mais criminosos. Não podemos esquecer os massacres de Inhaminga, de Wiriamu, de João e de Mucumbura. Quem foram os autores? Somente a tropa portuguesa? Não, foram também os Comandos e esses GEs moçambicanos. (MACHEL, 1980, p. 13)

É importante ressaltar a o imaginário criado por Samora Moisés Machel dos opositores da Renamo é construído a partir de da menção de conceitos de julgamento: assassinos, corruptos, racistas, regionalistas e trabalhistas são apalavras por ele atribuídas

a seu oponente, ou seja, todas as características combatidas pela Frelimo em seu projeto político e ideológico eram vistas no inimigo.

Nessa argumentação, o oponente passa a ser visto como todo o mal existente no país, a eliminação dele, portanto, era necessária, uma vez que se perpetuava um novo clima de tensão e conflito. Em um julgamento de amplo espectro, Machel anuncia:

Também estão envolvidas as senhoras comadres do Movimento Nacional Feminino que só participavam para aprender a fazer bordados e bolos e só cozinhavam quando havia festas da ANP. É por isso que dizemos que só conheciam o gosto da comida quando experimentavam o sal. É esta gente que está aqui na Beira, gente alienada, pequenos assimilados que até hoje olham a população indígena; de cima a baixo. (MACHEL, 1980, p. 14-15)

O Movimento Nacional Feminino (MNF) foi uma organização criada por Cecília Supico Pinto<sup>108</sup>, esposa de Luís Supico Pinto<sup>109</sup>, pensada como uma organização de suporte do Estado Novo português de Antônio de Oliveira Salazar. Era uma organização exclusivamente feminina com o objetivo de apoiar o Estado português nas suas colônias, principalmente em Moçambique, Angola e Guiné Bissau.

**Figura 17:** Dr.<sup>a</sup> Cecília Supico Pinto, Diretora do Movimento Nacional Feminino (MNF) em visita a um destacamento português.



<sup>108</sup> Além da presidência de Cecília Pinto, o MNF contava com a participação de mulheres da elite portuguesa, como Maria Luísa Bobone, Teresa Mônica, Maria da Glória Barros e Castro, Madalena da Câmara Fialho e Deolinda Santos.

<sup>109</sup> Luís Supico Pinto foi ministro da economia do governo salazarista e presidente da Câmara Corporativa; administrados por companhias africanas.

Autoria: António Tavares dos Santos, 1973. Fonte: <<http://www.prof2000.pt/users/Secjeste/Arkidigi/Carenque01.htm>>. Acesso em nov. 2017.

A organização era pouco estruturada e atuava no apoio às tropas militares portuguesas, assim como era a ponte entre eles e seus familiares no transporte de cartas. Esse movimento mantinha grande prestígio do governo português, atuando na propaganda do regime por meio de campanhas de arrecadação de fundos para as guerras coloniais. Além da seção feminina da Cruz Vermelha, era a única organização feminina atuante durante a luta anticolonial.

A MNF foi denunciada por Machel como provedora de um racismo tipicamente feminino, que diferenciava a mulher branca da mulher negra, sendo uma as “senhoras” e outra as “exploradas”. É quanto ao reestabelecimento dessa ordem racista que Machel fazia sua denúncia, baseando sua argumentação no fato de que a RENAMO manifestava a sua defesa na instalação de um sistema capitalista em oposição ao socialismo Frelimista. Em suas palavras:

Temos a OMM que é uma força por que a mulher moçambicana é corajosa e tem espírito de heroísmo. A mulher moçambicana não teme sacrifícios, não teme dificuldades. Manifestou isto ao longo da resistência contra o colonialismo, na Luta Armada da resistência contra o colonialismo, na Luta Armada de Libertação Nacional e hoje no apoio ao Zimbabwe. A mulher moçambicana quer tarefas claras. Se dissermos às nossas mulheres <<liquidem os bandidos>>, elas liquidá-los-ão. A mulher moçambicana é forte e, portanto, a OMM deve ter como tarefa reestabelecer a ordem, a tranquilidade e o sossego na cidade da Beira. Queremos que a Beira seja exemplo para outras cidades. Não há lugar para perturbações e distúrbios na República Popular de Moçambique. (MACHEL, 1980, p. 18)

A OMM, assim, recebe mais uma tarefa essencial na reconstrução nacional: passa a ser pacificadora da desordem das cidades em conflito. Ela passa a ser um instrumento no combate à Renamo, atuando no reestabelecimento da tranquilidade das cidades através da participação da campanha no extermínio à oposição.

Após o discurso analisado neste subcapítulo, não há mais evidência de discursos realizados por Samora Moises Machel sobre as mulheres. Dessa maneira, cada vez mais a situação das mulheres se tornou um tema ausente, não apenas nos discursos, mas nas preocupações centrais da Frelimo. Alguns indícios sobre isso estão na falta de modificações em leis ou decretos direcionadas às mulheres. Diferentemente dos assuntos como educação, saúde pública e segurança, pode-se perceber que a mulher passou a ser

um tópico de segundo plano pela primeira vez desde a luta anticolonial. O desenvolvimento da luta por emancipação feminina foi adiado para o futuro e substituído pelos esforços contra a RENAMO durante a guerra civil.

Porém, o Destacamento Feminino e a OMM continuaram ativamente na vanguarda da luta por emancipação feminina. A falta de organizações de mulheres, além daquelas organizadas nas OMM, evidencia sua total centralidade em torno dessas discussões, assim como a continuação do controle da Frelimo sobre essa organização. Diversas mulheres, como Isabel Casimiro (2004), denunciam a posição da OMM como mais correspondente aos interesses do Partido do que das próprias mulheres que representavam, ideia muito longe daquela que objetivava chegar a sua emancipação e de libertar a mulher das opressões citadas por Samora M Machel em seus discursos.

A partir de todo o dito, a impressão é que as mulheres só seriam ouvidas através da OMM quando das organizações de seus congressos. As preocupações do Partido em relação às opressões das mulheres continuaram a corresponder às necessidades traçadas pelo projeto frelimista e poucas medidas foram levadas a cabo pelo governo para melhorar a situação das mulheres. Demandas como as altas taxas de violência doméstica<sup>110</sup> continuaram, portanto, a existir.

O tom do discurso analisado preconizava o tema do IV Congresso da Frelimo, realizado ainda no mesmo ano, em 1983. Com o lema “Defender a Pátria, vencer o Sub-desenvolvimento e Construir o Socialismo”, o governo passou a uma nova etapa de desenvolvimento da economia. Porém, a morte de Samora Moisés Machel modificaria por completo os rumos do projeto de implantação do socialismo em Moçambique.

## **5. Morte de Samora Moisés Machel**

Samora Moisés Machel dominou e liderou a Frelimo desde a morte do seu primeiro líder revolucionário, Eduardo Mondlane. Pragmático, impôs aos militantes do movimento altos padrões pessoais e os exigia como um rígido governante militar. Empenhou sua vida pela luta de libertação do seu país e procurou estudar as correntes

---

<sup>110</sup> Esse assunto é altamente delicado em Moçambique devido às altas taxas de violência doméstica em todo o país. O título *Paz na terra, guerra em casa* da dissertação de mestrado de Isabel Casimiro é, como a pesquisadora explica, uma frase popular dita por mulheres moçambicanas após o fim da guerra entre Renamo e Frelimo em outubro de 1992. A frase dá sentido à situação de diversas mulheres moçambicanas que sofriam violência doméstica.

políticas vigentes. Mesmo com uma escolaridade inferior a de seu antecessor, Eduardo Mondlane, o líder revolucionário mostrou-se apropriar de ideias de intelectuais africanos e correntes de esquerda. Compreendendo de maneira singular a revolução moçambicana, mesclando o socialismo com as condições específicas de Moçambique, foi comprometido com a Revolução, como se pode ver em seus discursos e mensagens proferidos no âmbito da luta anticolonial e após a independência.

Com a morte de Samora Moisés Machel, em 1986, em um acidente aéreo, após sua visita à África do Sul, chega ao fim o projeto político e ideológico conhecido como “homem novo” e “mulher nova”. A ascensão de Joaquim Alberto Chiassano à presidência da República e à liderança do Partido estabelece uma nova fase política da Frelimo. Em 1989, três anos após a morte de Samora Moisés Machel, durante o V Congresso da Frelimo, o Partido declarou oficialmente desistir do marxismo-leninismo e decidir por abrir gradualmente as fronteiras econômicas, apostando na iniciativa privada e no investimento do capital externo.

### **3.6 A “mulher nova” e a “reacionária”: A imagem da mulher como instrumento político**

Após a morte do primeiro presidente de Moçambique, Samora Moisés Machel, é possível perceber o desenvolvimento do imaginário popular sobre alguns importantes elementos da Frelimo do período da luta anticolonial. O próprio Samora Moisés Machel é conhecido atualmente como o “pai da nação”, assim como o modelo da “mulher nova” tem sua representação na figura de Josina M. Machel (a primeira esposa do presidente).

No entanto, não é apenas a construção de heróis nacionais em torno de mitos fundacionais que constituiu o imaginário popular. A figura da mulher reacionária, o oposto da nova mulher, também foi empregada na imagem de Joana Simeão. É sobre essas emblemáticas mulheres e sobre a utilização política associada a elas que o tópico a seguir trata. A partir da análise de materiais de apoio como revistas e jornais, além de publicações do próprio Partido da Frelimo, via coleções organizadas pelo Órgão de Informação e Propaganda no período após a independência, arrolam-se as discussões.

### 3.6. 1. A mulher nova Josina Muthemba Machel

A Frelimo mobilizou ressignificações de símbolos e construiu a imagem mítica da heroína Josina M. Machel, correspondendo à necessidade do contexto político de sua criação. Após a sua morte, em 7 de abril de 1971, a vinculação de sua imagem como ícone da emancipação feminina moçambicana se desenvolve balizada pelas medidas tomadas pela Frelimo<sup>111</sup>. Durante a 5ª sessão do Comitê Central da Frelimo, realizada em dezembro de 1972<sup>112</sup>, um ano após sua morte, o 7 de abril foi oficializado o dia nacional das mulheres moçambicanas. A resolução do Comitê Central daquele ano só foi publicado na *Revista Tempo* após a independência, em 1975, como mostra o trecho a seguir:

[...] o comitê central decidiu sob proposta das províncias e das mulheres moçambicanas considerar o dia 7 de Abril, data do falecimento da camarada Josina Machel (...) como dia da mulher moçambicana, para recordar o exemplo de militarismo e sacrifício que a vida da camarada Josina Machel demonstrou tanto como militante clandestina sob a ocupação colonial, como no seio do DF, onde seu trabalho pela revolução e pela emancipação da mulher consistiu um exemplo para todos os militantes revolucionários”. (COMITÊ CENTRAL [1972] in: *Tempo*, 1975, p. 2)

Embora o dia 3 de fevereiro seja oficialmente reconhecido como o dia dos heróis moçambicanos, em homenagem à data de morte do primeiro líder da Frelimo, Eduardo Mondlane, é possível perceber que Josina M. Machel participa do espaço de homenagens aos heróis fundadores da nação, ao lado também de Samora M. Machel<sup>113</sup>.

Josina M. Machel foi usada como imagem simbólica de fixação da “nova mulher” moçambicana a partir da independência, em 1975. Sua imagem heroica vinculada à “nova mulher”, contribuía para o projeto frelimista de unidade nacional. Seu comportamento em vida e os ideais atribuídos a sua figura formaram o imaginário da mulher emancipada. A partir de suas homenagens, foi promovido o modelo da mulher correta e revolucionária,

---

<sup>111</sup> Como exemplo dessas medidas: reconhecimentos como os do artigo 15º da Constituição da República Popular de Moçambique no qual se lê “reconhece e valoriza os sacrifícios daqueles que consagraram as suas vidas à luta de libertação nacional, à defesa da soberania e da democracia”. Assim como no artigo 122º: “(...) reconhece e valoriza a participação da mulher na luta de libertação nacional, pela defesa da soberania e pela democracia”.

<sup>112</sup> Uma parte do comunicado oficial do Comitê Central da Frelimo está publicada na *Revista Tempo*, número 233, disponível na Biblioteca Virtual Aluka, que reúne mais de 70 coleções contendo 190.000 páginas de documentos e imagens sobre as lutas de libertação da região da África Austral.

<sup>113</sup> É importante destacar que não apenas pessoas recebem as homenagens, mas também organizações como o Destacamento Feminino, homenageado em 4 de março, oficialmente o dia do Destacamento Feminino.

assim como houve contribuição para a construção do seu oposto, a figura da mulher incorreta e reacionária, que deveria ser identificada como inimiga interna da Revolução.

Josina M. Machel foi integrante de destaque do primeiro núcleo de mulheres que formaram o Destacamento Feminino<sup>114</sup>, militou nos primeiros anos da luta anticolonial. Ademais, foi uma das poucas mulheres a assumir altos cargos na organização da Frente, em 1967, filiou-se ao Departamento da Mulher, criado naquele mesmo ano. Em 1968, após receber treinamento político e militar, atuou juntamente com o DF nas Províncias de Cabo Delgado. No mesmo ano, participou como delegada do II Congresso da FRELIMO, realizado na Província de Niassa, onde foi reconhecida como defensora de uma luta de caráter popular, ressaltando a importância da continuação do projeto de emancipatório referente às mulheres.

Ainda em 1968, assumiu o cargo de coordenadora da recém-criada Seção da Mulher no Departamento dos Negócios Estrangeiros, no qual operou na construção de orfanatos<sup>115</sup> e reestruturou o Centro Educacional de Tunduro. Em 1969, casou com Samora M Machel, que ocupava o cargo de comandante militar e, no ano seguinte, em maio de 1970 se tornou o líder revolucionário da Frelimo.

No mesmo ano, realizou missões ao interior de Moçambique em campanhas de mobilização de novos militantes e trabalhou na promoção do projeto que objetivava a emancipação, a partir da linha política defendida pela Frente. Em dezembro de 1970, promoveu no interior da Província de Niassa a organização de diversos orfanatos por meio da organização do Departamento da Mulher (TEMPO, 1975, p. 10)<sup>116</sup>.

Em janeiro de 1971, meses antes de sua morte, durante uma reunião efetivada na Base Central do Niassa Oriental, realizou um discurso gravado em fita magnética. Uma

---

<sup>114</sup> As mulheres estudantes membros do Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Maputo (NESAM) se esforçavam no sentido de participarem na elaboração e distribuição de propaganda antigovernamental (B. ISAACMAN; STEPHEN, 1984); promoveram propaganda de mobilização favorável à FRELIMO antes mesmo da formação do DF. O Nesam foi responsável por promover a luta pela independência nas jovens mulheres estudantes de Lourenço Marques (Santana, 2009). Porém, o Destacamento Feminino, diferente do NESAM, estava localizado ao norte de Moçambique na fronteira com a Tanzânia. Nesse sentido, existem relatos de mulheres na travessia do país das zonas urbanizadas para as bases militares da FRELIMO. Sendo a própria Josina Machel a fazer essa viagem. Segundo a documentação oficial da FRELIMO, foi presa pela PIDE no caminho onde passou por interrogatórios, sendo liberada em poucos dias quando finalmente retoma a viagem até a fronteira norte do país. Informações disponíveis em <[www.mozambiquehistory.net](http://www.mozambiquehistory.net)>. Acesso em dez. 2017.

<sup>115</sup> A criação de orfanatos era trabalho do Departamento da Mulher, que mantinha como objetivo mediar as resoluções de problemas sociais consequentes dos conflitos durante a luta anticolonial.

<sup>116</sup> A primeira biografia de Josina M. Machel foi publicada pela Frelimo em seis de abril de 1975 pela *Revista Tempo* em Lourenço Marques.

das raras intervenções documentadas<sup>117</sup> de Josina Machel. Sua fala era destinada às reclamações de inúmeras mulheres que deveriam encaminhar seus filhos para escolas em outras províncias das zonas libertadas. Em sua fala, demonstra a defesa irrestrita ao programa e as ações da Frelimo, como se pode ver no trecho citado:

Eu também tenho uma criança, ela é ainda pequenina, mas deixei-a não porque não queira ficar sempre junto dela, mas devido às circunstâncias de trabalho da Revolução que não permitem sempre estar com ela. O mesmo vai acontecer convosco, e deste modo, se traçarmos um programa é preciso que as camaradas compreendam porque é que vai ser assim. É bom compreender que a FRELIMO ao traçar programas para vocês não é por que não queira que as camaradas vivam junto das vossas crianças – a FRELIMO sabe que as camaradas têm amor por elas, mas aqui o que é necessário é fazer um combate interno. Se as camaradas vêm que são militantes da FRELIMO e estão prontas para executar qualquer missão que a FRELIMO lhes confiar é porque sabem por que é que lutam. (MACHEL, J., [1971] in: *Tempo*, 1975, p. 10)

Em sua fala, é possível perceber não somente a defesa irrestrita dos ideais revolucionários da Frelimo, como ainda a separação no que diz respeito à importância da esfera público-política e da esfera privado-doméstica. Há, pois, um discurso no sentido de convencer as mulheres em cederem às decisões tomadas pelo movimento. A imposição de encaminhar crianças às escolas, por exemplo, criou um clima de desordem e tensão nas zonas libertadas da Frelimo.

Josina M. Machel trabalhou na forma de remediar esse conflito por meio da mediação que pouco abriu espaço para o diálogo com a realidade dessas mulheres. Era um contexto difícil porque contrariar as ordens da Frelimo seria assumir um posicionamento opositor ao movimento. As mulheres, ao negarem a educação revolucionária da Frelimo às suas crianças, eram acusadas de inimigas em defesa do tribalismo da sociedade tradicional.

Josina M. Machel morreu em sete de abril de 1971, no hospital em Dar-Es-Salaam, com apenas 25 anos de idade. Nunca foram esclarecidas as causas de sua morte. Entretanto, seu funeral foi acompanhado por um grande número de pessoas, de diferentes nacionalidades, dentre elas os membros do Comitê Central da Frelimo, membros do

---

<sup>117</sup> O material foi redigido pela *Revista Tempo* em Lourenço Marques, nº. 236, 6 abril 1975, p.9-11.

governo da Tanzânia, representantes dos movimentos de libertação na África, representantes da Organização das Unidades Africanas e embaixadores de diferentes países (TEMPO, 1975)<sup>118</sup>. Durante seu funeral, Marcelino dos Santos<sup>119</sup> enfatizou os atos históricos de Josina Machel, salientando a falta que ela faria na luta anticolonial.

A ocasião de seu enterro foi marcada por mensagens de condolências, que elevavam sua imagem heroica. O trecho que segue, publicado na revista *Tempo*, reporta a situação:

A camarada Josina, acrescentam as mensagens, foi a verdadeira imagem das altas virtudes moçambicanas, admirável pela sua capacidade de resolver problemas da luta, isenta de intrigas, amiga de todos quantos a viam, exemplo vivo da mulher moçambicana na construção da nova sociedade, incansável nos trabalhos duros da Revolução; tribalismo e racismo foram seus inimigos e boatos não conhecia. A camarada Josina foi uma das dirigentes da nossa Organização, e ela dirigiu cabalmente o setor que lhe foi confinado com exemplos muito vivos para a nossa revolução, e o seu trabalho será para nós guia inesquecível na luta que ela nos deixou para continuar. Foi ela uma combatente que levantou bem alto a bandeira da Revolução Moçambicana. (...) Ela separou-se de nós e deixou-nos cheios de tristeza, mas o exemplo de sua vida, a sua dedicação e espírito de abnegação na luta pela salvação da Pátria, serão por nós recordados e imitados criadoramente na execução das tarefas impostas pela revolução moçambicana – frizaram as mensagens. (SANTOS [1971] in: *Tempo*, 1975, p. 15)

O “exemplo vivo da mulher moçambicana na construção da nova sociedade” era a essência da sua imagem como heroína revolucionária e correspondia ao combate travado pela FRELIMO durante a luta anticolonial contra o tribalismo, regionalismo e o racismo. Portanto, sua imagem estava intimamente ligada à luta pela eliminação e pelo combate à sociedade tradicional. Sua postura de total eliminação do passado étnico e seu esforço na construção da Pátria são traços marcantes, ressaltados nas páginas dedicadas às suas homenagens.

<sup>118</sup> Essas informações foram originalmente publicadas no *Jornal 25 de Setembro* pelo Órgão de Informação do Comissariado Político da Frelimo em 15 de abril de 1971 e republicadas na *Revista Tempo* em 1975.

<sup>119</sup> Marcelino dos Santos foi membro fundador da FRELIMO. Em 1969 fez parte juntamente com Samora M. Machel e Uria Simango da liderança da organização. Com a expulsão de Uria Simango, Marcelino se torna vice-presidente da FRELIMO. Após a Independência, em 1975, assumiu o cargo de Ministro da Planificação e Desenvolvimento. Em 1977, deixa o cargo de ministro para presidir a Assembleia Popular, o primeiro parlamento do país. Como poeta, utilizava os pseudônimos de Kalungano e Lilinho Micaia, publicando poesias no *Brado Africano*, assim como duas antologias publicadas pela Casa dos Estudantes do Império em Lisboa. Em 1987, pela Associação dos Escritores Moçambicanos publicou o livro *Canto do Amor Natural*.

Um mês após sua morte, Samora M. Machel, da base da FRELIMO na Tanzânia, escreveu poesias em homenagem à Josina Machel, que foram publicadas na revista *Tempo*, somente quatro anos após o seu falecimento. Ou seja, após a independência, em 1975, ano em que é possível perceber o início da construção de uma imagem heroica vinculada a Josina Machel, entendendo-a como vanguarda de uma luta emancipatória e libertadora. Eis fragmentos de uma das poesias publicadas na revista:

Não te encontrei na casa,  
 Mas no rosto de toda a gente,  
 Na machamba e na horta  
 VI-TE VIVA! (...)  
 É doloroso perdermos o quadro,  
 É doloroso perdemos a mulher  
 Que soube na revolução emancipar-se  
 É doloroso perdermos-te  
 Quando ainda somos tão poucos e tanto resta a fazer.  
 É doloroso perdermos aquela que combinou inteligência com o  
 matope para fazer crescer a planta nova.  
 É doloroso perdermos quem no mundo e na Pátria  
 ASSUMIU A NOVA MULHER MOÇAMBICANA. (...)  
 Assim, na luta na revolução te encontro continuamente  
 A minha vida pertence à revolução. (MACHEL. [1971] in: *Tempo*,  
 1975. p. 12)

A construção da identificação da Josina a qualquer mulher moçambicana está presente nesse imaginário simbólico edificado pela Frente de Libertação. A sua imagem servia como exemplo ainda vivo da “nova” mulher militante da Frelimo. Essas mulheres podiam atuar nas machambas ou no meio urbano, porém todas deveriam moldar o seu comportamento moral e ético a partir da imagem da Josina, a fim de serem vistas como combatentes.

Essa postura de replicar o que fora Josina auxiliava na manutenção das políticas de vigilância mantidas pelo movimento, assim como na construção de uma unidade nacional através da criação de uma “nova mulher”. A sua imagem estava associada constantemente a posturas rígidas, sendo por esse motivo retratada em roupas militares e com um semblante sério quando integrava as fileiras da Frelimo – tal qual se vê na a seguir.

**Figura 18:** Josina M. Machel



**Fonte:** anônimo, s/d. Disponível em <<http://www.mozambiquehistory.net/josina.php>>. Acesso out. 2017.

Em seis de abril de 1975, no quarto aniversário de sua morte e ano da independência de Moçambique, a revista *Tempo* publicou outra poesia feita por Samora Machel em homenagem ao aniversário de morte de Josina. Essa publicação foi acompanhada por uma pequena introdução de letras grandes em que se lia “O camarada presidente Samora Moisés Machel não é um homem insensível à dor” (TEMPO, 1975). Toda essa construção persuasiva em torno da imagem de Josina também era usada para atribuir características positivas a Samora M. Machel, como pai, marido, companheiro que “duramente desempenha as tarefas da revolução” acima de sua dor, tal como se pode ler no excerto:

Josina tu não morreste por que assumimos as tuas preocupações e elas vivem em mim.  
Não morreste, porque os interesses fundamentais que defendias foram integralmente recebidos por nós, como herança.  
Definitivamente te separaste de nós e a arma e mochila que deixaste, esses teus instrumentos de trabalho, fazem agora parte da minha carga.  
[...]

Do teu pensamento farei a enxada que revolve a terra rica do teu sacrifício  
 E crescerão os frutos novos.  
 Que a guerra se alimenta do sangue dos melhores que temos daqueles que mais amamos  
 Assim a missão do teu sangue: fazer dele exemplo vivo a ser assumido, mistura-lo profundamente à terra criadora, para que ele nunca seja inútil.  
 A minha alegria é que como patriota e mulher morreste duplamente livre, neste tempo em que cresce o poder novo e a mulher nova.  
 (MACHEL. [1971] in: *Tempo*, 1975. p. 13)

É importante ressaltar a modificação da imagem da Josina Machel na publicação apresentada: da mulher-militante revolucionária para a ideia simbólica de um “pensamento” que, como uma “enxada, modifica a terra”, nesse caso, a Nação. Viu-se que, nos subcapítulos anteriores, houve a modificação no discurso do Samora Machel, nesse poema, por outro lado, há mudança na imagem de sua falecida esposa. Como o contexto era outro, novas configurações faziam-se oportunas, uma vez que se tinha o fim da luta anticolonial, que trava uma luta moral e ética na construção de uma “nova sociedade”. Dessa forma, seu poema se mostra um prenúncio do projeto político Frelimista na ideia poética de uma mulher nova renascida da mesma terra, organizada através de um poder novo, parte da continuação da luta de Josina M. Machel.

No editorial intitulado *A voz da mulher*, a homenagem à Josina Machel acompanhava os poemas de duas de suas companheiras do Destacamento Feminino. Rosália Tembe<sup>120</sup> ressaltava a presença ainda viva de Josina como exemplo de militância, como se lê nos versos “Tu não morreste, jamais morrerás, amor e liberdade nunca poderão morrer”. Joana Nachake<sup>121</sup> da mesma maneira reconheceu: “Josina tu não morreste o teu sangue até agora serve como água corrente do mar.”. A sua imortalidade era, nesses termos, atribuída à edificação da nova sociedade revolucionária. Dessa forma, Josina Machel se tornou ícone da mulher emancipada e politicamente consciente.

Sua imagem foi marcada, após a independência, pela renúncia de sua própria vida pela Revolução e pela reconstrução nacional. Segundo Isabel Casimiro (2004), a Frelimo,

---

<sup>120</sup> Rosália Tembe foi integrante do primeiro grupo feminino a receber treinamento político e militar da FRELIMO formando o DF. Sua poesia faz parte do livro *Antologia da poesia feminina dos PALOP*, de Xosé Lois García, publicado em 1998.

<sup>121</sup> Joana Nachake foi integrante do primeiro grupo feminino a receber treinamento político e militar da FRELIMO formando o DF. Sua poesia faz parte do livro *Antologia da poesia feminina dos PALOP*, de Xosé Lois García, publicado em 1998.

depois da independência, reivindicou o lugar de “herdeira dos ideais revolucionárias do Iluminismo, do Socialismo Utópico e do ideário Marxista” (CASIMIRO, 2004, p. 186), assim como a Frelimo se reivindicava herdeira da luta revolucionária de Josina M. Machel e a única capaz de continuar o seu trabalho revolucionário. A imagem heroica de Josina Machel, vinculada a uma ideia mítica do espírito de liberdade e coragem da luta da “nova” mulher da Frelimo, reforçava a ideia do movimento de vanguarda de uma luta libertária socialista e emancipatória.

A biografia de Josina Machel foi contada pela Frelimo, por meio da revista *Tempo*, mas pouco foi conhecido sobre a vida dela em outras fontes. Esse fato auxilia na construção de uma imagem do ideal para o movimento, dentro de especificações que a ele eram convenientes.

Outras informações sobre a Josina M. Machel só foram reveladas seis anos após a última publicação contendo sua biografia. No décimo aniversário de sua morte, em 1981, a Secretaria Nacional Organização da Mulher Moçambicana, por meio do Instituto Nacional do Livro e do Disco, publicou em sua homenagem uma terceira biografia intitulada *7 de abril de 1981 10º aniversário da morte da camarada Josina Machel símbolo da mulher moçambicana combatente*, na qual se lê como subtítulo: “Mulher moçambicana: cumprir as metas de produção é garantir o sucesso da luta contra o subdesenvolvimento, participemos activamente na defesa da nossa Pátria Socialista! ”. Nesse sentido, a imagem de Josina Machel também foi utilizada como propaganda política para as campanhas no aceleramento da economia do país dois anos antes do IV Congresso da Frelimo e da implementação da Operação Produção em 1983.

Essa publicação é carregada de detalhes sobre a vida de Josina Machel e de novos adjetivos atribuídos a ela, tais como “esposa terna” e “mãe carinhosa”, apesar do fato de que nenhuma das biografias lidas acrescentam detalhes sobre sua vida como esposa, sobre sua gravidez ou sobre o seu filho. A publicação estava de acordo com a imagem de mulher e esposa responsável pela formação revolucionária da nova geração, características atribuídas à mulher, no desenvolvimento do projeto político e ideológico de Samora M Machel – como visto nesta dissertação. Dessa forma, a biografia atribuiu à Josina a imagem de um “farol que ilumina caminhos da Revolução Moçambicana” (SECRETARIADO NACIONAL DA OMM, 1981, p. 5). A recordação da sua memória é percebida como um “dever da militância”, que através dela reafirma a determinação de sua participação nas tarefas da Revolução.

Essa publicação é acompanhada por dois longos poemas de dois reconhecidos poetas moçambicanos: Jorge Rebelo<sup>122</sup> e Sérgio Vieira<sup>123</sup>. Segundo a revista, ambos os poemas foram realizados no ano da morte de Josina em 1971, porém só foram publicados dez anos depois, em 1981. Jorge Rebelo, Sérgio Vieira e outros poetas moçambicanos usaram a poesia como instrumento político para atender às necessidades conjunturais. Produziram materiais que promoviam seu posicionamento político e mobilizavam em favor do projeto político e ideológico da Frelimo, ao qual faziam parte. Nesses termos, a figura de Josina Machel é atribuída à função de continuação da luta através da adaptação de sua figura as exigências pós-independência. Eis o que foi publicado:

DEIXASTE-NOS  
EM HERANÇA  
UMA FLOR DE SANGUE

E pesa sobre nós  
a vermelha mensagem  
com mais veto que o ciclone,  
e dolorosamente,  
com a tristeza de uma carícia antiga,  
a recordação da tua graça,  
a flor (...)  
Na mochila pronta para a marcha  
que nos legaste,  
FICOU MORTA A MORTE  
PORQUE A MARCHA PROSSEGUE  
em cada acto novo  
de coragem.

E hoje, também,  
continuar a luta  
é continuar a vida,  
é viver o teu exemplo. (VIEIRA, Sergio, [1971] in: *Secretariado Nacional da OMM*, 1981, p.18)

Nesse contexto, não apenas Samora Moisés Machel elevou sua voz a partir das publicações da Frelimo na revista *Tempo*, mas diversos outros políticos moçambicanos atuaram na construção da imagem de Josina Machel. O que se sabe, entretanto, é muito pouco sobre a vida pessoal e muito sobre o que ela significou para o projeto político revolucionário da Frelimo. Sua figura política era moldada a partir das necessidades políticas do período das publicações que a homenageavam. Até hoje sua figura é

---

<sup>122</sup> Poeta e político moçambicano, como visto nos subcapítulos anteriores, em 1981 era responsável, juntamente com Marcelino dos Santos, na campanha de alfabetização principalmente de mulheres.

<sup>123</sup> Poeta e político moçambicano exerceu o cargo Departamento de Educação e Cultura da Frelimo e, após a independência de Moçambique, exerceu o cargo de Governador do Banco de Moçambique e o de Ministro da Administração Interna.

mobilizada, em sua maioria por figuras políticas que defendem a igualdade social e de gênero em Moçambique.

### 3.6. 2. A “reacionária” Joana Francisca Fonseca Simeão

Joana Francisca Fonseca Simeão, por outro lado, foi amplamente caracterizada como reacionária e inimiga da revolução. Nascida em Nampula, em 4 de novembro de 1937, aos quinze anos foi encaminhada para estudar em Portugal. Enquanto concluía o sétimo ano, entrou em contato com a Casa de Estudantes do Império, onde conheceu nacionalistas como Mariano Matsinhe<sup>124</sup>, Sérgio Vieira<sup>125</sup>, Pascoal Mucumbi<sup>126</sup> e Joaquim Alberto Chissano<sup>127</sup>. Ao concluir sua formação em Filologia Românica pela Sorbonne, em Paris, foi um dos raros casos de uma mulher negra com ensino superior. Fez parte da formação de grupos opositores à Frelimo, como o Comitê Revolucionário de Moçambique (COREMO). Às vésperas da Independência de Moçambique, em 1974, foi uma das fundadoras e vice-presidente do Grupo Unido de Moçambique (GUMO).

No dia dois de maio de 1974, Joana Simeão foi entrevistada pelo jornalista Francisco Ribeiro Soares durante o programa *Noticiário Nacional*, em maio em Lisboa<sup>128</sup>. Nesse discurso, abertamente fala sobre o apoio que recebe de Marcelo Rebelo de Souza, assim como sobre a impossibilidade de criar legalmente um partido político, justamente o que a levou à constituição da GUMO como grupo de pressão opositor à Frelimo. Em suas palavras:

[...] O que é realmente o lema do GUMO nós consideramos, portanto, duas faces. Posto que o Movimento das Forças Armadas quer obter a paz nessas negociações, só a FRELIMO tem o direito de ser o interlocutor válido, fácil visto o governo provisório. No que diz respeito a nossas atividades futuras para o destino político de Moçambique é

<sup>124</sup> Mariano Matsinhe membro da Frelimo atuou como ministro da segurança em 1980.

<sup>125</sup> Poeta e político moçambicano, exerceu o cargo Departamento de Educação e Cultura da Frelimo e, após a independência de Moçambique, exerceu o cargo de Governador do Banco de Moçambique e o de Ministro da Administração Interna.

<sup>126</sup> Pascoal Mucumbi membro da Frelimo assumiu o cargo de Ministro da Saúde, dos Negócios Estrangeiros de 1987 a 1995, assim como foi o Primeiro-ministro de Moçambique de 1994 a 2004.

<sup>127</sup> Joaquim Alberto Chissano foi presidente de Moçambique após a morte de Samora Moisés Machel governando o país de 1986 a 2005.

<sup>128</sup> A entrevista está disponível em <<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-joana-simeao/#sthash.lgloYrVx.dpbs>>. Acesso em dez. 2017.

outra face. Nós pretendemos explicar a FRELIMO o porquê do aparecimento do GUMO e como equacionar o futuro político de Moçambique que deve ser elaborado por todos os moçambicanos sem exceção. (SIMEÃO, 1974)

Nessa entrevista, declarou que a GUMO esperava o diálogo com a Frelimo. Não se posicionou politicamente contrária à frente, mas defendeu um movimento pacifista, seguindo uma “autonomia progressiva”, apresentada por Marcelo Caetano às colônias portuguesas na África. Não era a favor de um regime comunista e defendia um debate aplicado no “espírito da Constituição no que respeita ao Ultramar” (SIMEÃO, 1974) por meio das disputas políticas nas assembleias legislativas e assembleias nacionais.

Dessa forma, o GUMO foi definido por Joana Simeão como a união de um grupo formado por “elementos lúcidos” das comunidades étnicas de Moçambique. Para ela (negros, mestiços, brancos e asiáticos) deveriam ser representados nos diálogos na construção da Nação no pós-independência. Essa união formaria uma “voz autêntica”, originária do interior do país e que formularia a solução para os problemas políticos, econômicos e sociais de Moçambique. Machel declara, em 1976, que:

O capitalismo, procurando sobreviver, tenta criar novas formas para continuar a explorar o nosso Povo. As suas primeiras medidas são para criar o caos econômico. Isso aumentaria a dependência do nosso País em relação ao capitalismo e ao imperialismo. E, segundo os seus cálculos, seria então possível utilizar fantoches como Kavandame, Simango, Guengere e Joana Simeão, para dividir o povo e estabelecer um Governo neocolonial. Mas a clareza ideológica da nossa linha rechaçou a manobra colonialista. Esse Governo teria a missão de desvirtuar o conteúdo da independência e manter a exploração do nosso Povo. (MACHEL [1976] in *Notícias*, 1976, p. 2)

Como se sabe, a Frelimo recusou as eleições multipartidárias, por um lado, e, por outro não abriu espaço para o diálogo. A prisão de opositores políticos comandada pela Frelimo levou não apenas Joana Simeão para os campos de reeducação de M’telela no Niassa, como Uria Simango<sup>129</sup>, Paulo Gumane<sup>130</sup>, Adelino Gwambe<sup>131</sup> e Mateus

<sup>129</sup> Uria Simango, membro fundador da Frelimo, participou da liderança do movimento após a morte de Eduardo Mondlane em 1969 juntamente com Samora M. Machel e Marcelino dos Santos. Foi expulso da Organização em 1969 quando fugiu para o Egito com outros dissidentes, tendo retornado após 1975. Criou um novo partido político conhecido como Partido da Coligação Nacional (PCN) na esperança de ocorrerem eleições multipartidárias. A data de sua entrada no Campo de Reedecação de M’telela no Niassa é desconhecida.

<sup>130</sup> Paulo Gumane foi membro fundador da Frelimo. Foi líder do Comitê Revolucionário de Moçambique (COREMO).

<sup>131</sup> Adelino Gwambe foi presidente da UDENAMO, membro-fundador da Frelimo. Após ser expulso do movimento criou um novo partido político, a UDENAMO-Monomotapa.

Gwengere<sup>132</sup>. A partir de sua prisão, Samora Moisés Machel passa a identificá-los como inimigos da Revolução, atribuindo a cada um deles características combatidas pelo projeto político da Frelimo. Assim, o grupo passou a ser conhecido como “o grupo de reacionários”. Joana Simeão foi considerada inimiga da Revolução, neocolonialista, capitalista, racista e defensora do tribalismo, conforme indica a ordem de ação, apresentada na figura 18.

**Figura 19:** Publicação da ordem de ação nº5/80 do Ministério da Segurança da Frelimo

**MINISTÉRIO DA SEGURANÇA**

# Ordem de Acção nº 5/ 80

**De: DI**  
**Para: DB e o Chefe da BO**

No espírito dos costumes, usos e tradições da luta armada de libertação nacional, o Comité Político Permanente da Frelimo julgou e condenou à morte por fuzilamento os seguintes desertores e traidores do povo e da cusa nacional, que foram já executados:

Uria Simango  
Lázaro Nkavandame  
Júlio Razão Nihia  
Mateus Ngwegere  
Joana Simeão  
Paulo Gumane

De forma a prevenir possíveis reacções negativas, internas ou internacionais que possam surgir em consequência da execução desses contra-revolucionários, o Comité Político Permanente decidiu publicar este acto como uma decisão revolucionária do partido Frelimo, e não como um acto jurídico.

É, portanto, necessário compilar um dossier declarando a completa história criminal desses indivíduos, bem como suas confissões aos elementos da DD/ SI que os interrogaram, declarações de testemunhas, autos de processo e sentença.

Para além desse dossier, deve-se fazer um comunicado que será lido pelo camarada Comandante-em-Chefe onde ele anunciará a execução dos acima mencionados contra-revolucionários.

Foi decidido nomear um Comité para compilar o dossier e preparar o comunicado. O camarada Comandante-em-Chefe decidiu que o acima mencionado Comité será encabeçado pelo camarada Sérgio Vieira, e terá como membros adicionais os camaradas Óscar Monteiro, José Júlio de Andrade, Matias Xavier e Jorge Costa.

*A luta continua*  
*Maputo, 29/ 7/ 80*  
*O Ministro da Segurança*  
*Jacinto Veloso*

<sup>132</sup> Mateus Gwengere, padre católico, membro fundador da Frelimo, ao não concordar com a política exercida por Samora Moisés Machel como líder da Frelimo abandonou o movimento.

**Fonte:**

<[https://delagoabayword.files.wordpress.com/2011/11/308497\\_10150389019059290\\_705609289\\_8617728\\_53249910\\_n.jpg?w=624&h=717](https://delagoabayword.files.wordpress.com/2011/11/308497_10150389019059290_705609289_8617728_53249910_n.jpg?w=624&h=717)>. Acesso em dez. 2018.

A Ordem de Acção de nº5/80, publicada em Maputo, em 29 de julho de 1980, assinada pelo Ministro da Segurança, Jacinto Veloso, anunciou o julgamento e condenação de Simeão pelo Comité Político Permanente da Frelimo como “desertora e traidora do povo e da causa nacional”, sendo executada por fuzilamento, fato esse considerado um “ato revolucionário” do Partido e não um ato jurídico.

A data exata da morte é desconhecida e pouco se sabe de seus últimos anos de vida. O que se pode ressaltar é que a figura “reacionária” de Joana Simeão mantinha uma relação de oposição à figura de Josina Machel. A imagem das duas mulheres foi utilizada como instrumento, atendendo aos interesses do governo ao construir sua propaganda política. Assim como Joana Simeão e Josina M. Machel, as mulheres anônimas que formaram o Destacamento Feminino, e, após, a Organização da Mulher Moçambicana também foram utilizadas como instrumento político de acordo com as necessidades do período, como mostram os capítulos desta dissertação. Essas construções acarretaram em uma série de modificações nos discursos de Samora Moisés Machel de 1973 e após de 1976.

As tarefas das mulheres, a partir de 1975, evidenciavam nos discursos de Samora Moisés Machel medidas caracteristicamente autoritárias do governo. A proibição da prostituição e a criação dos campos de reeducação mostram o lado mais cruel do projeto frelimista, sendo a prisão forçada foi o causador da morte e desaparecimento de muitas mulheres. O trauma ocasionado nesse período pouco se assemelha com o projeto político de emancipação feminina descrito no discurso de Samora M. Machel de 1973 durante o I Congresso da mulher moçambicana.

A partir de 1975, a mulher assumiu um posicionamento essencial na vigilância dos “inimigos da revolução”, ao mesmo tempo que passou a contribuir para as medidas que visavam à aceleração da econômica ao serem mobilizadas para a produção. Além disso, correspondeu também à chamada do Partido na mobilização em torno da “luta ideológica” na constituição da “consciência coletiva” para a luta de classes.

Após dois anos do estabelecimento da República Popular de Moçambique, a realização do III Congresso da Frelimo marca a tentativa de ruptura com o passado étnico e com a sociedade tradicional. Esse posicionamento origina um processo de desordem social, a proibição de práticas culturais condenáveis sofre, então, uma tentativa de substituição por uma nova organização revolucionária liderada pela Frelimo na direção da construção de uma “sociedade nova”, regulada em uma moral ética da “mulher nova”. Essa imposição mantida como o projeto político e ideológico, após o III Congresso da Frelimo, em 1977, estabelecia um novo padrão identitário, caracterizado pelo rompimento do passado étnico. A “mulher nova” correspondia às características de uma militante revolucionária comprometida com a luta de classes travada pela Frelimo na construção de uma “nova” e moderna sociedade.

Em nenhum momento durante a análise dos discursos que compõem esse capítulo, percebeu-se que Samora Moisés Machel mostrou preocupação com questões femininas que não estivessem relacionadas à reconstrução nacional. Sendo assim, entende-se que a emancipação da mulher sempre esteve a serviço do projeto político nacional da Frelimo, sem espaços de diálogo para questões exclusivamente femininas. A situação da mulher continuava a ser um assunto exclusivamente da OMM. A ausência de um discurso em relação às violências domésticas levou a ignorar opressões sofridas pelas mulheres fora da esfera pública. As ausências desses apontamentos balizaram o projeto político que não questionava a posição privilegiada do homem na sociedade.

Importa ainda perceber que o processo revolucionário foi fundamental para a criação de espaços de decisões conquistados pelas mulheres, promovendo oportunidades de participação política através das campanhas de alfabetização e na modificação de leis e estatutos. Nesse sentido, foi imperativo refletir sobre o papel da mulher na sociedade como cidadã. Para as mulheres da OMM, a realização do III Congresso da Frelimo se tornou um marco histórico no reconhecimento de oportunidades conquistadas como a alfabetização e a modificação, bem como para a criação de leis específicas para as mulheres e participação ampliada nas Assembleias nacionais.

Nesse contexto, a Organização da Mulher Moçambicana passou a ser reconhecida como vanguarda da luta por emancipação feminina, assim como o Destacamento Feminino. Nesse sentido, apesar das mudanças políticas do governo da Frelimo, a OMM manteve o mesmo posicionamento de apoio ao Partido. Segundo Isabel Casimiro (2004),

o posicionamento da OMM nem sempre estava de acordo com a luta contra a desigualdade de gênero. Para não contrariar as decisões do Partido, a OMM decidiu em algumas situações pelo silenciamento e pela ausência. Essa questão é grave quando se percebe que foi apenas em 1990 que a Assembleia Popular aprovou uma nova Constituição da República de Moçambique que garantisse a criação de novas associações e organizações femininas moçambicanas, para além da OMM, assim como garantiu um quadro multipartidário se adaptando em uma democracia representativa com eleições democráticas. Pela primeira vez, a mulher moçambicana poderia decidir os rumos de sua própria luta emancipatória pelo fim da desigualdade de gênero e social sem o controle e o comprometimento com a política do governo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de ressaltar os contextos em que foram proferidos os discursos de Samora Moisés Machel é imprescindível para analisar os conteúdos escritos nas fontes selecionadas para esta dissertação. Para tanto, edificaram-se os capítulos a fim de organizar os discursos focalizados nas análises, bem como o relevante de informação histórico-social que possibilitasse um entendimento amplo do que é enunciado nos discursos focalizados.

Como se viu, no primeiro capítulo, é abordada a formação do panorama político dos grupos que formaram a Frente de Libertação de Moçambique. Com base nas referências utilizadas, viu-se que a formulação teórica inicial do pensamento político da Frelimo foi fomentada pelos mais diversos vieses políticos formadores de sua base política. Viu-se que a composição dos três movimentos que originaram a Frente Revolucionária partiam dos exilados nos países vizinhos, dos estudantes no estrangeiro, dos trabalhadores migrantes e do grupo étnico Maconde, residente do norte de Moçambique.

Ademais, foi possível ao longo da escrita inteirar-se do fato de que desde o II Congresso, em 1968, com o afastamento de líderes como Lázaro Nkavandame e Uria Simango, a influência do líder revolucionário Samora Moises Machel foi gradualmente maior na organização do movimento e marcou o processo de aproximação com as correntes políticas de esquerda. Esse fato foi fundamental para a compreensão de sua escolha como líder revolucionário e como primeiro presidente da Frelimo, assim como para a compreensão da defesa do projeto político e ideológico, fruto do processo histórico decorrente das expressões nacionalistas defendidas por seu grupo político. Dessa maneira, a Frelimo se inseriu no escopo ascendente de pensamento e das correntes políticas revolucionárias e anticapitalistas do período. Além disso, viu-se influenciada pelo marxismo de outros intelectuais africanos como Julius Nyerere e Amílcar Cabral.

A morte de Eduardo Mondlane, em 1969, marca a transição da direção do movimento para Samora Moisés Machel e a aproximação da Frelimo com as tendências socialistas. Apesar da situação da mulher já constar como uma pauta crucial nos relatórios do I Congresso da Frelimo, realizado em 1962, na Tanzânia, foi a partir da justaposição

dessas tendências que a situação da mulher gradualmente ganhou destaque e se tornou um dos temas centrais dos discursos proferidos pelo líder revolucionário.

A defesa pelo direito das mulheres durante a luta anticolonial tornava o discurso do líder revolucionário altamente inovador. Sua defesa no combate das forças que oprimiam as mulheres e no combate à ideia de inferioridade feminina foi o início de um projeto baseado na igualdade de gênero. Esse projeto fez da Frelimo um dos poucos, ou talvez, o único movimento nacionalista do mundo que promovia a emancipação da mulher juntamente à pauta da emancipação nacional.

Após essa primeira etapa da pesquisa, foi possível compreender o papel reservado ao Destacamento Feminino (DF), em 1967, para promover uma nova visão sobre as mulheres. As inúmeras vitórias, tanto no campo militar, como nas campanhas de mobilização, possibilitaram a entrada de cada vez mais mulheres nos treinamentos políticos e militares oferecidos pela Frelimo. O DF não foi uma força definitiva para o fim da desigualdade de gênero, mas, seguramente, o seu trabalho foi uma força imperativa para a constituição da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), um importante meio de reivindicações femininas. De forma relacional, segundo Samora Moisés Machel (1973), enquanto o trabalho militar era executado pelo DF, uma campanha de ofensiva ideológica para combate às forças que oprimiam a mulher foi o objetivo para a criação da OMM.

Nesse sentido, a mulher foi ao mesmo tempo percebida pelo Comitê Central da Frelimo como agente transformador da sociedade e elemento a ser transformado para o desenvolvimento da nova proposta sociocultural. Esse complexo debate refletia nos discursos de Samora Moises Machel a percepção da construção do ser mulher pelo olhar da Frelimo.

No segundo capítulo, o foco da análise foi o discurso proferido em 1973. Intitulado *A libertação da mulher é uma necessidade da Revolução, garantia de sua continuidade, condição do seu triunfo*, marca o que Samora Moisés Machel (1973) identifica como o “vento da emancipação”, o início da construção do projeto emancipatório da mulher ainda durante a luta anticolonial. Seu foco estava no combate às forças identificadas como opositoras aos ideais revolucionários da Frelimo e que sufocaram a mulher ao reforçar um sistema de opressão.

Essas forças foram expostas no discurso, a partir da menção de, por exemplo, os valores da sociedade colonialista burguesa e da sociedade tradicional. Esses dois fatores resumiam o processo que explorou a mulher moçambicana durante os séculos, levando às condições que a alienavam e a marginalizavam na sociedade. Esse processo havia gerado o obscurantismo, o regionalismo e o racismo apoiados em um sistema patriarcal que sustentava a crença da inferioridade feminina. A mulher moçambicana, dessa forma, reservava a tarefa fundamental de estar comprometida com a total eliminação das forças que a oprimiam.

Para Samora Moisés Machel (1973), era somente inserida nas políticas da Frelimo que a mulher seria emancipada. Dessa forma, deveriam obrigatoriamente seguir as estratégias de ação da Frente a partir do desenvolvimento de um engajamento político consciente. A emancipação da mulher era um processo atrelado profundamente ao projeto político ideológico nacionalista. Um dependia do outro para alcançar o sucesso. A possibilidade de libertação se dava via orientação política da Frelimo, manifestada por meio da OMM.

Após a independência de Moçambique, os discursos proferidos por Samora M. Machel apontam para a rigidez de sua fala. Passando, assim, a identificar a mulher como a própria “força motriz da Revolução” e a “força libertadora” do próprio povo. Depois de interligar a luta de libertação nacional à emancipação feminina, a mulher passou a ser a principal promotora da reconstrução nacional idealizada pelo Partido.

Há uma significativa necessidade de reorganização das estruturas do Partido após a independência. Por esse motivo, a Plenária de Mocuba alcança um papel de importância. Analisada no início do terceiro capítulo, o texto deixa ver o fato de que ela antecede algumas medidas levadas a cabo pelo governo. A continuação do projeto para o fomento da emancipação da mulher mantém-se entre as pautas cruciais do Partido. A sociedade tradicional também continuava como um dos elementos de opressão feminina, assim como o tribalismo, o regionalismo e o obscurantismo.

Na última etapa desta dissertação, as análises dos textos mostram que há uma significativa modificação a partir da independência de Moçambique, fato que se visualiza na análise dos discursos estudados ao longo do terceiro capítulo. No discurso intitulado *Mulher moçambicana deve participar da luta de classes e na produção*, de 1976, Samora Moisés Machel (1976) continua a atacar o sistema capitalista como o grande causador da

opressão feminina. Os valores burgueses colonialistas, segundo ele, haviam corrompido a verdadeira “personalidade” moçambicana. A reconstrução dessa “personalidade” só seria possível a partir da Democracia Popular e seu sucesso dependia da emancipação da mulher e da luta de classes. Assim, a mulher adquire nesse discurso uma nova tarefa revolucionária: a de apoio ideológico na mobilização de massas para a produção. A partir desse momento, ela é como um elemento essencial para o desenvolvimento e modernização da economia do país. Esse texto está em relação de complementariedade com o discurso analisado no subcapítulo que o segue.

O discurso *Definir o inimigo interno*, proferido por Samora Moisés Machel em 1976, mantinha o objetivo de definir estratégias e prioridades para equacionar os principais problemas da mulher quando das discussões sobre sua emancipação. A definição do inimigo interno da mulher foi identificada como o sistema tradicional. Dessa forma, Samora M. Machel reforça a eliminação do passado étnico como uma necessidade da própria revolução promovida pelo Partido. Como consequência dessa política, a mulher passa a adquirir uma nova tarefa: a vigilância.

A vigilância, segundo Samora Moisés Machel (1976), fazia parte do trabalho político para a construção de uma “conscientização política coletiva”. Assim, as mulheres do Destacamento Feminino passam a formarem a polícia urbana dos bairros da capital Maputo. Atuando nas prisões de inúmeras mulheres em situação de prostituição, assim como “agitadores”, “antissociais”, “inimigos da Revolução”. As consequências da chamada “Operação Limpeza” desaguaram na constituição dos Campos de Reeducação, estando nas linhas nebulosas da história da Frelimo. Mortes, desaparecimentos e traumas causados por esse processo pouco se aproximavam da pauta sobre emancipação feminina, idealizada por Samora Moisés Machel em seu discurso em 1973.

Nos dois discursos analisados, percebeu-se que Samora Moisés Machel não apenas continuou identificando o sistema capitalista e o sistema tradicional como os dois fatores causais de opressão feminina, como aponta para o fato das novas tarefas revolucionárias das mulheres. Para Samora M. Machel (1976), a falta de sentimento de coletividade na consciência nacional era fundamental para a reconstrução nacional foi percebida como um dos maiores problemas enfrentados pelo país.

Ocorre que o não cumprimento da linha política da Frelimo era a justificativa do partido para a desordem cultural, que levava os moçambicanos a serem encaminhados

aos campos de reeducação. Dessa forma, Samora Moisés Machel (1976) se ausentava das consequências geradas por um projeto político e cultural cada vez mais rígido, carregado de um moralismo ético e de vigilância comportamental impostos à sociedade moçambicana.

Após dois anos do estabelecimento da República Popular de Moçambique, a realização do III Congresso da Frelimo estabelece o marxismo-leninismo como linha política oficial do Partido. Inicia-se, pois, o projeto de “homem novo” e “mulher nova”, que marca a tentativa de ruptura total com o passado étnico e com a sociedade tradicional na direção da construção de uma “sociedade nova”.

Essa sociedade deveria estar pautada na unidade, de modo que todo o país estivesse mobilizado em torno de um projeto de reenquadramento identitário, que concebeu um padrão único do ser mulher. A crença no novo influenciou o pensamento de Samora Moisés Machel. Estabelecendo um processo de desordem social, a proibição de práticas culturais condenáveis sofre uma tentativa de substituição por uma nova ordem revolucionária liderada pela Frelimo.

Essas experiências fundamentaram a busca pelo novo e pelo moderno na esperança de uma reorganização total de Moçambique. O Partido impôs, então, uma nova unidade linguística, territorial, econômica, política e cultural. O grande promotor do projeto político analisado ao longo deste texto foi a ideia de uma “nova” nação para a consolidação da modernização e do desenvolvimento da “nova” sociedade.

A ausência do reconhecimento da diversidade de etnias que formam Moçambique reverberou em um silenciamento referente à diversidade de mulheres moçambicanas. Essa questão torna emblemático o estudo do pensamento do líder moçambicano, já que, ao negar a diversidade étnica, Samora Moisés Machel (1976) ignorava a forma de organização social e cultural e a forma de ver o mundo dos diversos povos que formam Moçambique.

Alguns pontos fundamentais das relações sociais de gênero não sofreram mudanças e não foram questionados pelo movimento, como exemplo, mencionam-se a divisão sexual do trabalho, a violência doméstica e as obrigações reprodutivas da mulher. A ausência desses questionamentos reforçou os papéis sociais relegados às mulheres historicamente – e estavam na contramão das reivindicações femininas das décadas de 60 e 70.

A partir dos discursos focalizados nesta dissertação, foi possível ver que a concepção de mulher para o Partido era carregada de moralismo ético sobre o que era ser uma mulher. As proposições impostas reforçavam os estereótipos da mulher que mantinha a obrigatoriedade reprodutiva, ao ser considerada pelo presidente (1976) como “a grande promotora dos valores revolucionários a nova geração”. Assim como promoviam o papel da mulher-esposa, sem nunca questionar as opressões sofridas pela mulher no matrimônio, na vida familiar ou no trabalho doméstico.

Por outro lado, as consequências das medidas do governo frelimista indicavam um alerta constante quanto às ameaças dos “inimigos da revolução”, isso criou um clima de tensão e perseguição aos opositores políticos. O governo mantinha características autoritárias e pouca abertura para o diálogo, conservando um sistema de partido único. Como se sabe, é dentro desse contexto que inicia um grave conflito em Moçambique. O surgimento da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) como oposição à Frelimo deu início a uma extensa guerra civil.

O discurso realizado na cidade de Beira, em 1980, dá lugar às últimas análises focalizadas neste trabalho. Em um contexto da guerra civil, esse discurso foi proferido na cidade de Beira por contar com um grande número de adeptos da RENAMO. Tinha o grupo o objetivo de iniciar uma ofensiva organizacional com o intuito de diminuir a influência dos agentes opositores. Dessa forma, mais uma vez a mulher foi mobilizada pelo interesse do Partido.

Nesse discurso, Samora Moisés Machel (1980) identifica uma nova tarefa essencial na reconstrução nacional, a de pacificadora da desordem das cidades em conflito. Assim, ela passa a ser um instrumento de combate à Renamo no reestabelecimento da tranquilidade das cidades e na participação de campanhas no combate aos avanços da oposição.

Após o discurso de 1980, nenhum outro discurso manteve a mulher como tema central e pouco se falou sobre a continuação do processo emancipatório. Dessa atitude, é possível inferir que a mulher não fazia mais parte das preocupações centrais da Frelimo. Pela primeira vez, desde a luta anticolonial, a mulher passou a ser um assunto de segundo plano, assim a luta por emancipação feminina passou a ser um assunto exclusivamente tratado pela OMM.

No decorrer da dissertação, viu-se que a morte de Samora Moisés Machel, em 1986, marca o fim do projeto “mulher nova”. A ascensão de Joaquim Chissano modifica as políticas do Partido. Em 1989, com a realização do V Congresso da Frelimo, o partido declarou oficialmente desistir do marxismo-leninismo e decidir por abrir gradualmente as fronteiras econômicas no país, aceitando a entrada de iniciativas privadas e o investimento de capital externo.

Após a independência de Moçambique, percebe-se que o desenvolvimento do imaginário popular sobre alguns elementos da Frelimo foi construído. Dentro dessa perspectiva, foi importante para esta dissertação a representação de duas mulheres distintas e o uso de suas imagens como instrumento de propaganda política e ideológica do Partido.

Josina Machel, primeira esposa do presidente Samora M. Machel, foi a representante da “mulher nova” moçambicana. Morrendo ainda durante a luta anticolonial, as revistas do período mantiveram uma série de homenagens a sua morte, principalmente após a independência no âmbito do estabelecimento do governo Frelimista. As biografias publicadas em revistas do Partido constroem o padrão único de mulher estabelecido pela Frelimo, entende-se que essa estereotipação cria consequências negativas em relação à agenda de reconhecimento das variadas formas do ser mulher.

Considerada exemplo vivo da mulher moçambicana na construção da nova sociedade, a sua imagem refletia a essência da heroína revolucionária, intimamente ligada às discussões da revolução, comprometida com a linha política da Frelimo pela eliminação do tribalismo, obscurantismo e racismo, na libertação das influências deixadas pelos valores coloniais burgueses e tradicionais. Dessa forma, Josina se tornou ícone da emancipação feminina e o dia sete de abril, data de sua morte, foi escolhido como dia da mulher moçambicana. Sua imagem foi moldada em resposta ao momento político das publicações que a homenageavam. Afora isso, pouco se sabe de sua vida pessoal e política além do que está posto nas páginas contadas pela Frelimo.

Por outro lado, Joana Simeão foi o exemplo da mulher “reacionária”. Fez parte de grupos de oposição à Frelimo, até a data desconhecida da sua prisão. Tornou-se a única mulher a compor o grupo denunciado por Samora Moisés Machel (1976) como o “grupo de reacionários”. A ela foi imposto todo o tipo de adjetivação agregada aos “inimigos da revolução”, tais como neocolonialista, capitalista, racista e defensora do tribalismo.

Acusada de desertora e traidora do povo e da causa nacional, foi sentenciada ao fuzilamento em pelo Comitê Político da Frelimo, sendo a data da sua morte desconhecida até os dias atuais. Como consequência da opacidade que contorna o seu falecimento, quase nenhuma documentação oficial foi encontrada sobre Joana Simeão além da ordem pública de sua execução.

Nesta exposição, importa ressaltar que Joana Simeão e Josina M. Machel mantiveram suas imagens construídas pelas páginas publicadas pela Frelimo, correspondendo, dessa forma, aos interesses políticos da Organização. Assim, a luta emancipatória da mulher esteve ao longo de todo o processo analisado nesta dissertação. Viu-se que as questões relativas ao ser mulher passavam pelas necessidades apontadas pela Frelimo. Essa relação de dependência se reflete após a independência, com a afirmação da OMM como “braço do governo”, permanecendo até a década de 1990 como único movimento feminino organizado. Isso significa dizer que a organização centralizou e tornou a voz das diferentes mulheres moçambicanas em uma única voz a ser ouvida, mas sempre correspondendo a sua política ao que era preconizado pela Frelimo.

A construção desses discursos aprisionou a luta por emancipação feminina nas políticas de modernização levadas a cabo pelo governo da Frelimo. Essa relação resultou em complexas contradições, uma vez que, a mulher como protagonista de sua luta, não podia desenvolver pautas especificamente emancipatórias. Estando, no mais das vezes, como se viu, relegada a tarefas revolucionárias no desenvolvimento de uma luta construída majoritariamente pelos dirigentes homens da Frelimo, cumprindo o comprometimento da disponibilidade permanente aos interesses nacionalistas, adquirindo novas tarefas revolucionárias a cada processo político enfrentado pelo Partido.

Dito isso, fica evidente a importância dos nuances contextuais que estavam inseridos os discursos de Samora Moisés Machel no que tange às questões femininas. Em tempos em que o direito feminino sofre sérias ameaças de retrocesso, é importante lembrar a famosa frase de Simone de Beauvoir: “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”. Por outro lado, cresce o número de pesquisas nas ciências humanas sobre gênero, mulheres e feminismo, de modo que se torna imprescindível refletir sobre a pluralidade dos processos que pensam sobre emancipação e autonomia femininas em diferentes escalas e contextos históricos. Assim, será possível que as diferentes

mobilizações do passado contribuam positivamente na construção de novos discursos e novos olhares sobre a mulher.

## REFERÊNCIAS

ATIVIDADES DA FRELIMO NO EXTERIOR, Boletim de informação, n. 8. Maio de 1964. Disponível em: Biblioteca Digital da University of Southern California (USC)  
Link de acesso: <

<http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9377/rec/7> > Acesso em set.2017

ATA DO I CONGRESSO. Disponível em: Biblioteca Digital da University of Southern California (USC). Link de acesso:

<<http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9258/rec/1>> Acesso em set.2017

*A MULHER MOÇAMBICANA EM LUTA*. Revista Tempo, n. 233. Lourenço Marques, 1975. Disponível em:

<<http://www.aluka.org/stable/10.5555/AL.SFF.DOCUMENT.ahmtem19750316>>.

Acesso em nov. 2017.

ATA DO II CONGRESSO. In: MUIUANE, Armando Pedro. *Datas e Documentos da FRELIMO. De 1960 a 1975- O ano da independência de Moçambique*. 3. ed. Maputo: nov. 2006. p. 92- 104.

BIRMINGHAM, David. *Portugal e África*. Lisboa: Vega, 2003.

BOUENE, Felizardo. Moçambique: Islão e cultura tradicional. In: *O Islão na África Subsariana*. Actas do 6º Colóquio Internacional Estados, Poderes e Identidades na África Subsariana. 2003. Faculdade de Letras do Porto/coord. António Custódio Gonçalves. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, D.L. 2004. p. 115-130.

CASIMIRO, Isabel Maria. *Samora Machel e as Relações de Gênero*. Centros de Estudos Africanos. Estudos Moçambicanos. Maputo: 2005. p. 55 - 81.

\_\_\_\_\_. *Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2004.

COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO. *A mulher é elemento transformador da sociedade*. Coleção Estudos e Orientações. n. 10. Maputo: outubro de 1976.

MACHEL, Samora Moises. *A Libertação da mulher*. São Paulo: Parma, 1979. p. 13-44.

\_\_\_\_\_. Definir o inimigo interno da mulher. *Revista Tempo*, n. 258. p. 14-21, Maputo, 1976.

\_\_\_\_\_. *Fazer da Beira ponto de partida para uma ofensiva organizacional*. Coleção Palavras de Ordem. n. 17. Maputo: Departamento Ideológico FRELIMO, 1980.

\_\_\_\_\_. Mulher moçambicana deve participar da luta de classes e na produção. *Revista Notícias*. Maputo, 1976.

\_\_\_\_\_. *O partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular: relatório do Comité Central ao 3º. Congresso*. Maputo: Frelimo, 1977.

CORREIA, Sônia; HOMEM, Eduardo. *Moçambique primeiras machambas*. Rio de Janeiro: Margem, 1977.

DIA DA MULHER MOÇAMBICANA: 7 de abril de 1975, quarto aniversário da morte de Josina Machel. *Revista Tempo*, n. 236, p. 2-8, Lourenço Marques, 1975.

FERRÃO, Virgílio. *Compreender Moçambique*. Maputo: DINAME, 2002.

FUNERAL DE JOSINA. *Revista Tempo*, n. 236, p. 14-15, Lourenço Marques, 1975.

GEFFRAY, CHRISTIAN. *Nem pai nem mãe: crítica do parentesco: o caso Macua*. Lisboa: Ndjira, 2000.

ISAACMAN, Allen; ISAACMAN, Barbara *Mozambique: from colonialism to revolution 1900-1982*. Boulder, Colorado. Westview Press: 1983.

ISAACMAN, Barbara e STEPHEN, June. *A mulher Moçambicana no Processo de Libertação*. Sem local: Instituto do Livro e do Disco: 1984.

JORNAL PÚBLICO. *Os campos da vergonha*. n. 277, Portugal: 1995.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2006

MACHEL, Josina. Intervenção da Camarada Josina Machel no Niassa. *Revista Tempo*, n. 236, p. 9-11, Lourenço Marques, 1975.

MACHEL, Samora. Três poemas sobre Josina. *Revista Tempo*. n. 236, p. 12-13. Lourenço Marques, 1975.

\_\_\_\_\_. *Unir, organizar e disciplinar classe operária moçambicana*. *Revista Notícias*. p. 3-6. Maputo, 1976.

MILHAZES, José Samora Machel. *Atentado ou acidente?* Lisboa: Alêtheia, 2010.

MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Coleção Nosso Chão. Centro de Estudos Africanos. Moçambicana: Maputo, 1995.

MUIUANE, Armando Pedro. *Datas e Documentos da FRELIMO*. De 1960 a 1975- O ano da independência de Moçambique. Maputo: 2006.

NCOMO, Barnabé Lucas. *Uria Simango: um homem, uma causa*. Maputo: Novafrica, 2003.

NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América: Dezembro, 2012.

OSÓRIO, Conceição. *A violação sexual e a violação sexual de menores*. Maputo: WLSA Moçambique, 2014.

\_\_\_\_\_. *Os ritos de iniciação em Moçambique*. Maputo: WLSA Moçambique, 2014.

\_\_\_\_\_; TAMELE, Josefina. *O “Casamento” Prematuro*. Maputo: WLSA Moçambique, 2013.

PAREDES, Marçal de Menezes. A construção da Identidade Nacional Moçambicana no pós-Independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. *Dossiê África*. Porto Alegre, Anos 90, v. 21, n. 40, p. 131-161, dez. 2014.

PIMENTA, Fernando Tavares. *Descolonização de Angola e Moçambique*. O comportamento das minorias brancas (1974-1975). Goiânia: UFG, 2015.

PENICELA, Isidro dos Santos Francisco. *Qual a influência da criação do destacamento feminino, nas lutas de libertação nacional, para a emancipação da mulher em Moçambique?* Lisboa: Academia Militar, 2012.

Relatório da Plenária de Mocuba. MUIUANE, Armando Pedro. *Datas e Documentos da FRELIMO. De 1960 a 1975-*. O ano da independência de Moçambique. Maputo: nov. 2006. p. 227-315.

SECRETARIADO NACIONAL DA OMM. *7 de Abril de 1981: 10.º aniversário da morte da camarada Josina Machel, da mulher moçambicana combatente*. Maputo, INLD, 1981.

SIMEAO, Joana. Entrevista a Joana Simeão. 1974. Disponível em: <<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entevista-a-joana-simeao/#sthash.NTfScA3v.dpbs>>. Acesso em nov. 2017.

SANTANA, Jacimara Souza. A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985). *Revista SANKOFA de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. São Paulo. n. 4 dez. 2009.

\_\_\_\_\_. *Mulher e Notícias: os discursos sobre as mulheres de Moçambique na Revista Tempo (1975-1985)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, 2006.

SELINA SIMANGO, MÃE DO DAVIZ SIMANGO, FOI A PRIMEIRA PRESIDENTE DA LIGA FEMININA DA FRELIMO. Disponível em: <<https://ambicanos.blogspot.com.br/2016/02/selina-simango-mae-do-daviz-simango-foi.html?m=0>>. Acesso em set. 2017.

5ª SESSÃO DO COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO. *Revista Voz da Revolução*, 1972.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Escravos sem dono: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. *Revista de Antropologia*. 2008, p. 177-214.

ZAMPARONI, Valdemir Donizette. *Chibalo*: trabalho livre, trabalho escravo? As discussões em torno do trabalho compulsório em Moçambique Colonial. In: Colóquio Internacional Universidade de Évora, 2001. Porto: Universidade de Évora, 2001.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)